A IMPOSTURA GUENONIANA

- O Traditionalismo, a Metafísica, o Simbolismo Heterodoxo de René Guénon
  - O Traditionalismo, a Metafísica, o Simbolismo Heterodoxo de René Guénon
- CAPÍTULO I - A TRADIÇÃO ORIENTAL DE RENÉ GUÉNON
  - 1 - Uma Tradição Oriental
  - 2 - Uma tradição que também é Escritura
  - 3 - Uma tradição metafísica
  - 4 - Uma tradição babeliana
  - 5 - Uma Tradição "não humana"
  - 6 - Uma Tradição Intemporal
  - 7 - Uma Tradição Infalível
  - 8 - Uma Tradição Esotérica
  - 9 - Conclusão da Primeira Parte
- CAPÍTULO II - A TRADIÇÃO APOSTÓLICA
  - 1 - A verdadeira Tradição transmite a verdadeira Revelação
  - 2 - O conteúdo da Tradição Primordial
  - 3 - As alterações pré-diluvianas da Tradição
  - 4 - O conteúdo da Tradição Noética
  - 5 - A Tradição Profana
  - 6 - A grande bifurcação
  - 7 - A nova estratégia
  - 8 - A reconstituição da Tradição Primordial

- CAPÍTULO III - A METAFÍSICA DE R. GUÉNON
  - 1 - Brahma, o princípio supremo
  - 2 - Ishwara, o deus semi-pessoal
  - 3 - A Tríade ou a pseudo-trindade
  - 4 - A Manifestação
  - 5 - Metafísica e religião
- CAPÍTULO IV - O SIMBOLISMO CRISTÃO DA CRUZ
  - 1 - A Cruz Latina
  - 2 - A Árvore da Cruz
  - 3 - Os Quatro Instrumentos
  - 4 - O Mistério da Cruz Brilha
  - 5 - A Parte Oculta da Cruz
  - 6 - As Cruzes dos Ladrões
  - 7 - O Cenário Simbólico da Paixão
  - 8 - O Verdadeiro e o Falso Simbolismo da Cruz
- CAPÍTULO V - O SIMBOLISMO METAFÍSICO DA CRUZ
  - 1 - A mutação do símbolo cruciforme
  - 2 - O simbolismo da natureza
  - 3 - A cruz absoluta
  - 4 - O homem universal
  - 5 - A linha dos marcos
  - 6 - A cruz tornada esfera
  - 7 - O aprisionamento da cruz
  - 8 - A crucificação ideal
- CAPÍTULO VI - O MITO DO ANDRÓGINO OU O DEMÔNIO SUBSTITUÍDO PELO CRISTO
  - 1 - Da cruz ao vórtice esférico universal
  - 2 - Uma forma humana no Meio Invariável
  - 3 - O Banquete Platônico
  - 4 - O Discurso de Aristófanes
  - 5 - A Bola Andrógina
  - 7 - A Bissecção

    - 8 - As Metades Atraentes
    - 9 - O Delírio Sagrado
    - 10 - As Síziges Gnósticas
    - 11 - Adam-Kadmon

- CAPÍTULO VII - A IMPOSTURA GUENONIANA: O MITO DO ANDRÓGINO OU O DEMÔNIO SUBSTITUI CRISTO
    - 1 - O Rebis Alquímico
    - 2 - O Sapateiro de Görlitz
    - 3 - Séraphitus - Séraphita
    - 4 - O Inconsciente Coletivo
    - 5 - A fascinação hermafrodita
    - 6 - A contaminação se espalha
    - 7 - O serpente Ouroboros
    - 8 - A substituição final

- CAPÍTULO VIII - A REFUTAÇÃO DO ANDRÓGINO
    - 1 - Ele os criou
    - 2 - Adjutorium Simile
    - 3 - Multiplicabo conceptus tuos
    - 4 - Caro de Carne Mea
    - 5 - Duo in Carne Una
    - 6 - Avançar mais além não é permitido

- ESOTERISMO E CRISTIANISMO EM TORNO DE RENÉ GUÉNON
    - Esoterismo e Cristianismo em torno de René Guénon

O Traditionalismo, a Metafísica, o Simbolismo Heterodoxo de René Guénon

O Traditionalismo, a Metafísica, o Simbolismo Heterodoxo de René Guénon

Tradição e Metafísica - "Tradição Oriental e Tradição Apostólica"

Os livros de René Guénon estão sendo reeditados a um ritmo crescente. O guenonismo está se espalhando por todas as escolas de pensamento com tendência tradicional. É fácil perceber a atividade de uma verdadeira rede guenoniana. No entanto, a peça central da doutrina de Guénon é indiscutivelmente "A Grande Tradição Primordial", à qual ele constantemente se refere. Um de seus discípulos, Jean Robin, recentemente publicou um livro muito erudito e elogioso, intitulado "René Guénon, Testemunha da Tradição" (Edições de la Maisnie, Paris, 1978).

Por outro lado, sabemos que a Santa Igreja é a "Guardiã da Escritura e da Tradição". Portanto, somos levados a comparar a Tradição invocada por Guénon com aquela preservada pela Igreja, a fim de examinar sua correspondência ou, pelo contrário, sua incompatibilidade. Na primeira parte, apresentaremos as grandes linhas da "tradição primordial", de acordo com R. Guénon, e na segunda, aquela da Igreja, cujo verdadeiro nome é a "Tradição Apostólica".

É claro que será a Guénon próprio que pediremos para definir a tradição da qual ele se torna o defensor. Certamente, ele fala dela abundantemente, mas sempre de maneira difusa, de modo que, para chegar a uma descrição exata e completa, seremos obrigados a recorrer a várias partes de sua obra. Dessa forma, destacamos as características essenciais da tradição estudada e dedicaremos um parágrafo a cada uma delas.

CAPÍTULO I - A TRADIÇÃO ORIENTAL DE RENÉ GUÉNON

1 - Uma Tradição Oriental

É no ensinamento esotérico, ou seja, oculto, das religiões islâmica, taoísta e hinduísta que Guénon encontra os elementos da "Grande Tradição Primordial" que ele deseja propagar no Ocidente.

> "No Islã, a tradição apresenta dois aspectos distintos, sendo um religioso, que está diretamente ligado ao conjunto das instituições sociais, enquanto o outro, o puramente oriental, é verdadeiramente METAFÍSICO." (Introdução geral ao estudo das "Doutrinas hindus", 2ª parte, capítulo III.)

Guénon nunca deixa de distinguir, em relação ao Islã, as instituições propriamente religiosas, que têm fontes judaicas, do fundo "tradicional" que não é judaico, mas oriental. É este fundo tradicional que é transmitido pelo sufismo e que forma a parte esotérica do Islã. Esta distinção deve ser mantida em mente. Na China, ele observa:

> "... por um lado, uma tradição METAFÍSICA, e por outro, uma tradição social... No entanto, o que é preciso ter cuidado é que a tradição metafísica, conforme é constituída na forma do Taoísmo, é o desenvolvimento dos princípios de uma tradição mais primordial, contida especialmente no Yi-King, e é dessa tradição primordial que surge inteiramente todo o conjunto de instituições sociais que é comumente conhecido como Confucionismo." (Introdução ao estudo das doutrinas hindus, 2ª parte, capítulo III).

Mas a quintessência da tradição primordial, Guénon a encontra no Hinduísmo:

> "Na Índia, estamos diante de uma tradição puramente METAFÍSICA em sua essência... o que aparece aqui muito mais claramente do que na tradição islâmica é a total subordinação das diversas ordens particulares em relação à metafísica, ou seja, ao domínio dos princípios universais." (Introdução ao estudo das doutrinas hindus, 2ª parte, capítulo III).

Observemos, por oportuno, o caráter metafísico que encontramos nas três ramificações islâmica, taoísta e hinduísta da tradição, pois precisaremos lembrar disso.

E em quais textos encontramos mais precisamente a tradição metafísica da Índia?

>

> "O nome Veda é aplicado, de forma geral, a todos os escritos fundamentais da tradição hindu: sabe-se, aliás, que esses escritos são distribuídos em quatro coleções que levam os nomes respectivos de 'Rig-Veda', 'Yajur-Veda', 'Sama-Veda' e 'Atharva-Veda'." (Introdução à Doutrina Hindu, 2ª parte, capítulo III).

Guénon limita a esses três componentes - islâmico, taoísta e hinduísta - as fontes da tradição primordial. Ele não menciona a fonte judaica. No entanto, precisamente, os judeus se declaram depositários de uma certa "Tradição Primordial", herança da Revolução Primordial. Se Guénon não menciona essa herança, é porque não a considera como parte da tradição que vigora no Oriente.

Portanto, existem duas tradições supostamente primordiais: a do Oriente e a dos judeo-cristãos. Qual das duas é a mais antiga e autêntica? É a do Oriente, nos diz Guénon:

> "A verdadeira situação do Ocidente em relação ao Oriente é, no fundo, apenas a de um ramo destacado do tronco." (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 1ª parte, capítulo 1).

Portanto, para ele, o tronco antigo e autêntico é a tradição oriental; o "ramo destacado" é a tradição judaico-cristã do Ocidente.

Ao longo de toda a sua obra, Guénon fala em nome da "tradição oriental" da qual se considera um intérprete fiel, senão mesmo como o porta-voz autorizado. Ele afirma isso várias vezes, dizendo que os orientalistas que o precederam apresentaram uma tradição oriental vestida à maneira ocidental e muito distorcida, enquanto ele, ao contrário, se esforça para formular a versão autêntica dela.

Jean Réyor, nas "Etudes Traditionnelles" de janeiro-fevereiro de 1955, escreve o seguinte:

> "...ele tinha a convicção de que seu conhecimento da doutrina tradicional era extraído de uma fonte mais pura e mais primordial do que aquelas das quais seus antecessores orientalistas tinham bebido".

Consideramos agora R. Guénon como o intérprete rigoroso da tradição oriental, como é amplamente reconhecido.

2 - Uma tradição que também é Escritura

> "Digamos desde já que não estamos usando a palavra 'tradição' no sentido restrito em que o pensamento religioso do Ocidente às vezes opõe 'tradição' e 'escritura', entendendo por primeiro desses dois termos, de forma exclusiva, o que foi objeto apenas de transmissão oral. Pelo contrário, para nós, a tradição pode ser escrita tão bem quanto oral; a parte escrita e a parte oral formam dois ramos complementares da mesma tradição e não temos hesitação em falar de ESCRITURAS TRADICIONAIS." (Introdução ao Estudo das Doutrinas hindus, 2ª parte, capítulo III).

A massa documental na qual se expressa a tradição oriental é muito importante, pois inclui, além dos quatro grandes coleções de Veda e seus comentários, os textos do Yi-King para a China e os documentos sufistas para o Islã.

Nessa massa, será feita a distinção entre "Escritura" e "Tradição", como é feito nos arquivos judaico-cristãos? De fato, entre judeus e cristãos, a Escritura Sagrada é a transcrição imediata da Revelação Divina, autenticada como tal pelas autoridades religiosas da época e rigorosamente conservada posteriormente. A Tradição é o que, na Revelação divina, escapou à codificação escrita e foi transmitido primeiro oralmente, e depois por escrito após certo tempo.

No Oriente, tal discriminação não é feita, por muitas razões. Não há, na massa de documentos transmitidos, um núcleo central. Todas as partes têm o mesmo valor e autoridade em relação à inspiração que lhes deu origem.

Que nota, Guénon, intérprete dos orientais, vai atribuir a todo esse conjunto? Ele tinha várias opções. Ele poderia dizer: "Todo esse reservatório documental merece o nome de Escritura". Mas ele também poderia considerar que "todo o conjunto é 'Tradição'". Ele preferiu uma resposta mista, dando a todos esses tratados sem data a nota de "Escrituras Tradicionais".

Por que essa solução? Em primeiro lugar, porque o espírito oriental não é favorável a definições precisas que lhe parecem simplistas e distorcidas. Mas também é provavelmente para aproveitar as vantagens de ambas as denominações. Ele deseja manter a liberdade de interpretação que está associada a toda tradição, ao mesmo tempo em que reivindica a CANONICIDADE reservada à Escritura.

De fato, Guénon principalmente considera a nota tradicional de seus documentos. É a palavra "tradição" que retorna continuamente sob sua pena. No entanto, veremos, quando ele nos falar da "infalibilidade tradicional", que as vantagens de certa canonicidade não lhe são indiferentes.

3 - Uma tradição metafísica

A tradição se apresenta, portanto, em três formas principais: islâmica, taoísta e hinduísta. No entanto, observamos que a componente metafísica é a mesma nas três formas. Em outras palavras, a tradição transmite um único conteúdo conceitual que é de natureza metafísica.

O que se entende por metafísica na terminologia de Guénon? Eis o que ele escreve na Introdução ao Estudo das Doutrinas hindus:

> "…. na tradição hinduísta, o que aparece muito mais claramente do que na tradição islâmica é a TOTAL SUBORDINAÇÃO das várias ORDENS PARTICULARES em relação à metafísica, ou seja, ao domínio dos PRINCÍPIOS UNIVERSAIS".

Quais são essas "várias ordens particulares"? Descobrimos em outro lugar: são as instituições políticas, a filosofia e a religião.

Portanto, as instituições, a filosofia e a religião estão colocadas em total subordinação em relação à metafísica, ou seja, à tradição, já que observamos que a tradição transmite um conteúdo metafísico universalmente o mesmo. Assim, é na "tradição metafísica" que as instituições, a filosofia e a religião devem buscar sua inspiração, cada uma em sua parte.

Agora, vamos perguntar a Guénon quais são as razões pelas quais a metafísica é capaz de exercer sua hegemonia sobre "as várias ordens particulares".

Em primeiro lugar, é porque a metafísica é "o domínio dos PRINCÍPIOS UNIVERSAIS". É evidente que, se considerarmos essa definição como firmemente estabelecida, as várias ordens particulares terão que buscar seus princípios na metafísica, já que não existem princípios em nenhum outro lugar.

A segunda razão que justifica a supremacia da metafísica é seu modo de conhecimento.

A filosofia envolve a razão auxiliada pelos dados sensoriais. Enquanto a metafísica, como definida por Guénon, é PURAMENTE INTELECTUAL. Seu modo de conhecimento não é nem racional, nem sensorial; é uma INTUIÇÃO imediata, que se realiza após um treinamento de ordem CONTEMPLATIVA.

As obras de Guénon são em grande parte dedicadas a descrever essa via contemplativa, que ele também chama de "via metafísica".

A partir do fato de que o conhecimento metafísico é puramente intelectual, intuitivo e contemplativo, Guénon conclui que ele tem um caráter de "absoluta certeza": são suas próprias palavras:

> "A metafísica, que tem um caráter de ABSOLUTA CERTEZA, não pode admitir nada hipotético" (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 2ª parte, capítulo VIII).

Assim, tradição e metafísica, no sentido de Guénon, são uma só. Podemos associar as duas palavras e falar indistintamente de tradição metafísica ou de metafísica tradicional.

Compreende-se que tal metafísica, ao mesmo tempo universal e absolutamente certa, constitua a fonte de inspiração comum da qual, no sistema guenoniano, instituições, filosofia e religião vêm buscar.

4 - Uma tradição babeliana

No sistema de Guénon, portanto, a tradição metafísica, por ser puramente intelectual, intuitiva e universal, exerce uma supremacia sobre a filosofia, que se move na zona inferior do racional e do sensorial. Agora vamos ver que ela também exerce uma supremacia análoga sobre a religião.

A supremacia da tradição sobre a religião é justificada, de acordo com Guénon, pela SENTIMENTALIDADE que constitui o fundo mental de toda religião no pleno sentido da palavra, requerendo a união de três elementos: o dogma, a moral e o culto. No entanto, cada um desses três elementos está impregnado de sentimentalidade.

O CULTO religioso é necessariamente de ordem sentimental, pois é devocional por definição. O DOGMA não pode ser puramente intelectual, já que é contaminado pela noção de salvação, na qual a emoção pessoal é o componente principal. Quanto à MORAL, também, uma vez que se trata não apenas de conhecimento puro, mas de comportamento prático no qual o sentimento (por exemplo, o altruísmo) desempenha um papel crucial.

Portanto, os três elementos constitutivos da religião são de ordem sentimental. Ao contrário, a "tradição metafísica", uma vez que não possui dogma, moral ou culto, mas apenas princípios abstratos, permanece puramente intelectual.

E, portanto, ela pode reivindicar, de acordo com este sistema, a hegemonia sobre a religião, assim como sobre a filosofia. O Oriente reconhece, de fato, essa hegemonia da tradição. Claro, lá se observam devoções religiosas, como o Brahmanismo, o Vishnuísmo e o Shivaísmo, mas isso se refere especificamente à devoção e não à religião no sentido judaico-cristão da palavra. É na tradição, e não na devoção de tipo religioso, que, na Índia, as instituições, a filosofia e até mesmo as ciências buscam seus princípios. Pelo menos assim era antigamente.

Depois de separar a religião da tradição e definir sua posição relativa, Guénon fará uma observação histórica que nos permitirá, por sua vez, uma importante dedução. Encontramos, ele observa, apenas uma única família espiritual que reúne os três componentes necessários para constituir uma religião, e esta é a família judaico-cristã, incluindo a parte puramente religiosa do Islã (a infraestrutura esotérica do Islã, que é o sufismo, pertencente à tradição e não à religião propriamente dita).

> "Em nenhum outro lugar encontramos as três partes que acabamos de caracterizar (dogma, moral e culto) reunidas." (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 2ª parte, capítulo IV).

Essa observação de Guénon de que a tradição e a religião constituem DUAS DISCIPLINAS ESPIRITUAIS DIFERENTES é extremamente perspicaz. Mas, então, ela nos leva a fazer uma pergunta que Guénon, aliás, não faz, pelo menos abertamente.

Em que época a família religiosa se separou da família tradicional? Em outras palavras, em que circunstâncias a religião judaico-cristã se separou do tronco tradicional antigo? Não vemos outro episódio histórico possível além da TORRE DE BABEL.

Quando, na segunda parte, estudaremos as dificuldades de transmissão da Revelação primordial, voltaremos nossa atenção para este episódio bíblico, que é de importância capital.

Observamos desde já que, após a confusão das línguas feita por Deus mesmo em Babel, as nações se dispersaram carregando uma tradição muito antiga. E é nessa mesma região que, algumas gerações depois, Deus fez a CHAMADA de ABRAÃO. Ele o retirou dessa antiga tradição para lhe confiar, a ele e a seus descendentes, uma Nova Revelação, e o fez o "Pai dos Crentes", ou seja, o Patriarca da "religião", cuja grande diferença, o próprio Guénon observa corretamente, é o contraste com a tradição metafísica. Portanto, é nessas circunstâncias que ocorreu a separação das duas famílias espirituais.

Naturalmente, não teremos a mesma opinião que Guénon sobre os fatos. Mostraremos, facilmente, aliás, e sem recorrer a subterfúgios, que a religião judaico-cristã constitui, na realidade, o tronco antigo; e é a tradição metafísica que é o ramo separado.

Achamos que, em última análise, e embora Guénon não o escreva explicitamente, a tradição oriental pode ser chamada de TRADIÇÃO BABÉLICA.

5 - Uma Tradição "não humana"

Uma das principais fontes da "Grande Tradição Primordial" de R. Guénon são os tratados védicos, complementados por seus comentários. Guénon nos ensina que esses tratados são veneráveis não apenas por sua antiguidade, mas principalmente pela natureza de sua inspiração.

A palavra "Vêda" é um termo sânscrito que deriva da mesma raiz indo-europeia que o verbo latino Videre = ver. Vêda significa "visão" e também "conhecimento". Isso nos sugere que os tratados védicos formam um vasto conjunto de visões.

> "No início, é sempre necessário recorrer a uma INSPIRAÇÃO DIRETA, pois não se trata de uma obra individual; não importa se a tradição foi expressa ou formulada por tal ou tal indivíduo, pois ele não é o autor disso, uma vez que essa tradição é essencialmente SUPRA-INDIVIDUAL. É por isso que a origem do Vêda é chamada apaurushêya, ou seja, NÃO HUMANA" (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 3ª parte, capítulo II).

Neste trecho, Guénon resume muitos capítulos de sua obra. Ele menciona duas noções que são constantes em seu trabalho: uma certa MÉTODO (ou caminho) contemplativa; e o OBJETIVO final ao qual essa contemplação leva. Vamos examinar sucessivamente esse método e esse objetivo, pois foram os das visionários que podem ser considerados os escritores anônimos do Vêda.

O CAMINHO CONTEMPLATIVO preconizado por Guénon constitui uma inspiração "direta" e "supra-individual".

É um caminho DIRETO porque realiza, como já vimos, um conhecimento intuitivo. No vocabulário cristão, poderíamos falar de uma "infusão intelectual", ou seja, um conhecimento adquirido sem a mediação de qualquer percepção sensorial.

É também um caminho SUPRA-INDIVIDUAL porque opera uma transformação da personalidade. O visionário busca a contemplação não fora de si mesmo, mas dentro, ou seja, em seu âmago. Seu trabalho de introspecção consiste em despertar nele o germe que já está lá de forma latente, virtual e inconsciente. Após esse trabalho, o "eu" individual dá lugar ao "si" pessoal. O indivíduo se transforma em pessoa.

Então, o que é esse "si" pessoal ao qual se chega assim? É a participação elementar no PRINCÍPIO UNIVERSAL. É o ponto de contato que cada ser humano possui, sem saber, com o "Princípio Universal". O método contemplativo, que é dito metafísico, tem precisamente o efeito de fazer esse germe florescer. Após essa introspecção, o sujeito, que era simplesmente um indivíduo, tornou-se uma "pessoa" por sua participação consciente no "Princípio Universal" que é de natureza metafísica.

Essa é a VIA METAFÍSICA. Ela realiza uma "inspiração direta" porque é intuitiva. Ela também é "supra-individual" porque confere a verdadeira personalidade.

Quanto ao OBJETIVO final ao qual essa via metafísica conduz, é o "Princípio Universal". E é ele, precisamente, que nos é dito ser NÃO HUMANO. Infelizmente, essa designação, totalmente negativa, não revela sua verdadeira identidade. Seria uma força ou um espírito angelical? Seria um contato com a quintessência cósmica? Seria apenas uma revelação do homem para si mesmo, ou uma espécie de auto-revelação?

Não obtemos nenhuma resposta para essas perguntas. Guénon repetirá incansavelmente que a inspiração do Vêda é "não humana". Essa é a expressão consagrada; ele nunca formulará outra; ele não se deixará levar por divulgações intempestivas; ele se imporá essa disciplina de vocabulário com a rigorosidade que apenas um líder de Escola é capaz quando se trata de manter a linha. Portanto, chegaremos ao final dos vinte e quatro trabalhos do mestre sem saber exatamente o que é a origem não humana da tradição oriental. Ele apenas nos convidará, se quisermos saber mais, a seguir nós mesmos o caminho metafísico recebendo a INICIAÇÃO.

Em que a via metafísica difere da via mística seguida no cristianismo? Guénon explica em muitos lugares que não quer usar outras palavras além de "metafísica" para qualificar a via contemplativa oriental. Ele especialmente não quer usar a palavra "mística", pois a mística e o misticismo são noções e fenômenos religiosos, portanto, de uma ordem inferior. Essa precisão de vocabulário merece uma explicação, pois não é apenas convencional e prática, mas diz respeito à natureza das coisas.

Entende-se que Guénon tenha insistido em designar, por duas palavras diferentes, duas coisas tão diferentes de fato quanto a contemplação metafísica dos Orientais e a contemplação mística dos Cristãos, pois nem os objetivos nem os meios são os mesmos.

A contemplação metafísica dos Orientais leva ao "domínio dos princípios universais", passando pela busca ativa e até intensiva de uma semente inconsciente que está enterrada no âmago do ser humano.

A contemplação mística dos Cristãos leva ao Deus Pessoal e Criador, passando pelo vazio e pela passividade amorosa de uma alma que espera tudo de Cima.

Deve-se reconhecer que Guénon, ao distinguir essas duas vias e atribuir a cada uma um termo específico, mostra, mais uma vez, um discernimento incontestável. Ele tocou em uma realidade autêntica.

No entanto, devemos acrescentar do nosso lado que essas duas vias ainda têm pontos em comum. Mais precisamente, elas envolvem mecanismos mentais análogos. A via metafísica é, em última análise, apenas a via mística desviada de seu objetivo. Há, entre essas duas vias, a mesma diferença entre RELIGIOSIDADE NATURAL e a verdadeira religião.

O ser humano é naturalmente construído para a verdadeira religião. A natureza o predispõe à verdadeira religião. A natureza contém todos os mecanismos mentais necessários para receber a Revelação Divina e implementá-la. No entanto, esses mecanismos, providencialmente destinados a receber a Revelação do Alto, podem ser desviados, já que o ser humano possui o livre arbítrio, para as revelações de baixo. Se tivéssemos que dar um nome à via contemplativa oriental, a chamaríamos de via PSEUDO-MÍSTICA, para deixar bem claro que se trata, em suma, de uma imitação.

6 - Uma Tradição Intemporal

Certamente, a altíssima antiguidade dos tratados védicos não é indiferente para R. Guénon. Isso é muito compreensível. Não é sem importância, para uma tradição, produzir textos que estão entre os mais antigos que se pode encontrar. Mas acabamos de ver que essa antiguidade se torna de interesse secundário quando comparada à inspiração não humana dos textos. Essa inspiração os torna documentos que podem ser qualificados como REVELADOS, embora depois se possa perguntar por quem.

Guénon agora vai tirar, dessa origem não humana, um novo corolário. Ele atribui aos textos védicos uma atemporalidade que inicialmente será uma extensão de sua antiguidade, mas que acabará por substituí-la verdadeiramente.

Com sua aplicação habitual, ele nos faz notar que a tradição metafísica não é apenas antiga, mas intemporal. Ele não diz eterna, porque a eternidade é uma noção religiosa; ele fala de intemporalidade e não de eternidade. Ele não esquece que a metafísica se distingue da religião. Ela é superior a ela. Ela é o vasto quadro abstrato, a vasta envoltura intemporal.

> "A questão da data em que as diferentes partes do Vêda foram escritas parece verdadeiramente insolúvel e, aliás, sem importância real". (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindustânicas, 3ª parte, capítulo II)

> "É preciso considerar a tradição em sua integralidade e não há necessidade de perguntar o que, dentro dessa tradição, é primitivo ou não, pois trata-se de um conjunto perfeitamente coerente". (ibidem).

E por que o conjunto permanece perfeitamente coerente? É porque a fonte de inspiração é sempre a mesma; é a fonte não humana que, por isso, está absolutamente fora do tempo. Ela é a mesma hoje como era há dois ou três mil anos.

Mas então, será possível declarar "tradicional" dados recentes? Nada impede que isso seja feito, desde que esses novos dados sejam de fonte não humana, assim como já eram os antigos. Se essa condição for cumprida, as contribuições modernas não podem romper a homogeneidade da tradição. Eles se integram a ela sem dificuldades. Compreende-se que uma tradição tão expansível seja declarada intemporal.

> "As circunstâncias históricas, assim como outras contingências, não exercem nenhuma influência sobre o cerne da doutrina, que tem um caráter INTEMPORAL, e é evidente que a inspiração de que acabamos de falar pode ocorrer em qualquer época". (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindustânicas, 3ª parte, capítulo II).

7 - Uma Tradição Infalível

Da origem não humana, e portanto intemporal, da tradição oriental, R. Guénon deduz ainda uma nova consequência: sua INFALIBILIDADE. O capítulo XLV do livro "Vislumbres sobre a Iniciação" é intitulado "Da Infalibilidade Tradicional". Aqui estão alguns trechos desse capítulo.

> "...devemos ainda considerar outra questão, que é a da infalibilidade doutrinal; podemos fazê-lo colocando-nos no ponto de vista tradicional em geral... O que é propriamente infalível é a doutrina em si mesma e somente ela, e não os indivíduos humanos como tais; e se a doutrina é infalível, é porque ela é a expressão da verdade que, em si mesma, é absolutamente independente dos indivíduos que a recebem e a compreendem".

> "A garantia da doutrina reside, em última análise, em seu caráter não humano... A verdade não é feita pelo homem, mas ela se impõe a ele, não, no entanto, de fora, mas na realidade de dentro, porque o homem obviamente só é obrigado a reconhecê-la como verdade se, antes de tudo, a conhecer...".

Ora, ele a "conhece" no sentido técnico da palavra, quando a apreendeu diretamente pelo que é chamado de intuição metafísica. É esse tipo de infusão intelectual do qual falamos e que chamaríamos de pseudo-mística se pudéssemos usar aqui a linguagem cristã.

Portanto, tendo "conhecido" a verdade pelo caminho metafísico, ou seja, tendo-a assimilado diretamente, pode-se testemunhá-la infalivelmente. Guénon esclarece que não é o testemunho que é infalível, mas sim a tradição metafísica em si mesma. O testemunho só será infalível se for rigorosamente fiel.

Essa noção de infalibilidade aplicada assim à tradição oriental inevitavelmente vai chocar os católicos, acostumados a não ver nenhum abutre pairando sobre a infalibilidade do Pontífice Romano. No entanto, Guénon não quer justamente chocar os católicos, pois ele quer recrutá-los. Portanto, ele vai manter o princípio da infalibilidade na ordem da religião em geral, mantendo assim a infalibilidade do Pontífice Romano como um caso particular. Ele até a justifica, ligando-a à legitimidade canônica e à competência doutrinal.

Mas essa infalibilidade ele a limita à ordem religiosa e especifica que de forma alguma pode ser exercida na ordem tradicional. Pois qualquer pontífice religioso (por exemplo, o Papa dos cristãos) não possui, na ordem metafísica, legitimidade canônica nem competência doutrinal. Portanto, que

ele não venha contestar, na esfera metafísica, a infalibilidade da tradição, já que lhe é permitido o livre exercício da sua na ordem religiosa.

Assim, Guénon aplica em relação à Igreja a estratégia que lhe é habitual: "superpor-se sem opor-se". Estratégia que ele expressa nestes termos em seu livro "O Esoterismo de Dante":

> "...esotérico não equivale a heresia e uma doutrina reservada a uma elite pode se SUPERPOR ao ensino dispensado a todos os fiéis sem se OPOR".

8 - Uma Tradição Esotérica

Uma última questão se apresenta. A "Grande Tradição Imemorial" tem sido preservada, desde os tempos mais remotos, de uma maneira oculta, ou seja, esotérica? Tem ela sido perpetuada de era em era, enquanto permanece reservada a uma elite?

Como vimos, a tradição apresenta um modo de inspiração e um conteúdo metafísicos. Guénon afirma:

> "...em toda doutrina metafísica, há algo que SEMPRE SERÁ ESOTÉRICO, e é a parte do inexprimível que essencialmente toda concepção metafísica comporta" (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 2ª parte, capítulo IX).

Portanto, a tradição terá, por assim dizer tecnicamente, uma parte esotérica. Há mistérios da tradição que permanecerão inacessíveis aos ministros das religiões pelo motivo muito simples de que esses ministros não seguem o caminho metafísico, mas apenas o caminho místico, e, consequentemente, suas fontes de inspiração permanecem secundárias, subordinadas e subsidiárias.

A religião, um fenômeno devocional e sentimental, se dirige ao grande público. Isso é o que Guénon expressa ao dizer que ela é de natureza exotérica. Ela é feita para as necessidades das multidões, entre as quais, nos dizem, ela realiza maravilhas. Mas precisamente as multidões não são capazes de compreender as sutilezas da metafísica, que, portanto, permanece oculta para elas.

No entanto, o sistema de Guénon não pretende privar inteiramente a religião de toda participação na tradição esotérica. Em um regime normal, pelo contrário, ou seja, quando a hierarquia dos valores é respeitada, a religião deve buscar o cerne de seus dogmas e símbolos na tradição metafísica.

Mas historicamente, essa inspiração nem sempre é respeitada, porque a religião quer voar com suas próprias asas e despreza o auxílio, embora tão necessário, da metafísica.

É isso que está acontecendo atualmente com a Religião Católica, que, aparentemente, se alimentava da fonte tradicional no passado, especialmente durante a Idade Média, mas que, infelizmente, desde o período do humanismo, perdeu o contato com a doutrina, a inspiração e as organizações tradicionais.

O Islã, por outro lado, apresenta uma disposição exemplar, na opinião de Guénon: ele mostra ao público uma impressionante fachada puramente religiosa e exotérica, de origem judaica, mas também possui, por trás dessa fachada, as escolas esotéricas do sufismo, onde a tradição oriental é perpetuada.

Se compreendemos bem o raciocínio de Guénon, a família espiritual judaico-cristã, que abandonou a "Grande Tradição Primordial" e se restringiu à religião exotérica, deveria retornar às suas raízes tradicionais e se aproximar do hinduísmo. A Igreja Católica, em particular, deveria possuir, como o Islã, seus círculos esotéricos e tradicionais.

Esta não é uma ideia nova. A maçonaria, há muito tempo, tem considerado um plano semelhante. A diferença é que ela se propõe como uma SUPER-IGREJA esotérica. Guénon mantém o mesmo plano geral, mas designa como ponto de encontro universal, não mais a maçonaria, mas a TRADIÇÃO ORIENTAL.

9 - Conclusão da Primeira Parte

A tradição oriental, da qual R. Guénon deseja se tornar o introdutor no Ocidente, nos é apresentada como uma HIPER-FILOSOFIA puramente intelectual, como uma HIPER-MÍSTICA que leva à certeza absoluta e como uma HIPER-RELIGIÃO universal.

A incompatibilidade desta tradição com a "Tradição Apostólica", da qual a Igreja é guardiã, é absolutamente evidente.

No entanto, não basta apenas constatar essa incompatibilidade; agora é necessário discernir qual das duas tradições é a mais antiga e autêntica; qual das duas transmitiu, ou ao contrário, perdeu, o depósito da Revelação Primordial e das que a seguiram. É a esta série de perguntas que gostaríamos de responder em uma próxima segunda parte.

CAPÍTULO II - A TRADIÇÃO APOSTÓLICA

No artigo anterior, observamos a incompatibilidade entre a tradição oriental e a Tradição guardada pela Igreja. Ambas têm o mesmo nome, mas não compartilham o mesmo conteúdo.

Agora é necessário discernir entre as duas, identificar qual verdadeiramente contém a Tradição Primordial e qual é apenas um desvio.

1 - A verdadeira Tradição transmite a verdadeira Revelação

Toda Revelação divina dá origem à "Escritura" e à "Tradição".

A Escritura é o que o profeta registra por escrito após ter ouvido diretamente de Deus. Ele confia seu escrito à autoridade religiosa da época, seja o Patriarca, o Juiz, o Sumo Sacerdote ou o Pontífice. Esses escritos são cuidadosamente preservados devido à sua origem divina. Eles são amplamente testados (pois discernem os espíritos) e eventualmente codificados, muitas vezes anos após sua criação. Juntos, eles formam as Sagradas Escrituras.

No entanto, o profeta não consegue registrar tudo; ele fala do que viu e ouviu. Seus ouvintes então transmitem oralmente esses preciosos vestígios de Revelação, e depois os escrevem por sua vez. Isso se torna a Tradição. Ela permanece dispersa em uma variedade de documentos, e é necessário discernir o que é revelado do que não é; pois o critério não é a antiguidade, mas a origem divina.

Se uma tradição é profana em sua origem, ou seja, se transmite apenas filosofia, ciência, história ou direito, ela não se torna revelada apenas pelo passar do tempo. O que é profano permanece assim, não importa quão antigo seja, e a Igreja não será sua guardiã.

A Revelação messiânica, trazida pelo próprio Nosso Senhor, deu origem à Escritura (o Novo Testamento) e à Tradição (a Tradição Apostólica).

Da mesma forma, antes disso, a Revelação mosaica (geralmente judaica) também deu origem à Escritura (o Antigo Testamento) e à Tradição (a Kabbalah).

Vamos ainda mais longe. No começo, nossos primeiros pais e os patriarcas que os sucederam receberam a "Revelação Primordial". No entanto, essa não deu origem à Escritura. Ela gerou apenas a "Tradição Primordial" ou "Patriarcal", que permaneceu oral por muitos séculos e nunca foi escrita como tal.

Ocorreu que a Tradição Primordial, que oralmente continha toda a Revelação, foi sujeita a graves alterações. Tradicões profanas, não reveladas, se misturaram a ela e acabaram por invadir, sufocar e apagar qualquer vestígio de verdadeira Tradição, ou seja, da verdadeira Revelação divina. A história da religião na Terra, até Abraão, é simplesmente a história das sucessivas alterações da

Tradição Primordial.

2 - O conteúdo da Tradição Primordial

Do ponto de vista geral dos escritores da Igreja, a Revelação feita por Deus a Adão e aos patriarcas que o sucederam continha quatro componentes essenciais: um Deus, uma Lei, um Culto e uma Profecia.

Um Deus - O Deus da Tradição é pessoal, criador e único. Ele é pessoal, permitindo uma relação com Ele; Ele não é uma força cega ou uma entidade abstrata; a religião primitiva não é panteísta. Deus é criador; Ele não tem força independente acima Dele; Ele é soberano mestre de tudo, portanto, criador de tudo. Deus é único; não há outro além Dele; a relação primitiva também não é politeísta.

Uma Lei - É implícita; é a regra de conduta colocada no coração do homem; é a voz da consciência; é a lei natural; portanto, não é revelada positivamente; mas quando Caim a transgride, Deus a lembra explicitamente; ela também é complementada por várias prescrições, como o preceito da procriação.

Um Culto - A lei do sacrifício é universal; consiste em confessar diante de Deus a própria insignificância; este é o fundamento do culto; antes não sangrento, tornou-se sangrento desde a queda, pois foi adicionada a necessidade de expiação; Abel entendeu isso, mas não Caim. O culto de Caim é uma oferta de ação de graças, agora insuficiente; não é aceito por Deus. O sacrifício de Abel é expiatório e, portanto, entra na tradição divina como tendo sido aceito por Deus.

Uma Profecia - É chamada de "Protoevangelho"; aqui está o texto. Deus fala com a serpente após o episódio da tentação original: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a descendência dela; esta te ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar." (Gênese, III, 15). Hoje, parte dessa profecia se realizou; sabemos que a descendência da mulher é Cristo e deduzimos que a descendência da serpente é o Anticristo. Nos tempos antigos, isso alimentou as meditações dos homens que "andavam com Deus", porque resumia a história do mundo; muitos estudiosos afirmam que esta profecia foi dada por Deus para sustentar a esperança dos primeiros homens, pois formula a esperança da Redenção.

Os "homens justos", como por exemplo Jó, meditaram por longos séculos sobre essas duas descendências, essas inimizades, esse "esmagamento da cabeça, essa mordida no calcanhar". Pode-se dizer que o Protoevangelho é a peça central da Tradição Primordial.

3 - As alterações pré-diluvianas da Tradição

As Escrituras dão, para o período que precedeu o dilúvio, o nome de dez patriarcas: Adão, Sete, Enos (foi durante o patriarcado de Enos que "começou-se a invocar o nome do Senhor", Gênesis, III, 26), Cainã, Maalalel, Jarede, Enoque (que "andou com Deus e não foi mais visto, porque Deus o arrebatou", Gênesis, V, 24), Matusalém, Lameque e Noé.

O Gênesis não diz se todos os dez contribuíram para enriquecer a Tradição Revelada. É certo para três deles: Enos, Enoque e Noé. Mas para os outros, não sabemos nada. Nem mesmo temos certeza de que historicamente, durante o período pré-diluviano, tenha havido apenas dez patriarcas. Pode ter havido outros, que as Escrituras não mencionam, contentando-se em nomear os principais. Os registros profanos da humanidade são silenciosos sobre esse assunto e, portanto, incapazes de nos informar. Assim, somos obrigados a recorrer aos registros religiosos, ou seja, aos textos da Bíblia, que pelo menos tiveram o mérito de nos revelar tudo o que é necessário para a salvação.

Também é certo que a humanidade pré-diluviana atraiu de Deus sérias reprovações. É interessante ver como elas foram formuladas:

> "O Senhor viu que a maldade dos homens era grande na terra e que toda a inclinação dos pensamentos do seu coração era sempre somente para o mal" (Gênesis, VI, 5). Um pouco mais adiante: "E a terra estava corrompida diante de Deus e cheia de violência. Deus viu a terra e eis que estava corrompida, pois toda carne tinha corrompido o seu caminho sobre a terra. Então Deus disse a Noé: "O fim de toda carne veio perante mim, pois a terra está cheia de violência por causa deles" (Gênesis, VI, 11-13).

Portanto, uma repreensão geral: "os pensamentos de seus corações estavam sempre inclinados para o mal" e apenas duas especificações: "corrupção e violência". É pouco para descrever o estado da Tradição, mas é suficiente para nos convencer de que não havia mais nem Tradição nem Religião.

Em relação a Noé, pelo contrário, é dito o seguinte:

>

> "Mas Noé achou graça aos olhos do Senhor. Eis a história de Noé. Noé era um homem justo, íntegro entre os homens de seu tempo; Noé andava com Deus" (Gênesis, VI, 8-9).

Aqui também, as Escrituras dizem pouco, mas contêm muito; como de costume. "Noé andava com Deus" significa que ele praticava integralmente a Religião Revelada como a havia recebido. Portanto, é razoável pensar que ele conhecia a Tradição Primordial e suas quatro componentes essenciais: Um Deus, uma Lei, um Culto e uma Profecia. Ele foi o único a tê-la preservado e é essa Tradição que ele transmitirá a seus descendentes após o dilúvio.

4 - O conteúdo da Tradição Noética

Chama-se "Noaico" tudo o que se relaciona a Noé, pois em hebraico Noé é chamado Noach. Portanto, a tradição noaica é a tradição tal como Noé a deixou para seus descendentes após o dilúvio. Qual poderia ser o seu conteúdo?

Primeiramente, ela contém a Tradição Primordial e as quatro componentes que acabamos de mencionar.

Também contém o relato das palavras que Noé ouviu da boca de Deus antes do dilúvio, palavras que revelam o motivo da condenação da humanidade a esse castigo.

A tradição noaica também incluirá o discurso de Deus na saída da Arca, discurso que obviamente pertence à Revelação e contém o que chamamos de "Preceitos Noaicos". Enumeremos os principais:

1 - Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra; 2 - Dou-vos os animais como alimento, assim como vos dei a erva verde; 3 - Quem derramar o sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado, pois Deus fez o homem à Sua imagem. 4 - Estabeleço a minha aliança com os homens e coloco o meu arco na nuvem... 5 - Não haverá mais dilúvio para devastar a terra.

Noé constrói um altar e oferece a Deus um sacrifício sangrento, como Abel havia feito. Ele transmite, portanto, o culto primordial de tipo expiatório.

Todas essas razões permitem afirmar que a Tradição Primordial é lembrada, restaurada e até enriquecida. É essa Tradição enriquecida que deve, segundo o desígnio de Deus, guiar o repovoamento da terra.

Esse é o regime dessa primeira Aliança (aquela que nos é lembrada pelo arco-íris): a vontade de Deus é que a Religião primordial seja a Religião universal.

5 - A Tradição Profana

Somos levados a nos questionar. A Tradição que chegou à humanidade pós-diluviana, ou seja, aquela do período noaico, contém apenas os componentes de natureza religiosa que acabamos de enumerar? Elementos profanos e especialmente cosmológicos não se misturaram a ela?

É provável, embora não tenhamos prova positiva disso. No entanto, como veremos ressurgir tais noções após a dispersão na Torre de Babel, somos obrigados a perguntar de onde elas vêm.

A fonte que imediatamente vem à mente é, evidentemente, a ciência infusa de Adão. Deus concedeu a ele o dom da ciência infusa em seu estado de perfeição primitiva. E é óbvio que Ele o privou disso quando o expulsou do Paraíso Terrestre. No entanto, Adão não esqueceu o que havia aprendido, de modo que pôde transmitir aos seus descendentes muitos conhecimentos que hoje chamaríamos de cosmológicos. Esses conhecimentos primitivos não foram positivamente revelados. Eles também eram de uma ordem inferior aos conhecimentos religiosos derivados da Revelação.

Qual poderia ser o conteúdo dessa tradição profana? Estamos reduzidos a conjecturas, mas podemos pensar que ela transmitia noções como, por exemplo, o simbolismo dos quatro elementos constitutivos da criação material: terra, água, ar e fogo. Ela também transmitia noções de cronologia, ainda hoje chamadas de "tradicional", como a semana de sete dias, os doze signos do Zodíaco que formam o quadro dos doze meses do ano.

Certamente também se misturou aí toda uma sabedoria puramente humana, nascida da experiência e da reflexão, ditados populares, memórias históricas, tudo formulado com mais ou menos lirismo.

Assim, a mesma palavra "Tradição" abrange dois fluxos paralelos ou, melhor dizendo, superpostos.

O fluxo superior é a Tradição Primordial propriamente dita, ou seja, a parte religiosa. Nele encontramos apenas elementos revelados. É a parte espiritual, tratando de um Deus justo e bom, de uma lei difícil de seguir, de um culto difícil de praticar, de uma profecia difícil de entender. É a parte espiritual do fluxo tradicional, mas também aquela que, historicamente, tende mais a se sublimar, a evaporar, a cair em desuso, devido precisamente às suas dificuldades.

O fluxo inferior é a tradição profana. Ela merece esse nome de tradição por seu modo de propagação oral; mas tem um conteúdo completamente diferente. Ela transmite noções mais humanas, menos elevadas, mais práticas. Ela vai ofuscar e apagar a Tradição religiosa e prevalecer sobre ela; a história vai provar isso.

A diferença entre esses dois fluxos tradicionais é resumida por uma fórmula já antiga: a tradição cosmológica ensina como vai o céu, enquanto a Tradição religiosa ensina como se vai ao Céu.

6 - A grande bifurcação

A linha reta dos marcos tradicionais foi abandonada em algum momento da história antiga, por uma multidão imensa, e mais, pela quase totalidade da humanidade. A grande bifurcação ocorreu no momento do episódio da Torre de Babel. Esse episódio, portanto, muito importante, precisa ser examinado com atenção no texto bíblico. A narrativa não é longa, pois contém apenas nove versículos (Gên. XI, 1-9).

As circunstâncias gerais são expressas de forma lacônica:

> "A terra tinha uma única língua e as mesmas palavras. Partindo do Oriente, encontraram uma planície na terra de Sinar e ali se estabeleceram".

Assim, ao chegarem a essa planície, os homens procedem a uma importante inovação técnica. Eles fabricam novos materiais:

> "Eles disseram uns aos outros: Vamos, façamos tijolos e cozamos no fogo. E usaram tijolos em vez de pedras e betume em vez de argamassa".

Esses detalhes materiais têm seu interesse, mas vamos deixá-los de lado para chegar ao essencial.

Apenas um versículo é suficiente para o escritor sagrado definir o projeto de construir uma nova cidade, sob um novo status:

> "Disseram ainda: Vamos construir uma cidade e uma torre cujo cume alcance o céu; e celebremos nosso nome antes de sermos dispersos por toda a terra".

Este é o famoso grande projeto de Babel. É conciso, mas veremos que é pesado de consequências.

À primeira vista, no entanto, e se nos contentarmos com uma leitura rápida, os homens de Babel não parecem meditar um desígnio criminoso, pelo contrário: eles se proclamam felizes com sua unidade e fazem tudo para preservá-la. O que poderia ser mais louvável?

Mas a concisão bíblica resume um projeto na realidade muito amplo; é um verdadeiro plano de civilização; ele envolve o futuro a longo prazo; é uma grande mudança que está sendo feita.

Vamos encontrar neste plano os elementos constitutivos da Tradição Primordial transmitida por Noé em sua forma noaquita? Se ela foi fielmente perpetuada, é ela que deveria inspirar o projeto. Deveríamos ser capazes de reconhecer não apenas as quatro componentes da Revelação Primitiva, mas também alguns vestígios dos preceitos noaquitas. No entanto, precisamente, não encontramos nem mesmo um traço mínimo deles.

Não se menciona Yahveh, ao qual Noé tinha oferecido um holocausto. No entanto, devemos notar que os homens de Babel estão claramente animados por um zelo religioso inegável, já que desejam que a torre alcance o céu. Porém, eles falam do céu, um termo neutro, e não mais de Yahveh, o Deus pessoal. Poderíamos dizer hoje que são teístas ou panteístas. Além disso, a torre alcança o céu, mas para quem ela é construída? O texto diz: "Faciamus Nobis turrim". Ela é feita para os homens. Isso não é já o que chamamos de antropocentrismo religioso. O que é certo é que Yahveh não é mais mencionado.

A lei natural, inscrita no coração do homem, obviamente não é mencionada no projeto de Babel. Mas isso se compreende, pois ainda é tácita e ainda não foi promulgada artigo por artigo, como será no Sinai.

O culto expiatório está totalmente ausente das preocupações babilônicas. No entanto, fazia parte integrante da Tradição, aquele sacrifício expiatório. Noé o transmitiu, vindo de Abel, na saída da arca, já que ele construiu um altar para seu holocausto. Agora, não se fala mais de um altar, mas de uma torre. Esta torre é uma manifestação de religiosidade, certamente, mas de uma religiosidade na qual Deus não tem mais parte e que segue singularmente o caminho de se tornar "metafísica". Até nos perguntamos se uma torre tão alta não corresponde a uma ideia de desafio e se seu verdadeiro propósito não seria desafiar Deus.

A profecia das duas descendências, chamada de Protévangile, também está ausente. Eles não falam mais em manter uma linha reta apesar das contestações. O que os preocupa é a união. Por quê? Porque uma das duas descendências desapareceu; não conta mais; não há mais luta, mas unidade. A cidade que estão construindo se tornará a capital da humanidade única e indivisível. A "descendência da mulher" está eclipsada.

Em resumo, somos impressionados pelo modernismo das concepções de Babel: religiosidade ecumênica, culto sem altar, cidade humanitária. A Religião revelada desapareceu completamente. Em seu lugar, os homens propõem o que chamaríamos de antropocentrismo: "faciamus nobis civitatem, celebramus nomen nostrum". Façamos uma cidade, celebremos nosso nome.

Assim, a Tradição Primordial é obliterada pela segunda vez. E essa segunda obliteração teria sido tão grave quanto aquela que justificou o dilúvio se Deus não tivesse intervindo para encerrar a experiência de Babel.

> "Mas o Senhor desceu para ver a cidade e a torre que os filhos de Adão estavam construindo, e disse: 'Eis que este é um povo único e uma única língua para todos; eles começaram a fazer isso e não abandonarão seu plano até que o

> tenham realizado" (Gên. XI, 6).

Assim, Deus prevê que os princípios sobre os quais se baseia o grande plano em execução levarão a consequências detestáveis. Agora que começaram, não vão parar mais.

Então, vamos tentar discernir até onde o plano babilônico teria chegado. Obviamente, teria sido em prol da descendência da serpente que a unanimidade se formou ao pé da torre em construção. A descendência da mulher se escondeu. Portanto, o objetivo inevitável da cidade só poderia ser "o poder da Besta". Um poder sob o qual toda a humanidade teria sido obrigada a viver até o fim dos tempos; ainda estaríamos sob ele.

Aqui está a continuação da deliberação divina, marcada pelo plural:

> "Portanto, venham. Descendamos e confundamos aqui mesmo a língua deles, de modo que ninguém entenda a fala do seu próximo. Foi assim que o Senhor os dispersou dali por toda a terra, e eles cessaram de construir a cidade. Por isso foi chamada Babel, porque ali o Senhor confundiu a língua de toda a terra, e dali o Senhor os dispersou por toda a terra" (Gen. XI, 8-9).

O que chama atenção aqui é a vontade claramente expressa, e também pesada, de Deus de impedir a todo custo o empreendimento em curso. É Ele quem confunde deliberadamente as línguas. É Ele quem dispersa deliberadamente as nações. Há uma religião que Deus não quer e uma unidade que Deus não quer.

Também notemos que Deus agiu diretamente, ou seja, milagrosamente, sem recorrer às causas secundárias. De fato, Ele agiu por misericórdia. Como assim? Agora sabemos, pelo Apocalipse, que Deus concederá um poder universal à Besta em virtude de sua vitória sobre os homens pela tentação; esse poder é devido a ela com toda justiça; portanto, Deus, que é justo para com todas as criaturas, lhe concederá. Mas esse poder durará apenas um período muito curto e apenas no fim dos tempos: isso é o que chamamos de tribulações do Anticristo. A intervenção de Deus em Babel foi uma misericórdia, pois poupou à humanidade séculos sob o domínio da Besta.

Agora conhecemos o estado da tradição no momento da dispersão. Toda a sua parte revelada e religiosa desapareceu. Então, de que se compõe o patrimônio comum que as nações vão carregar, cada uma em seu continente? Este patrimônio comum inclui, em primeiro lugar, o antropocentrismo e a religiosidade que acabamos de descrever. Também inclui a tradição profana e cosmológica herdada de tempos imemoriais e que se propagou pelo mesmo caminho tradicional, paralelamente à Tradição Primordial revelada.

Um homem, mais uma vez, fez uma exceção e não sucumbiu à contaminação da ideologia de Babel. Este homem é o patriarca Héber, o ancestral epônimo dos hebreus, um dos antepassados de Abraão. "Epônimo" significa "aquele que coloca seu nome sobre".

Lemos em "Les Patriarches", de Dom de Monléon, na nota do primeiro capítulo, o seguinte: "Se acreditarmos numa tradição que conta com a autoridade de Santo Agostinho (A Cidade de Deus I-XVI-II), de Santo Efrém e de muitos outros, Héber não teria participado da construção da Torre de Babel. Por causa disso, ele e os seus conservaram a língua original da humanidade (que, segundo os antigos, era o hebraico) e mereceram tornar-se o povo escolhido de Deus". Héber desempenhou, na turbulência de Babel, o mesmo papel que Noé desempenhou no dilúvio.

7 - A nova estratégia

Sabe-se que o gênero humano foi colocado sob o regime das "inimizades" em virtude do decreto pronunciado por Deus na saída do paraíso terrestre. Devia, portanto, sempre haver "Abel" e "Caim", vivendo lado a lado, na espera do triunfo da "descendência da mulher" que deveria esmagar "a cabeça da serpente". Tal era o regime. A Religião do Verdadeiro Deus era universal, embora universalmente combatida. Nenhum decreto divino havia ainda estabelecido um "Povo eleito". Esse era o regime da primeira Aliança.

Ora, aqui está agora a segunda vez que a Religião revelada sofre uma degradação completa: a primeira antes do dilúvio, a segunda antes de Babel. Uma palavra de Nosso Senhor torna-se irresistivelmente presente na memória:

> «Jerusalém, quantas vezes Eu quis reunir teus filhos como a galinha reúne sua ninhada sob suas asas e tu não quiseste» (Lucas, XIII, 34).

Vê-se que a mesma censura já havia sido incorrida, em duas ocasiões, pela humanidade inteira, muito tempo antes.

Após a dispersão das nações, vê-se Deus tomar lentamente todas as disposições necessárias para uma nova estratégia. Esta dispersão, de fato, evita a incrustação do mal, mas não restaura a Tradição. Certamente, a descendência da serpente não tem mais uma capital civil e religiosa, uma vez que Babel está deserta, mas ela domina em toda parte de maneira difusa.

É Deus agora quem vai construir sua própria cidadela para ali manter e concentrar sua própria religião. Ela será conservada ali, em uma situação defensiva, até o grande momento da "Vocação dos Gentios", quando ela sairá para conquistar o mundo:

> «Vós adorais o que não conheceis; nós adoramos o que conhecemos, pois a salvação vem dos judeus» (João, IV, 22).

O corolário inevitável da confusão e dispersão babilônica é a vocação de Abraão. Não há mais outro meio, para perpetuar a Verdadeira Religião, do que constituir um povo-cidadela que seja seu guardião. Mas de que esse povo seria o guardião, se não há mais nada a guardar? Ora, a apostasia é geral e irreversível, não há, portanto, mais nada a guardar. É necessário que Deus reconstitua, ao mesmo tempo, a Tradição Primordial; é preciso proceder a uma nova Revelação que será a repetição da primeira, é preciso refazer tudo do nada. Pacientemente, Deus, novamente, revela-se

a Abraão, Isaac e Jacó, visando reconstituir a Tradição perdida.

Vimos que, no auge da apostasia babilônica, um homem fez exceção heroicamente: era Héber. Durante o período que se seguiu à vocação de Abraão, e antes de Moisés, encontra-se também uma exceção análoga, é "o santo homem Jó". Ele sabia muitas coisas, por exemplo, esta:

> «eu sei que o meu Redentor ("Redemptor" no texto da Vulgata) vive e que aparecerá no último dia sobre a terra...» (Jó, XIX, 25).

Onde Jó foi buscar essa esperança em um Redentor, senão no Protoevangelho que a Tradição Primordial, esquecida por todos, havia lhe transmitido. No entanto, não foi Jó que Deus escolheu para se tornar o ancestral do Povo eleito, porque ele não era judeu. Geralmente se atribui ao livro de Jó uma data anterior à do Gênesis.

8 - A reconstituição da Tradição Primordial

Moíses é encarregado de receber a nova Revelação pela qual Deus reconstitui a Tradição Primordial esquecida. Mas, desta vez, a Revelação é registrada por escrito: é a Escritura Sagrada. Ao mesmo tempo, uma organização sacerdotal é criada, que cuidará, entre outras funções, da conservação literal da Escritura. E as gerações futuras só terão a louvar o rigor com que essa conservação será realizada.

Hoje conhecemos a Tradição Patriarcal, não diretamente e oralmente, mas através da Escritura. Como sabemos o que Deus disse a Adão, depois a Noé? Certamente não é pela Tradição, pois ela foi alterada e até esquecida. É pela Escritura. Aqueles, portanto, que não aderem à Escritura, como é o caso dos hinduístas, conhecem da Tradição apenas o que restou em Babel, ou seja, a parte profana, cosmológica e recente; a parte que não tem valor para a salvação; é por isso que eles ignoram a salvação e a substituem pela libertação.

Moisés conheceu vestígios da Tradição Primordial semelhantes aos que acabamos de descobrir em Jó? É provável. Mas o que é certo, em todo caso, é que Deus, por uma inspiração explícita, preencheu lacunas irreparáveis e reconstituiu arquivos religiosos que a humanidade foi incapaz de transmitir.

Se há no mundo, hoje, uma instituição capaz precisamente de falar da Tradição Primordial e de apresentar seu conteúdo, é a Igreja. Não há outra.

Quando o hinduísmo diz: "A Igreja esqueceu a Tradição; somos nós que a conservamos", está errado. Na realidade, é exatamente o contrário. Todas as religiões pagãs (e não apenas o hinduísmo) abandonaram a linha reta dos marcos tradicionais antes de Abraão e antes da Escritura. Portanto, elas possuem da Tradição apenas a versão babilônica que, justamente, Deus não quis.

A superioridade da tradição pagã (hinduísta ou hermética) sobre a Tradição apostólica é uma afirmação sem fundamento. Mas ela é repetida com tal segurança e por alto-falantes tão poderosos que abafa toda outra palavra e passa comumente por uma verdade evidente.

CAPÍTULO III - A METAFÍSICA DE R. GUÉNON

Após expor as grandes linhas da Tradição hinduísta tal como apresentada por R. Guénon no conjunto de suas obras, e depois as da Tradição Primordial tal como perpetuada até os dias de hoje pela Tradição Apostólica, da qual a Igreja é guardiã, e após constatar que essas duas tradições são incompatíveis senão mesmo antagônicas, vamos examinar hoje, ainda nas suas grandes linhas, visto que não podemos entrar em detalhes, embora interessantes, a doutrina metafísica de R. Guénon.

Ela é desenvolvida principalmente na obra intitulada "Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus", publicada em 1930. Mas também encontramos elementos dessa doutrina em "O Homem e seu Devir segundo o Vedanta" e em "O Reino da Quantidade". No entanto, é essa doutrina metafísica que constitui, explícita ou implicitamente, o fundo comum de toda a sua obra; pode-se dizer que ela orienta todas as suas partes.
Essa doutrina fundamental é o que chamamos de hinduísmo. Mas R. Guénon também lhe dá dois outros nomes:

"Toda a tradição hindu é essencialmente fundada no Veda; poderia, portanto, ser chamada de vedismo; e o nome de Bramanismo também lhe convém em todas as épocas; não é senão o desenvolvimento da doutrina contida em princípio no Veda, palavra que significa, aliás, propriamente o conhecimento tradicional por excelência". (Int. Et. Doc. Hind., IIIª parte, capítulo I).

1 - Brahma, o princípio supremo

No topo da hierarquia divina, situa-se Brahma, que é o Princípio Supremo absolutamente universal e absolutamente indeterminado. Ele está isento de qualquer característica; não tem nenhuma atribuição positiva e está além de qualquer qualificação, além de qualquer distinção. Ele é a Unidade absoluta. Brahma é o assento de todas as possibilidades não manifestadas. Ele é tanto O SER quanto O NÃO-SER. Ele transcende tanto a matéria quanto o espírito, sendo o princípio comum a ambos.

Dois pontos precisam ser observados para uma boa compreensão do que se segue. Primeiro, a palavra "Brahma", quando se refere ao Princípio Supremo, é escrita no gênero neutro e sem acento circunflexo; encontraremos outra palavra com uma ortografia e um significado diferentes. Em segundo lugar, a Criação Universal é chamada de manifestação no Vedismo, um nome completamente lógico, já que a manifestação não é criada a partir do nada; portanto, ela é de fato uma manifestação, entre um número infinito de outras igualmente possíveis, do Princípio Supremo.

R. Guénon então responde a uma pergunta que inevitavelmente surge: Brahma deve ser concebido como um Deus pessoal ou como uma entidade abstrata?

> "Do ponto de vista metafísico, deve-se dizer que este Princípio é ao mesmo tempo impersonal e pessoal, dependendo do aspecto sob o qual é considerado: impersonal, ou se preferir, supra-pessoal em si mesmo; pessoal em relação à manifestação universal, mas obviamente sem que essa 'personalidade' divina apresente qualquer caráter antropomórfico" (Int. Et. Doc. Hind., capítulo III).

É preciso reconhecer que o que domina muito na descrição desta primeira entidade divina são os caracteres impersonais e metafísicos. Se uma certa personalidade está incluída, é como uma possibilidade. Além disso, é-nos dito que a supra-personalidade (virtual e eventual, aliás) de Brahma não é de forma alguma semelhante à do homem; e de fato veremos mais adiante que se houver "personalidade", ela é mais do tipo angélico.

Aqui estão algumas notas sobre Brahma, coletadas em todas as obras de R. Guénon:

> "A manifestação universal como um todo é rigorosamente nula em relação à sua infinitude" "Brahma é ativo, mas apenas em princípio, portanto, não ativo, porque essa atividade não lhe é essencial e inerente, mas é para ele apenas eventual e contingente" (Int. Et. Doc. Hind.).

> "Brahma é sem dualidade e, fora dele, não há nada, nem manifestado nem não manifestado. O mundo, entendido por esta palavra como a manifestação universal, só pode ser distinguido de Brahma de maneira ilusória, enquanto, por outro lado, Brahma é absolutamente distinto daquilo que ele permeia".

> "O Supremo Brahma é não qualificado em sua total infinitude, compreendendo tanto o Ser (ou as possibilidades de manifestação) quanto o Não-Ser (ou as possibilidades de não manifestação). Ele é, portanto, o princípio de ambos, além de ambos, ao mesmo tempo em que os contém igualmente". (O Homem e seu Destino segundo o Vedanta, capítulo XXI).

R. Guénon não revela qual foi a origem histórica de tal teodicéia. Ele simplesmente diz que está contida no Veda e, portanto, pertence à mais antiga tradição. Mas ele fornece uma explicação filosófica. Ele retoma um axioma muito antigo que já se encontra nos mais antigos filósofos, a saber: "Tudo o que existe é limitado". Não podemos deixar de concordar com esse axioma; mas o que se segue é menos evidente. O vedismo, que não adere à Revelação e, portanto, não aceita a ideia de um Deus que faz exceção a essa regra, torna-se prisioneiro de sua lógica. Tudo o que existe é limitado; ora, Deus existe, não se pode duvidar disso; portanto, este Deus, que necessariamente existe, deve ser necessariamente limitado. Mas então a mente humana não pode se contentar com tal Deus. Portanto, é absolutamente necessário um Deus ilimitado (nós diríamos infinito) que será colocado além de toda existência para salvaguardar sua infinitude: daí Brahma, Princípio absoluto e universal, transcendendo tanto o Ser quanto o Não-Ser, e sede de todas as possibilidades não manifestadas.

Qualquer cristão entenderá que tal Deus não é de forma alguma o de sua Religião: o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, que se revelou dizendo:

> "Eu sou aquele que sou" (Je suis Celui qui suis).

O verdadeiro Deus é ao mesmo tempo existente e infinito. A definição ensinada às crianças no catecismo também é válida para os mais sutis metafísicos:

>

> "Deus é um Ser infinitamente bom e infinitamente perfeito, criador e soberano senhor de todas as coisas".

2 - Ishwara, o deus semi-pessoal

Imediatamente abaixo de Brahma, vem uma segunda entidade divina: Ishwara, cujo papel é finalmente bastante fácil de entender. Enquanto Brahma era o assento de todas as possibilidades não manifestadas, Ishwara contém apenas uma possibilidade única, a da manifestação atual, o universo em que vivemos. Ishwara contém a manifestação como virtualidade. Ele é a possibilidade imediata de manifestação. Enquanto Brahma contém virtualmente todos os mundos, Ishwara contém virtualmente apenas o nosso.

Ishwara ainda participa da natureza de Brahma, pois ainda é apenas virtualidade. Mas ao mesmo tempo, ele pertence, pelo menos parcialmente, à manifestação, já que, embora não a traga à existência, ainda a contém em potência.

Ishwara possui, portanto, um menor grau de universalidade do que Brahma. René Guénon diz que "Ishwara é qualificado, ou seja, concebido distintamente". Esta entidade divina é capaz de receber atributos divinos; mas ainda os contém apenas como possibilidades.

Ishwara não é individualizado. Ele constitui por si só uma manifestação informal.

> "Ishwara, embora não seja individualizado por si só, pertence aos seres individuais, aos quais ele comunica a possibilidade de participação nos atributos divinos, ou seja, na própria natureza do Ser universal, princípio de toda existência". (O Homem e seu destino segundo o Vedanta, capítulo VII).

> "Em si mesmo, Ishwara é independente de toda manifestação, da qual, no entanto, é o princípio, sendo o Ser Supremo." ("O Homem e seu destino..." - capítulo X).

> "O termo sânscrito que pode ser traduzido da forma menos incorreta como Deus não é Brahma, mas Ishwara" ("O Homem e seu destino...", capítulo I).

R. Guénon atribui a Ishwara a Personalidade Divina, dizendo que ele é a personificação de Brahma. Mas ele faz a mesma observação sobre a supra-personalidade de Brahma: não há questão de atribuir à "Pessoa" de Ishwara a menor traço de antropomorfismo.

Ishwara é o ordenador da manifestação:

> "enquanto permanece ele mesmo não agindo na plenitude de sua atividade principial." ("O Homem e seu destino...").

Portanto, aqui está uma entidade divina cuja essência é servir de intermediário entre o Princípio Supremo e a manifestação. Mas então somos tentados a atribuir a ele um papel demiúrgico, ou seja, o papel de um agente organizador da materia prima. Mas R. Guénon se opõe a isso observando que, em seu sistema, não há materia prima no sentido em que existe nos sistemas dualistas. A metafísica védica é não dualista, pois a matéria e o espírito não são independentes; e eles não são independentes porque ambos pertencem a um Princípio Supremo comum.

3 - A Tríade ou a pseudo-trindade

Vamos descer mais um degrau na escala das entidades divinas e nos aproximarmos da manifestação.

> "Ishwara é considerado sob uma tríplice aspectação principal, que constitui a Trimurti ou Triple Manifestação" (Int. Et. Doc. Hind., terceira parte, capítulo VII).

As três novas entidades divinas que vamos descrever agora pertencem à manifestação. Esses três deuses estão plenamente inseridos na ordem da existência. Mas então eles são limitados, de acordo com o famoso princípio de que "tudo o que existe é limitado". Esses três deuses são Brahmâ, Vishnu e Shiva.

Brahmâ é o primeiro elemento da Trimurti. Mas este novo Brahmâ é do gênero masculino e é escrito com um acento circunflexo no último "a". Porque não se trata mais do Brahma (no neutro e sem acento) que encontramos como princípio supremo. Este Brahmâ, no masculino, é o Princípio produtor de todos os seres que constituem a manifestação. Ele é o reflexo, na natureza física, do Supremo-Brahma da metafísica.

À primeira vista, poderíamos considerá-lo como equivalente ao Pai Criador da teologia cristã. Mas seria um Pai Criador de uma espécie muito particular, já que viria em terceiro escalão e teria, acima dele, primeiro Ishwara, o Ser Supremo semi-pessoal, e depois Brahma no neutro, Princípio Supremo absolutamente metafísico.

O segundo elemento da Trimurti é Vishnu, que é o reflexo de Ishwara como princípio animador e conservador dos seres da manifestação. Se quiséssemos continuar a analogia com a Trindade cristã, poderíamos ver em Vishnu o Filho Redentor. Mas a comparação não poderia ir além de aparências puramente formais, Vishnu sendo membro de uma trindade que está longe de ser soberana.

O terceiro elemento da Trimurti Védica é Shiva, que é outro reflexo de Ishwara como princípio transformador da manifestação. Durante toda transformação, ocorre uma fase de destruição em que o antigo estado das coisas é aniquilado para dar lugar ao novo. Compreende-se por que Shiva se tornou, na opinião popular, o princípio destrutivo que é tão facilmente visto em ação na natureza. Aqui também, poderíamos ver alguma semelhança entre Shiva e o Espírito Santo Santificador do Cristianismo. Neste caso, a comparação seria menos improvável, já que toda

santificação exige uma fase preliminar de mortificação. Mas uma Trimurti que vem em terceiro grau de subordinação não pode ser comparada de maneira útil à Trindade soberana.

René Guénon observa que, no Hinduísmo como é praticado na Índia, essas três divindades, Brahmâ, Vishnu e Shiva, têm sido objeto, cada uma separadamente, de devoções populares. Alguns honram especialmente Vishnu, cuja ação conservadora e estabilizadora lhes proporciona algum conforto. Outros se dedicam a Shiva, que facilita o aprimoramento pessoal.

Assim, observadores superficiais puderam falar do Brahmanismo, do Vishnuísmo e do Shivaísmo como sendo religiões separadas, e isso com tanto mais verossimilhança quanto essas devoções têm seu próprio público particular. O Vishnuísmo dá muita importância aos ritos exteriores. É mais popular e mais difundido do que o Shivaísmo, que, por dar ênfase à transformação, favorece o ascetismo e a vida contemplativa.

R. Guénon observa com insistência, e ele deve estar correto, que não se trata de religiões distintas, pois uma mesma metafísica fundamenta todas as devoções. A elite do hinduísmo, ao contrário, professa a unidade do Princípio Supremo, que é comum, mais ou menos abertamente, mais ou menos secretamente, a essas várias práticas devocionais, as quais têm um único e mesmo código tradicional, o Veda.

4 - A Manifestação

A doutrina védica, como vimos, chama de manifestação o que chamamos de Criação. A manifestação é o local de uma dualidade fundamental:

> "Aqui devemos começar com a primeira de todas as dualidades cósmicas, aquela que está no princípio da existência ou da manifestação universal. Esta dualidade é a de Purusha e Prakriti, segundo a doutrina hindu, ou para usar outra terminologia, a da essência e da substância" (O Reino da Quantidade, capítulo I).

Prakriti é a substância universal, indiferenciada e não manifestada em si mesma, mas da qual todas as coisas surgem por meio de modificações. Essa substância universal é constitutiva de todos os seres diferenciados, até mesmo dos seres espirituais. Por exemplo, a consciência individual participa de Prakriti como essa consciência é uma substância espiritual. É evidente que também é Prakriti que constitui a substância fundamental dos cinco elementos materiais: éter, ar, fogo, água e terra.

Na doutrina hindu, há um princípio complementar a Prakriti. Esse princípio é Purusha, que pode ser chamado de essência:

> "Todas as coisas manifestadas são produzidas por Prakriti. Mas, sem a presença de Purusha, essas produções teriam apenas uma existência puramente ilusória" (Int. Et. Doc. Hind., terceira parte, Capítulo XI). Portanto, é Purusha quem dá forma à substância universal constituída por Prakriti. Purusha permite que Prakriti se diferencie e dê origem a seres individuais. Estes são os dois polos da manifestação: substância e essência.

Essa divisão bipolar é bastante desconcertante para nossa mentalidade ocidental. Toda a nossa filosofia é, felizmente, marcada por concepções que derivam, em última instância, do Gênesis: "No princípio, Deus criou o céu e a terra". O céu, ou seja, o mundo dos espíritos, e a terra, ou seja, o mundo dos corpos. Os dois constituintes que estamos acostumados a distinguir na criação são espírito e matéria. Reconheçamos que fomos ajudados pela Revelação.

Os dois polos da manifestação hindu não são os mesmos. Purusha, que é a essência, não se confunde com o espírito: ele é apenas o agente que permite a individualização dos seres; é o agente que constitui as "essências" particulares.

Por sua vez, Prakriti, que é a substância universal, não pode ser assimilada à matéria como a entendemos, pois Prakriti, como vimos, constitui até mesmo a consciência individual. Prakriti é, portanto, tanto a substância espiritual quanto a substância material.

Somos desorientados, pobres ocidentais, por essas doutrinas cujos conceitos apresentam ora pontos de coincidência com os nossos, ora pontos de divergência. Também o somos porque elas enfatizam mais a união dos contrários do que sua distinção. Por exemplo, como não ficar surpreso quando R. Guénon, após expor o bipolarismo da manifestação, apressa-se em observar que essa divisão bipolar não afeta de forma alguma o caráter não dualista da metafísica hindu: de fato, ele diz, Prakriti e Purusha têm um princípio comum de ordem universal em que ambos estão igualmente contidos. O princípio universal, nós o conhecemos, é Brahma, o Princípio Supremo.

Aqui, não podemos deixar de nos perguntar se o sistema metafísico de R. Guénon é panteísta? Ele próprio rejeita essa acusação, o que obviamente o incomoda muito se ele quiser, como frequentemente repete, se sobrepor ao catolicismo sem se opor a ele. No entanto, podemos observar que a transcendência do Princípio Supremo nunca é expressa claramente. Além disso, a noção de criação ex nihilo, embora verbalmente admitida, não é definida corretamente. Essa questão do panteísmo, se seria ou não incluída na tradição hinduísta, precisa ser tratada separadamente.

5 - Metafísica e religião

R. Guénon pratica uma metafísica que não se enquadra na definição comum. Ele próprio explica isso. Devemos entender bem sua definição, pois em alguns pontos ela se assemelha à da religião e, em outros, dela se afasta consideravelmente.

A física, no sentido antigo da palavra, é o estudo da natureza material que está ao alcance dos nossos sentidos. A metafísica, no sentido clássico, é a ciência das generalidades sugeridas pela observação da natureza e pela consideração de seus mistérios, como, por exemplo, a essência e a existência, o espírito e a matéria, a vida e a morte; essa é a definição dos antigos, cuja filosofia ocidental seguiu.

Fiel intérprete do hinduísmo, Guénon amplia consideravelmente a abrangência da ciência metafísica tal como ele mesmo a pratica. Para ele, ela não compreende apenas a metafísica clássica, que é essencialmente uma ontologia, ou seja, uma ciência do ser. Ela se estende ao conhecimento do Princípio Supremo em si mesmo, que está situado, como agora sabemos, além do ser, pois é ao mesmo tempo o ser e o não ser, sendo o lugar das possibilidades que ainda não vieram à existência.

Como uma ciência tão sublime é possível? É possível no hinduísmo, diz Guénon, porque lá são utilizados métodos de meditação que fornecem acesso direto ao Princípio Supremo. O sujeito que medita de acordo com esses métodos e dentro de todo esse ensinamento alcança um conhecimento não mais discursivo, ou seja, obtido através de construção racional, mas um conhecimento intuitivo, imediato e sem intermediários do Princípio Supremo diretamente apreendido. Tal conhecimento intuitivo é um fenômeno psicológico também descrito em outras religiões e disciplinas e chamado de intuição intelectual.

Essa intuição intelectual é difícil de obter. É reservada para sujeitos de elite. Deve até mesmo ser mantida em segredo. Ela é alcançada principalmente pela iniciação e, portanto, tem um caráter esotérico, ou seja, oculto. Por meio dessas precauções, o sujeito meditante chega à identificação com o objeto de suas meditações. Ele acaba por se identificar com o Princípio Supremo metafísico em si mesmo.

Como o objeto de tal meditação é metafísico, é lógico que o método contemplativo que permite alcançá-lo também seja chamado de metafísico. Uma grande parte do trabalho de Guénon será dedicada à descrição dos caminhos metafísicos, que ele nos dirá serem puramente intelectuais, entendendo por isso que não são devocionais nem sentimentais.

No entanto, como vimos, no hinduísmo também existem divindades que são menos elevadas que o Princípio Supremo. São as divindades que são objetos de devoção popular, como Brahmâ, Vishnu e Shiva, para citar apenas as três principais. E aqui está um ponto essencial de sua argumentação:

R. Guénon reserva o nome de religião ao culto prestado às divindades que pertencem à existência manifestada. O Deus dos cristãos faz parte dessas divindades, pois também está na ordem da existência. A esses tipos de deuses, presta-se um culto religioso, devocional, sentimental e popular.

Quanto às vias contemplativas que conduzem ao contato com os deuses da ordem existente, obviamente não podemos chamá-las de metafísicas, já que seu objeto não é metafísico. Elas serão chamadas de vias místicas. Conduzindo a um objeto inferior, as vias místicas serão logicamente consideradas inferiores às vias metafísicas.

Além disso, como a "Religião" não é reservada a sujeitos de elite, mas é popular, ela será chamada de exotérica, ou seja, pública.

Em resumo, a metafísica, por envolver a intuição puramente intelectual e progredir através da iniciação e do esoterismo, será declarada superior à simples religião, que será qualificada como mística, devocional e exotérica.

Essa superioridade da metafísica sobre a Religião é totalmente arbitrária, pois deriva apenas da divisão da divindade em duas partes, uma das quais (aquela que é objeto da Religião) permanece no domínio da existência, enquanto a outra (aquela que é objeto da metafísica) é expulsa para uma zona muito alta de "possíveis não manifestados".

Essa superioridade da metafísica sobre a Religião é uma das peças-chave da doutrina de Guénon e, portanto, da doutrina hinduísta da qual ele é o doutor para o Ocidente. Ela é encontrada, de uma forma ou de outra, em todos os seus livros. E compreende-se que seja essencial para ele, pois é a posição dominante que lhe permite fazer da religião em geral e especialmente da Religião Cristã um caso particular do sistema metafísico considerado mais vasto, mais compreensivo, mais inteligente.

Mas a Religião do Verdadeiro Deus já, em outras épocas e especialmente nos tempos patrísticos, demonstrou que não permite que a armadilha metafísica se feche sobre ela.

É isso que tentaremos mostrar nos próximos artigos, se nos for permitido, onde trataremos do mecanismo da iniciação, do simbolismo da Cruz, dos ciclos cósmicos, da angelologia e da estratégia guenoniana.

CAPÍTULO IV - O SIMBOLISMO CRISTÃO DA CRUZ

"O Simbolismo da Cruz" é o título de uma obra publicada em 1931 por René Guénon, um dos principais propagadores das doutrinas islâmicas e hinduístas no Ocidente. No entanto, muitos católicos estão muito perturbados com a argumentação desenvolvida nesta obra. Eles ficam com a impressão de que a Igreja romana tem uma compreensão bastante incompleta do sentido espiritual contido no emblema da Cruz.

De fato, se acreditarmos na obra de R. Guénon, o significado profundo e real da Cruz teria se conservado intacto, não na Igreja católica, mas no Islã e nas religiões da Índia e da China. E é lá que os católicos tradicionais deveriam buscá-lo.

É evidente que não podemos ficar com essa impressão tão desagradável quanto falsa. Uma justificativa do simbolismo cristão da Cruz se impõe. Portanto, antes de expor o simbolismo da Cruz tal como ensinado por Guénon, é necessário, para que se possa estabelecer uma comparação, expor primeiro tal como ele foi transmitido, desde os Apóstolos, na crença cristã mais certa.

1 - A Cruz Latina

Antes de tudo, qual foi a forma da verdadeira Cruz? A forma sobre a qual todas as gerações de cristãos meditaram é, evidentemente, a da Cruz histórica de Nosso Senhor. Eles não meditaram sobre uma Cruz ideal imaginada por eles, mas sobre a Cruz real do Calvário. Ora, a forma tradicional da Cruz é a chamada Cruz Latina, ou seja, aquela em que a viga vertical supera, em direção ao alto, a viga horizontal em cerca de um terço da sua altura.

No entanto, essa não era a forma do instrumento de suplício utilizado pelos romanos para os escravos criminosos. Eles haviam introduzido na Palestina uma Cruz em forma de T, na qual o eixo vertical não se elevava acima da barra transversal. Assim, inscrevia-se o T (a letra tau do alfabeto grego) na camisola dos condenados. O tau havia se tornado sinônimo de morte infamante.

Os Padres da Igreja sabiam muito bem de tudo isso. Eles conheciam a existência da cruz em tau para as crucificações, especialmente a dos escravos. E, no entanto, eles não se opuseram à tradição da "Cruz Latina". Por que isso? Primeiro porque não se pode excluir que a Cruz do Gólgota tenha tido efetivamente a forma mais tarde chamada de "latina". É até provável, já que tal tradição é verdadeiramente muito geral. Pode-se compará-la à tradição, transmitida pela iconografia mais antiga, da barba usada por Nosso Senhor.

Além disso, encontra-se nos Padres outra resposta à objeção do tau:

> "Supondo mesmo", dizem eles, "que as duas vigas estivessem dispostas uma sobre a outra à maneira do tau, a inscrição da Cruz, que foi acrescentada por ordem de Pilatos, era suficiente, por si só, para dar ao conjunto a forma da 'Cruz Latina'." Portanto, pode-se considerar a Cruz Latina como a forma historicamente mais provável, esteticamente a mais equilibrada e simbolicamente a mais completa, ao mesmo tempo que a mais simples. Forma, portanto, sobre a qual foi legítimo, e ainda é, basear a meditação cristã do simbolismo da Cruz.

2 - A Árvore da Cruz

É uma prática constante, desde os primórdios do cristianismo, comparar a Cruz do Calvário à árvore do Paraíso. Escritores religiosos frequentemente falam da Árvore da Cruz.

No entanto, essa comparação apresenta uma dificuldade, pois no Jardim do Éden, Deus plantou não uma, mas duas árvores: o lignum vitae, a árvore da vida, que estava no meio do jardim, e o lignum scientiae boni et mali, a árvore do conhecimento do bem e do mal, em um local não especificado nos textos. A qual dessas duas árvores a Cruz do Calvário será comparada?

Os autores cristãos são unânimes em resolver essa dificuldade ao fazerem da Cruz de Nosso Senhor a recapitulação das duas árvores do Paraíso. Eles até mesmo justificam que ela era feita de duas vigas e, portanto, provavelmente de duas árvores diferentes, talvez até mesmo de duas essências diferentes. Observa-se que a Arca de Noé foi construída com madeiras resinosas e que a Arca da Aliança era feita de madeira de acácia. Assim, a Cruz é a verdadeira Arvore da Vida. O fruto que ela deu foi o "Filho do Deus Vivo", Ele mesmo o Caminho, a Verdade e a Vida, e também o "Pão Vivo descido do Céu". O paralelo é inegável.

A Cruz também é a verdadeira árvore do conhecimento do bem e do mal. Ela tem um lado direito e um esquerdo que são o direito e o esquerdo de Nosso Senhor. A direita é o lado da eleição divina, a esquerda é o lado da reprovação. O conhecimento do bem é o conhecimento de Cristo que nos é ensinado pelo arrependimento do bom ladrão. O conhecimento do mal é o conhecimento do Anticristo que nos é mostrado pela obstinação do ladrão mau.

As duas árvores plantadas por Deus no Jardim do Éden eram apenas prefigurações, talvez distantes e misteriosas, mas precisas da Cruz do Gólgota, que as recapitula enquanto respeita sua dualidade, já que era feita de duas vigas.

3 - Os Quatro Instrumentos

É comum observar que há uma simetria entre, por um lado, o consumo do fruto proibido pelo primeiro Adão, no início da humanidade, e, por outro lado, a crucificação do Novo Adão na colina de Jerusalém. Esses dois episódios, ambos relatados com solenidade nas Escrituras, correspondem entre si.

"Assim como quatro instrumentos", escreveu Santo Ambrósio, "serviram para nossa queda: Adão, Eva, a serpente e a árvore, da mesma forma, quatro instrumentos serviram para nossa redenção: Jesus, Maria, José e a Cruz".

Santo Ambrósio utiliza aqui a palavra "instrumento"; nós diríamos mais comumente que são agentes ou ministros. Ele acredita que essas duas séries de quatro agentes se correspondem.

Adão corresponde a Jesus, que é chamado desde sempre de "Novo Adão". Jesus assume todas as consequências do consumo do fruto proibido pelo primeiro Adão e expira exclamando "está consumado".

A correspondência também é muito clara entre Eva e Maria. Eva foi "a auxiliadora semelhante a ele" que Deus modelou para o primeiro homem. Da mesma forma, Maria é a auxiliadora que Deus preparou para "o primogênito de toda a criação", que é Jesus. A Igreja reconhece em Maria as funções de Co-redentora e lhe concede o título de "Auxiliadora", pois ela é a auxiliadora de Jesus. O comportamento de Maria junto a Jesus é como o simétrico daquele de Eva junto a Adão. Maria auxilia a reverter o que Eva auxiliou a desfazer.

É mais surpreendente comparar São José com a serpente. No entanto, essa é a posição que Santo Ambrósio lhe atribui em sua enumeração. A virtude essencial de São José é a prudência. Ele também possui a disciplina do silêncio. No entanto, existem dois tipos de prudência: a prudência segundo o espírito e a prudência segundo a carne.

A prudência segundo o espírito é aquela que se alia à simplicidade da pomba, conforme o preceito: "Sejam prudentes como a serpente e simples como a pomba". Esta prudência segundo o espírito reserva-se, como fez o primeiro José, o Patriarca, ao reservar o trigo para o Faraó. Ela se oculta, é verdade, mas não se esconde, pois é simples. E qual é o trigo que São José tinha que esconder? Esse trigo é Nosso Senhor Jesus Cristo, que ele guardou no Egito até que os inimigos da Criança desaparecessem. Com sua prudência [e com seu silêncio sobre o nascimento miraculoso de Jesus, do qual ele nunca falou], São José enganou a serpente, ele agiu astutamente. Ele é o "agente" mais diretamente oposto à serpente.

Restaria, se ainda não o tivéssemos feito, comparar entre si os quartos "instrumentos" da enumeração ambrosiana: a árvore do Paraíso e a da Cruz. Agora conhecemos sua correspondência.

A literatura cristã é rica em meditações de todas as épocas sobre essa comparação entre as duas árvores. Podemos contemplar indefinidamente esses símbolos sem nunca nos cansarmos.

4 - O Mistério da Cruz Brilha

> "Os estandartes do Rei avançam. Aqui resplandece o mistério da Cruz".

A Cruz é o resumo simbólico dos três grandes mistérios da fé, que são: a Santíssima Trindade, a Encarnação e a Redenção. O cristão que traça sobre si o sinal da Cruz o faz pronunciando o nome das Três Pessoas divinas, em uma ordem que se harmoniza perfeitamente com a forma da Cruz latina.

A parte superior da viga vertical, voltada para o céu, corresponde ao Pai Criador, também chamado de Pai Celestial. A parte inferior dessa mesma viga, afundada no solo, corresponde ao Filho Redentor que desceu à Terra. A viga horizontal, situada entre as duas partes da viga vertical e apoiada nelas, corresponde ao Espírito Santo Santificador, que procede do Pai e do Filho. Assim, a Cruz simboliza claramente e simplesmente O MISTÉRIO DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

Vamos considerar mais especificamente a viga vertical. Por sua verticalidade mesma, ela simboliza a geração eterna e celestial do Verbo, ou seja, sua FILIAÇÃO DIVINA. Ela marca a origem e a natureza divina do "Filho de Deus". Ela também realiza, uma vez que não há vida senão em Deus, o verdadeiro lignum vitae do jardim do Éden.

Mas a viga vertical simboliza ainda outra coisa, é a DIVINA PATERNIDADE que Nosso Senhor Jesus Cristo exerce sobre o século futuro, conforme a profecia de Isaías:

> "Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, o governo está sobre os Seus ombros, e Ele será chamado Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade (Pai do século futuro), Príncipe da Paz". [Isaías 9:5]

Essa "paternidade" de Jesus não deve nos surpreender. Ela não deixa dúvidas. É mencionada nas ladainhas do Santo Nome de Jesus.

Agora vamos direcionar nossa atenção para a viga horizontal. Observamos o símbolo da igualdade humana que o "Filho do Homem" assumiu. Ela simboliza a FRATERNIDADE HUMANA de Nosso Senhor Jesus Cristo e Sua natureza humana. Já vimos que a viga horizontal, dividida em duas pela viga vertical, possui uma direita e uma esquerda. Portanto, é adequada aos braços de um juiz que recompensa com sua mão direita e condena com sua mão esquerda. Ela realiza mais especificamente o lignum scientiæ boni et mali do Gênesis.

Depois de considerarmos as duas vigas separadamente, olhemos novamente para a Cruz como um todo. Ela simboliza primeiramente a ENCARNACÃO, já que a parte descendente divina se une com a parte horizontal humana.

Mas ela também simboliza a REDENÇÃO, pois foi o instrumento da "elevação" do homem-Deus. Foi quando Ele foi pregado nela que Nosso Senhor começou a ser elevado da terra.

> "Quando Eu for elevado da terra, atrairei todos a Mim".

Este começo de elevação ocorreu na própria Cruz. Portanto, a Cruz não é apenas o caminho da descida do Verbo Encarnado, mas também o caminho da ascensão do homem redimido. É por isso que muitos comentaristas e contemplativos viram, na escada de Jacó, ao longo da qual os anjos subiam e desciam, uma figura da Cruz.

Agora, deixemos de lado a Cruz histórica do Calvário para considerar "o Sinal do Filho do Homem", do qual Jesus mesmo profetizou a aparição nos céus nos últimos dias. Esse sinal não é outro senão a Cruz que marcou Seu ombro, conforme dito em Isaías:

> "O símbolo de Sua autoridade está sobre Seu ombro". [Isaías 9:6].

5 - A Parte Oculta da Cruz

O Divino Mestre providenciou tudo com antecedência para que a sua cruz estivesse de acordo com a postura que ele desejava adotar no momento de sua morte. Desejando estender os braços em cruz, por diversas razões, Ele, em Sua providência, fez com que Seu instrumento de suplício tivesse a forma de uma Cruz. Não foi Ele quem se moldou à Cruz, mas a Cruz que foi moldada a Ele. Podemos dizer, então, que a Cruz é a sombra de Jesus. Ela esquematiza Seu corpo físico e simboliza Seu corpo místico, que é a Igreja. A Cruz é a forma espiritual da Igreja.

A Cruz apresenta uma parte aérea que é visível e uma parte enterrada que não é vista. A parte aérea visível é o coro dos batizados que receberam o sacramento publicamente. A parte enterrada e invisível é o coro daqueles que entrarão no Céu apenas com o batismo de desejo. Somente Deus os conhece; eles formam uma Igreja enterrada em Seu coração.

6 - As Cruzes dos Ladrões

A Cruz histórica de Jesus foi cercada por personagens, circunstâncias e objetos destinados a enriquecer seu significado. Foi assim que outras duas cruzes foram erguidas ao mesmo tempo, uma de cada lado. Elas também estão repletas de ensinamentos.

Já descobrimos um primeiro significado para essas duas cruzes. Elas nos permitiram identificar a viga horizontal da Cruz central, que de fato está dividida em duas metades, uma apontando para o bom e outra para o mau criminoso; assim, ela sozinha reconstitui a árvore do conhecimento do bem e do mal.

Agora vamos descobrir um novo significado para essas duas cruzes. Pois o mesmo objeto material pode simbolizar várias ideias diferentes dependendo do ponto de vista sob o qual é considerado. Essa pluralidade de significados é uma das características da dissertação simbólica.

Primeiro, vamos responder a uma pergunta. Qual foi o lado do bom ladrão? Os textos evangélicos não especificam isso. Os quatro Evangelistas apenas dizem que um dos criminosos estava à direita e o outro à esquerda; mas eles não dizem como estavam distribuídos. No entanto, é tradicional que o bom ladrão estivesse à direita. E de fato há uma conveniência lógica nisso. A direita é, em todos os textos dos dois Testamentos, o lado da eleição divina. É uma questão de fé que Nosso Senhor está sentado à direita do Pai: "está à direita do Pai". Por outro lado, a esquerda é o lado "sinistro". É o lado da reprovação divina.

As posições relativas dos três personagens estando assim determinadas, será mais fácil refletir sobre as verdades religiosas que eles nos ensinam. Observamos imediatamente que os três crucificados eram três filhos de Adão. Todos eles tinham o Primeiro Homem como ancestral comum. "O Filho do Homem" estava, portanto, "entre seus irmãos"; a fraternidade humana, que já era buscada por Ele na Encarnação e que é simbolizada pela viga horizontal, é reafirmada, continuada e confirmada na obra da Redenção.

Agora somos impressionados por outra característica significativa: os dois ladrões são dois irmãos separados, e são separados pela Pessoa de Jesus Cristo, em relação ao qual eles se comportam de maneira diferente. Essa separação constitui a imagem e o prelúdio do juízo final, no qual "Aquele que foi pendurado na árvore" separará as ovelhas dos bodes. A Ele foi dado o poder de separar, de acordo com a sentença contida em São João:

> "O Pai não julga ninguém, mas confiou ao Filho todo o julgamento, para que todos honrem o Filho como honram o Pai" [João 5:22].

Meditamos ainda mais profundamente sobre esse mesmo mistério. Os dois ladrões simbolizam dois "corpos místicos" que também estão separados. Mas isso requer uma explicação. Vimos anteriormente que a Cruz de Nosso Senhor forma como Sua sombra e representa Seu Corpo místico, ou seja, a Igreja. Considerando agora, não mais a Cruz de Jesus, mas apenas a pessoa do bom ladrão, encontramos nele essa mesma Igreja sob uma outra aparência. De fato, naquela mesma noite, ele será o primeiro redimido da Igreja triunfante. Portanto, ele é o símbolo do Corpo místico de Cristo.

Isso é especialmente impressionante quando o comparamos à pessoa do mau ladrão, que, por sua vez, representa o corpo místico do Anticristo. É certo que essa noção de "corpo místico do Anticristo" não é comumente expressa na literatura eclesiástica. Mas, afinal de contas, ela também não está em contradição com "a analogia da fé" e até tem fortes apoios a seu favor. Portanto, o Divino Mestre está na Cruz com Sua Esposa mística à Sua direita e "a Besta" à Sua esquerda.

Continuemos nossa análise simbólica. Os três filhos de Adão, diferentes entre si, sofrem um destino semelhante. Um é o juiz justo, os outros dois são julgados. E os dois julgados são irmãos inimigos. Eles, juntos, representam toda a humanidade. A identidade de seu destino marca visivelmente a universalidade da lei do sacrifício. Nem os bons nem os maus podem escapar dela. Essa grande lei de nossa condição terrestre é simbolizada pelas três cruzes.

7 - O Cenário Simbólico da Paixão

Outros símbolos, alguns vivos, outros materiais, cercavam a Cruz e recebiam dela seu significado como uma iluminação. Eles são de uma riqueza prodigiosa e aqui só podemos fazer uma breve enumeração. A Co-redentora ocupa o lugar principal neste cenário simbólico, pois nela não há pecado original nem pecados atuais. É a pomba que reproduz de forma mais perfeita a inocência do Cordeiro imolado. Ela não sofre a Paixão física, reservada a seu Filho, mas a Paixão mística. Ela também é uma imagem da Igreja e mais do que uma imagem, pois é a Mãe dela.

Nenhum dos personagens que testemunharam a Crucificação teve que sofrer uma morte violenta. Nosso Senhor os protegeu assumindo isso sobre Si. É assim que São João, o único dos Apóstolos presente no Calvário, também é o único que não morreu como mártir. Jesus se substitui ao homem sob os golpes do Rigor de Deus.

O Centurião, que não era judeu mas romano, foi o primeiro a confessar a divindade de Jesus:

> "E o centurião, que estava defronte dele, vendo que expirara assim clamando, disse: 'Verdadeiramente este homem era Filho de Deus'." [Marcos 15:39].

Portanto, o centurião foi o primeiro a responder ao chamado dos gentios.

Entre os instrumentos materiais que participam do cenário simbólico da Cruz, o mais prestigioso é a Coroa de Espinhos. Esta coroa é aquela que Nosso Senhor adquiriu por direito de conquista. Ela se adiciona àquela que Ele já possuía por direito de nascimento em Sua qualidade de "Filho de Davi". A Coroa de Espinhos do Calvário é composta pelas mesmas espinhas que a prevaricação de Adão gerou sobre a terra.

> "A terra produzirá espinhos e cardos..." (Gênesis, III, 18).

Esses antigos espinhos da falta original, Jesus as transformou em uma coroa e em uma realeza.

Os três cravos que fixaram Jesus na Cruz foram figurados pelas três flechas com as quais Joabe matou Absalão, que era precisamente "Filho de Davi", mas um filho rebelde contra seu pai. Portanto, Nosso Senhor recebeu as três setas destinadas a um filho rebelde. Mais uma vez, mesmo

inocente, Ele desempenhou o papel de Absalão, ou seja, de um culpado.

Quanto às Cinco Chagas, duas nos pés, duas nas mãos e uma no coração, também foram figuradas na história de Davi na forma dos cinco seixos com os quais ele se armou para combater Golias. Ele usou apenas um, mas os destinou todos os cinco a ele, se necessário. Jesus recebeu os cinco seixos destinados ao inimigo do povo de Deus, Golias, cujo nome contém todas as letras necessárias para formar a palavra Golgota.

O "Caminho da Cruz" consiste em quatorze estações que os Cristãos meditam incansavelmente e nas quais se pode ver uma profecia da vida da Igreja e das tribulações que ela suporta.

As Sete Palavras pronunciadas por Jesus na Cruz e solenemente relatadas pelos Evangelistas, são por si só carregadas de um significado abundante. Muitos comentários são dedicados a elas. É bom enumerar pelo menos as primeiras palavras: Pai... Perdoa... Hoje... Eli... Tenho sede... Está consumado... Pai, em tuas mãos...

O Precioso Sangue foi chamado assim porque é a moeda, o ouro precioso, que pagou nosso resgate. O Túmulo é aquele de um homem rico, José de Arimatéia, membro do conselho. Ele convém a este outro "homem rico" que acabou de pagar um resgate tão prodigioso. A Manjedoura de Belém, ao contrário, foi a de um pobre, o que condizia com o Menino Jesus assumindo a condição humana após ter desfrutado da condição divina.

8 - O Verdadeiro e o Falso Simbolismo da Cruz

O simbolismo religioso é uma forma particular de raciocínio que nos permite compreender o mundo espiritual ao observar o mundo material. Isso se deve ao fato de o Criador ter estabelecido uma harmonia entre as coisas visíveis e as invisíveis, conforme expresso na profissão de fé cristã: "Criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis". O mundo físico é a imagem do mundo espiritual. Esse é o cerne da "dissertação simbólica".

Dentro dessas "coisas invisíveis", devemos incluir não apenas o mundo espiritual (ou seja, dos anjos e das almas), mas também toda a ordem sobrenatural, pois ela também é invisível aos olhos físicos.

A ordem sobrenatural também é conhecida como a ordem da Graça. Mas o que é Graça? É uma ajuda espiritual concedida aos seres humanos para que possam alcançar as finalidades gloriosas para as quais foram destinados, mas que, por diversas razões, não podem alcançar apenas com suas próprias forças naturais.

De onde vem essa ajuda espiritual, misericordiosa e gratuita? Ela é derivada dos Tesouros da Graça, que são os méritos acumulados pela Paixão de Cristo, ou seja, pela Cruz.

Há uma graduação entre os três ordenamentos. O mais inferior é a ordem da natureza, cujo conhecimento deriva do decreto da Criação do nada. Em seguida, vem a ordem sobrenatural, cujo status é resumido pela Cruz. Por fim, no topo das Obras Divinas, está a ordem da Glória, que será definitiva e resultará de outro decreto já anunciado no Apocalipse:

> "E Aquele que estava assentado no trono disse: 'Eis que faço novas todas as coisas'". (Apocalipse XXI - 51).

A Cruz, que governa a ordem da Graça, está, portanto, intermediária entre a natureza e a Glória. É ela que permite que o universo saia do estado natural e alcance seus fins: "O mundo geme e sofre as dores do parto". Assim, a Cruz não é apenas um símbolo que permite aos homens entender o mundo dos espíritos e da Graça, mas também é o instrumento eficaz pelo qual Jesus torna possível o decreto divino de renovação final. A Cruz contém em si o Reino eterno. A Cruz é o instrumento da salvação.

Toda a inteligência da Cruz resulta de sua posição intermediária entre a natureza e a Glória. Portanto, para fornecer uma interpretação correta de seu simbolismo, é necessário primeiro admitir os grandes mistérios e dogmas da Fé cristã, dos quais vimos que ela é um resumo. Não se compreende a Cruz se não se conhecem os mistérios que ela resume.

O SIMBOLISMO METAFÍSICO DA CRUZ, que R. Guénon nos propõe agora, é totalmente diferente. A "cruz metafísica" não é mais o instrumento de dor que opera a transição da natureza para a Glória. Ela se torna um sistema de coordenadas retangulares que fornece a situação recíproca das grandes forças cósmicas e que permite observar a harmonia universal, o que é, de fato, exato, mas é apenas uma pequena parte do verdadeiro simbolismo da Cruz. R. Guénon aceita os dogmas cristãos apenas verbalmente (e mesmo assim) mas não lhes reconhece valor absoluto. Para ele, são apenas formas aproximadas e populares de uma metafísica muito mais vasta e abrangente, metafísica que, segundo ele, é revelada pela iniciação.

Seu deus não é, como o nosso, o Deus Vivo de Abraão, Isaque e Jacó. É um princípio abstrato, uma construção da mente, chamado PRINCÍPIO SUPREMO e definido como o locus geométrico de todas as possibilidades, sejam elas manifestadas ou virtuais. É a esse deus que a "cruz metafísica" conduz, seguindo uma ascensão iniciática.

O universo de Guénon, portanto, está privado da Cruz operativa de Jesus Cristo, e, consequentemente, também privado do último fim que ela proporciona: o Reino dos Céus. Esse universo agora só pode evoluir em eternos recomeços, dos quais o homem só pode escapar pela fusão com um "Princípio Supremo" tanto mais imutável quanto estiver fora da existência.

Veremos em breve por meio de quais mecanismos, aliás muito inteligentes como sempre, e muito habilidosos, Guénon passa da Cruz de Cristo para a cruz metafísica.

CAPÍTULO V - O SIMBOLISMO METAFÍSICO DA CRUZ

O "Simbolismo da Cruz" de René Guénon é um livro que deve ser lido várias vezes para ser plenamente compreendido. Uma leitura superficial não é suficiente para assimilar a demonstração muito elaborada que ele contém. Sem dúvida, o pensamento expresso é lógico e homogêneo, mas a linguagem não é clara. O autor não define claramente as noções constitutivas de seu raciocínio; intencionalmente ou não, ele desfoca seus contornos e os envolve em neblina. Seu estilo é neutro, geral e abstrato. No entanto, ele sabe manter a mente em uma atitude elevada e proporcionar-lhe uma deliciosa vertigem.

Portanto, é compreensível ter sido cativado inicialmente. Mas também é necessário refletir e não seria bom ficar apenas com uma primeira impressão que, na maioria das vezes, é ao mesmo tempo estranha e agradável. Nosso trabalho será dissipar esse embalo e mostrar as finalidades positivamente heterodoxas das teses de Guénon.

1 - A mutação do símbolo cruciforme

No capítulo anterior, resumimos bastante o simbolismo da Cruz cristã, conforme geralmente aceito na Igreja Católica. Hoje, estamos analisando um livro de R. Guénon onde o sentido do símbolo cruciforme é interpretado de maneira completamente diferente.

O livro de René Guénon é intitulado "O Simbolismo da Cruz". Foi publicado em Paris pela Editora Vega em 1931 e teve várias reedições desde então. É o desenvolvimento de uma tese inicial que foi publicada, em uma série de artigos, durante os anos de 1910 e 1911, na revista "A Gnose", revista fundada pelo próprio Guénon. Portanto, trata-se de uma posição já antiga, mas que foi mantida posteriormente e continuou a interessar muitos leitores. É a posição de toda uma escola que ainda a mantém hoje. Portanto, o problema é perfeitamente atual.

O livro é precedido por uma dedicatória muito instrutiva que foi fielmente reproduzida em todas as edições posteriores. Aqui está o texto:

> "Ao venerado Sheikh Abder-Rahman Elish El-Kebir, o iluminado, o rei, o do Magrebe, a quem se deve a primeira ideia deste livro. - Cairo, 1329-1349-H".

Esta dedicação já contém dois elementos interessantes. Primeiramente, observamos que "a primeira ideia deste livro é devida" a um dignitário muçulmano. Pois sabemos, além disso, que este Sheikh Elish é aquele que patrocinou a entrada de Guénon na religião de Maomé; ele é, de certa forma, seu padrinho e catequista no Islã.

Em seguida, notamos, no final da dedicação, duas datas no calendário da Hégira. O que significam? O ano 1329-H corresponde aos anos 1911-1912 da era cristã. Foi precisamente em 1912 que R. Guénon ingressou na religião islâmica, recebendo "a Baraka", ou seja, a bênção do Sheikh Elish. E o ano 1349-H corresponde aos anos 1930-1931 da era cristã. É nesse período, estabelecido definitivamente no Cairo, em terra muçulmana, que R. Guénon escreve e conclui o manuscrito do "Simbolismo da Cruz" na versão definitiva que estamos analisando aqui.

Portanto, não há dúvida de que a doutrina que nos será exposta é a professada entre os muçulmanos. E vemos que R. Guénon não esconde sua fonte de inspiração. Ele a menciona, não apenas em sua dedicação, mas também em suas notas de rodapé. Assim, ele cita este juízo expresso por uma grande figura islâmica: "Se os cristãos têm o sinal da cruz, os muçulmanos têm a doutrina."

A opinião de que os Ocidentais em geral e os Cristãos em particular não compreendem seus próprios símbolos é cara a R. Guénon. Ele a expressa desde seu primeiro trabalho, "Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus". Ele diz:

> "Ver no símbolo tudo o que ele realmente é, e não apenas sua contingência exterior; é necessário saber ir além da letra para libertar o espírito."

> "Ora, é precisamente isso que os ocidentais geralmente não fazem...; a mentalidade ocidental, em sua generalidade, deturpa espontaneamente aqueles que encontra em seu caminho.

> "Tomar o próprio símbolo pelo que ele representa, por incapacidade de elevar-se até sua significação puramente intelectual, é, no fundo, a confusão na qual reside a raiz de toda idolatria, no sentido próprio dessa palavra, no sentido que o islamismo lhe dá de maneira especialmente clara.

> "O símbolo não passa então de uma 'ídolo', ou seja, de uma imagem vã, e sua preservação é apenas 'superstição' pura, enquanto não encontrar alguém cuja compreensão seja capaz de restituir-lhe o que perdeu, ou pelo menos o que ele não contém mais senão no estado de possibilidade latente". (Introdução ao Estudo das Doutrinas Hindus, 2ª parte, capítulo VII).

É exatamente essa a intenção de R. Guénon em relação ao simbolismo da Cruz: restituir-lhe o que teria perdido devido à incapacidade intelectual, à idolatria e à superstição dos "Ocidentais", ou seja, dos católicos. Ele vai proceder à mutação do símbolo cruciforme. Ele vai devolver a ele o significado original que os cristãos teriam feito perder.

Um de seus comentadores mais confiáveis, Robert Amadou, confirma essa vontade de transformação simbólica que anima R. Guénon. Ele se expressa assim no prefácio da edição de 1957 (Edições 10-18) do "Simbolismo da Cruz":

> "Com R. Guénon, que também deseja penetrar no simbolismo da cruz, tudo muda: a perspectiva, o método, as fontes de informação e, ousaria dizer, até mesmo o assunto".

Assim, somos avisados de que vamos interpretar a Cruz de uma maneira que não é cristã. Conhecemos, por outro lado, as disposições de espírito de R. Guénon em relação à nossa religião. Ele quer, frequentemente declara, que suas doutrinas se sobreponham às da Igreja sem se oporem a ela. É por isso que a Cruz cristã será considerada por ele como uma versão particular do símbolo cruciforme universal. Vamos ver precisamente o que essa pretensão vale.

2 - O simbolismo da natureza

A doutrina de que há uma semelhança entre a criação material e a criação espiritual é uma daquelas que a Igreja Católica herdou da Sinagoga dos Judeus. "O que está embaixo é como o que está em cima". A mesma noção também é encontrada em uma expressão cuja origem se perde no horizonte: "O mundo dos corpos é a imagem do mundo dos espíritos". A mais bela dessas formulações é esta: "O céu que vemos é a imagem do céu em que acreditamos".

Há indiscutivelmente uma simetria entre os diversos graus da existência. Por que é assim? O simbolismo da natureza decorre da harmonia que Deus estabelece entre as diversas partes de Suas obras. As obras de Deus se chamam e se recordam. A Igreja Católica é particularmente consciente dessa harmonia, pois a considera uma das provas naturais da existência de Deus. Entre as criaturas, aquela que melhor manifesta a correspondência do que está embaixo com o que está em cima é o homem, criado precisamente à imagem e semelhança de Deus.

No livro que desejamos analisar, R. Guénon aplica esse princípio do simbolismo universal. Ele escreve, por exemplo: "Toda a natureza é o símbolo das realidades transcendentes" (Capítulo IV). Nada é mais exato. E se discordamos dele, certamente não é do princípio em si. Mas é da maneira como ele o aplica.

É uma doutrina perfeitamente correta a do simbolismo da natureza. O universo é de fato um livro que devemos ler. A criação é o símbolo do pensamento do Criador.

Desde a mais remota antiguidade, os homens tentam resumir este imenso símbolo por meio de sinais gráficos simples que esquematizam a harmonia universal, ou seja, a semelhança do que está embaixo com o que está em cima. E a esses sinais também foi dado o mesmo nome de símbolos. Eles reúnem, de fato, um significado "inferior" e um significado "superior", destacando sua harmonia.

Os mais conhecidos desses símbolos gráficos são o Tai-ki dos chineses, que é um disco bicolor associando os dois princípios Yin e Yang, o Selo de Salomão formado por dois triângulos contrários, e a Árvore sefirótica imaginada pelos judeus da Diáspora.

Muitos autores, incluindo R. Guénon, incluem o símbolo cruciforme entre esses gráficos de síntese destinados a resumir tanto Deus quanto o universo. E de fato, não se pode contestar a antiguidade desse símbolo cruciforme. No entanto, também não se pode contestar duas importantes características. Primeiro, sua distribuição é muito dispersa. A cruz pré-cristã não foi monopolizada por nenhuma religião específica e é encontrada em vários países, figurando entre outros

emblemas.

E então, os exemplares que foram descobertos são raros. Três historiadores da antiguidade, R. Christinger, J. Eracle e P. Solier, em um trabalho coletivo, "A Cruz Universal", relatam alguns exemplares na Ásia, no Egito e no México. Mas enfim, não se pode dizer que o símbolo cruciforme tenha sido realmente muito difundido antes do Cristianismo. Essa disseminação e essa raridade demandariam uma interpretação sobre a qual talvez possamos voltar ocasionalmente.

É precisamente este símbolo cruciforme que R. Guénon vai estudar, de forma abstrata e sem atribuir-lhe uma idade. Ele vai examiná-lo sob todos os ângulos e mostrar que este emblema destaca particularmente bem a harmonia que existe entre as camadas inferiores e superiores da hierarquia dos seres. Da nossa parte, observaremos que durante sua análise, Guénon substitui a Cruz histórica de Nosso Senhor por uma cruz dita metafísica, que não é um enriquecimento como ele declara, mas sim um incontestável empobrecimento.

3 - A cruz absoluta

René Guénon vai meditar sobre a cruz para descobrir seu significado profundo. Em uma única figura, ele observa - e com razão - que ela resume dois termos simétricos que são, por um lado, toda a natureza física e, por outro lado, as realidades transcendentes. Vamos examinar sucessivamente cada um dos dois termos do símbolo cruciforme de acordo com a interpretação de Guénon. Primeiro, vamos ver como a cruz representa, segundo ele, toda a natureza física; então, veremos o que ele entende por "realidades transcendentes".

Para representar o universo, ele considera que não podemos nos contentar com a Cruz histórica de Jesus Cristo porque ela é contingente e, sendo uma figura plana, não abarca todas as dimensões do cosmos. É necessário uma cruz "no espaço".

> "O simbolismo das direções do espaço é exatamente aquele que teremos que aplicar no que se segue... A cruz tridimensional constitui, de acordo com a linguagem geométrica, um sistema de coordenadas ao qual todo o espaço pode ser relacionado; e o espaço simbolizará aqui o conjunto de todas as possibilidades, seja de um ser particular, seja da Existência Universal." (Capítulo IV)

Esta é a cruz sobre a qual a meditação de Guénon se concentrará daqui para frente: um sistema de coordenadas tridimensionais. Ele a chama de cruz absoluta, sugerindo assim que a Cruz de Nosso Senhor é uma "cruz relativa", e observando que o símbolo cruciforme transformado dessa forma possui uma compreensão muito mais ampla do que a cruz plana do Cristianismo. Uma compreensão mais ampla não apenas no espaço, mas também no tempo.

De fato, as três dimensões - altura, comprimento e largura - imediatamente dão origem a seis direções: para cima, para baixo, para a direita, para a esquerda, para frente e para trás. Se, a uma distância igual do centro, marcarmos um ponto esquemático em cada uma dessas três direções, obteremos seis pontos equidistantes de um sétimo ponto central. Os seis pontos representam os seis dias da criação, e o sétimo ponto, no centro, representa o dia de descanso do Criador. Assim, a cruz "no espaço" resume o septenário do tempo, ou seja, a Obra dos Seis Dias completada pelo dia do Sabbat.

Aqui, Guénon não despreza a ajuda de são Clemente de Alexandria, já que ela vai, por enquanto, na mesma direção que a dele:

>

> "De Deus, Coração do universo, partem as extensões indefinidas que se dirigem, uma para cima, outra para baixo, uma para a direita, outra para a esquerda, uma para a frente e outra para trás. Direcionando Seu olhar para essas seis extensões como se fossem sempre um número igual, Deus completa o mundo. Ele é o começo e o fim, o alfa e o ômega; Nele se completam as seis fases do tempo, e é Dele que elas recebem sua extensão indefinida: é o segredo do número sete" (São Clemente de Alexandria).

São Clemente apenas expressa aqui uma verdade cosmológica evidente ao notar que o universo se estende segundo os quatro pontos cardeais complementados pela dimensão vertical. E ele estabelece uma relação entre essa disposição geral do mundo e o pensamento divino. É inegável que encontramos, no universo, uma geometria cruciforme, ou seja, uma geometria tridimensional. Na mente divina, houve "uma ideia de cruz", durante a criação do mundo, conforme estabelecido no espaço e no tempo.

Nesse sentido, a cruz absoluta e metafísica é um bom resumo do universo. Mas ela não nos tira da ordem da natureza. Se a transcende, é mais como uma extensão segundo o mesmo padrão. Ela não a transcende, a estende. Ela não a contém, a perpetua.

Não podemos continuar nossa análise sem observar que agora estamos diante de duas cruzes diferentes: a Cruz simples de Nosso Senhor, que está "no plano", e a chamada cruz "absoluta", que está "no espaço" e pode ser considerada como um múltiplo da cruz simples. Qual das duas é primordial no pensamento divino? A cruz absoluta de R. Guénon ou a cruz simples do Calvário? Qual delas vai simbolizar mais precisamente os três grandes mistérios da Santíssima Trindade, da Encarnação e da Redenção? Qual delas é "o sinal do Filho do Homem"?

A cruz metafísica é capaz de simbolizar o mistério da Santíssima Trindade? Ela não é totalmente inadequada para isso, uma vez que possui três dimensões; no entanto, as posições relativas do Filho e do Espírito Santo não são exatas. Ao contrário, a cruz histórica de Jesus é um símbolo trinitário perfeito. O Pai é representado pelo braço superior. O Filho, que assumiu sua substância da terra, é representado pelo braço inferior, plantado na terra. E o Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é representado pelo braço horizontal, que ocupa precisamente uma posição intermediária. É esse símbolo trinitário, assim perfeitamente realizado, que reproduzimos quando traçamos o Sinal da Cruz.

A cruz metafísica de R. Guénon é capaz de representar o mistério da Encarnação? Ela representa corretamente o espaço e o tempo do universo no qual o Verbo deve descer; também simboliza algumas abstrações metafísicas como, por exemplo, a união dos complementares. Mas sua significância termina aí; ela representa corretamente apenas as coisas da natureza. Porque é uma figura rotativa, sendo fixada apenas arbitrariamente pelas convenções humanas que determinam o norte; portanto, ela permanece como um símbolo giratório, assim como o cata-vento do qual ela tem forma; podemos transformá-la em uma esfera, como veremos em breve; ela continua sendo um símbolo indiferenciado e é por sua plasticidade que R. Guénon a aprecia. Em resumo, a cruz metafísica é um bom resumo da natureza física e de suas extensões filosóficas. Mas não se deve pedir a ela que lembre a ordem da Graça.

Assim que tentamos fazê-la simbolizar a Encarnação, percebemos sua incapacidade: a terra é representada na cruz tridimensional pelo plano horizontal formado pelos pontos cardeais, enquanto o Logos é representado pelo braço vertical da cruz. É a travessia do plano horizontal pela barra vertical que simboliza a Encarnação; o elemento divino é uma linha e o elemento humano é um plano.

A Cruz histórica de Nosso Senhor figura o mistério da Encarnação de uma maneira muito mais simples, homogênea e magistral, pela interseção dos dois únicos ramos: o vertical representa a natureza divina e o horizontal, a natureza humana. Além disso, é a presença do Homem-Deus na Cruz que lhe confere sua orientação. Esta orientação não é mais uma questão de convenções humanas, mas decorre da escolha divina. A Cruz histórica não é um símbolo que pode ser variado à vontade; não é giratória e indiferenciada; apresenta uma frente e um verso, uma direita e uma esquerda, à imagem do Verbo Encarnado. É Ele quem dá sentido a toda a criação, um "sentido" que a cruz absoluta é incapaz de representar.

A cruz metafísica guenoniana é capaz de simbolizar o mistério da Redenção? Basta observar a cruz tridimensional para fazer uma constatação crucial; ela é inadequada para a crucificação. É impossível pregar um crucificado nos ângulos de um gibão desse tipo; é uma disposição que não convém para isso. Para poder fixá-lo na madeira, é necessário primeiro reconstituir uma superfície plana e, portanto, se livrar completamente de uma das duas dimensões horizontais: a parte da frente porque atrapalha a fixação, e a parte de trás porque não tem mais utilidade nem sentido simbólico. Finalmente, reconstituímos a cruz simples e plana do Calvário.

Se, apesar de tudo, quisermos usar a cruz absoluta para realizar um sacrifício redentor, somos obrigados a subjugar a vítima com cordas, seja nos ângulos, seja em um dos ramos. Mas então, estamos realizando uma pendura. Acabam-se as Cinco Chagas, acaba-se o Precioso Sangue.

Poder-se-á objetar que é possível, em última análise, realizar um sacrifício sem derramamento de sangue, uma vez que é a morte da vítima que é oblata e propiciatória. Mas mesmo nessa hipótese extrema, a cruz absoluta não serve. Em qual das quatro forcas vamos pendurar a vítima? Qual delas tem precedência? Para nos livrarmos do dilema, escolheremos a solução de pendurar quatro vítimas, até mesmo devemos dizer, quatro avatares. E se quisermos apenas uma, não precisamos de quatro forcas. Decididamente, a cruz absoluta não quer um Redentor.

Mas o sistema filosófico e religioso de R. Guénon também não precisa de um Redentor. Ele não o inclui, e a cruz absoluta até mesmo o livra de uma preocupação incômoda.

Agora, medimos a distância que separa a Cruz histórica do divino Mestre, simples de forma e rica de significado, da cruz metafísica giratória e indiferenciada de nosso filósofo. Essa distância aumentará ainda mais quando testemunharmos as mutações da cruz absoluta.

4 - O homem universal

Acabamos de ver que a cruz absoluta resume o universo visível. Segundo o princípio geral do simbolismo, ela também deve representar uma realidade transcendente. Essa realidade transcendente, Guénon nos diz, é "O homem universal". Aqui está a definição que ele dá:

> "É o ser total, incondicionado e transcendente em relação a todos os modos particulares e determinados de existência, e até mesmo em relação à Existência pura e simples, ser total que designamos simbolicamente como o homem universal".

Ele ainda dá uma definição mais sucinta:

> "O homem universal é o princípio de toda a manifestação" (cap. II).

Ele observa que essa expressão de Homem Universal é usada especialmente no Islã. Mas a própria noção é encontrada, em várias formas, em outras religiões. Por exemplo, entre os cabalistas da Diáspora, ele é chamado de Adam-Kadmon; nas doutrinas do Extremo Oriente, ele é encontrado como Wang, o rei; entre os cristãos, ele diz, é o logos.

O leitor apressado, que não terá tempo para aprofundar, ficará tranquilizado por esta definição na qual ele pensará reconhecer os traços essenciais do Verbo Encarnado, que de fato é o arquétipo da humanidade. Ele dirá a si mesmo que Guénon não se afasta fundamentalmente do cristianismo. E ele continuará sua leitura sem desconfiança. Ele aceitará uma doutrina que lhe é apresentada com grande habilidade, mas que é, no entanto, muito diferente daquela da Igreja.

O Homem universal, nos diz Guénon, é o princípio da manifestação. Essa essência de todas as coisas, ele também a chama de Eu universal. E ele adiciona que cada homem, tomado individualmente, participa dessa essência universal e possui, portanto, "o Eu" em si mesmo pessoalmente: a essência universal está virtualmente presente no âmago de cada homem e constitui sua personalidade.

> "O Eu é o princípio transcendente e permanente do qual o ser manifestado, o ser humano, por exemplo, é apenas uma modificação transitória e contingente, modificação que de forma alguma pode afetar o princípio." (Cap. 1).

Assim, cada homem é, em seu âmago, uma modificação transitória do princípio transcendente universal. O princípio transcendente está contido no homem apenas de forma virtual. Ele está mascarado e como que incrustado pelos acidentes contingentes da existência manifestada. E são esses acidentes transitórios que constituem o ego individual de cada um: são os detritos existenciais que formam a individualidade humana.

Podemos resumir essa teoria dizendo que a essência universal está presente no Eu pessoal e que apenas o ego individual pertence à manifestação e à existência.

Assim, possuímos a chave da vida espiritual no sistema de Guénon. Consiste em separar o que é essencial no homem, ou seja, o Eu pessoal, do que é acidental, ou seja, o ego individual. Para isso, o homem deve ser capaz de se reduzir a um estado não transitório, a um estado não manifestado. Esse estado é necessariamente extra-individual, pois o que é individual é precisamente contingente e transitório.

A obtenção desse estado não manifestado e extra-individual é chamada de libertação. Também é chamada de realização.

Como se alcança a libertação ou realização? Isso é alcançado através dos processos de meditação e contemplação, que são chamados de vias metafísicas. Essas vias, ou métodos, são chamadas metafísicas porque levam o homem que as pratica a participar da essência universal que é "metafísica", uma vez que está acima da existência física.

Quando ele é "realizado", o homem pessoal se une ao homem universal e se torna um só com ele. Ele não é mais distinguível, pois é o homem universal que estava virtualmente oculto dentro do homem durante seu estado de individualização. A "libertação" ou "realização" apenas despojou o "eu" da casca do "eu" que o envolvia.

Agora, em posse de seu conceito de Homem Universal (uma noção complexa, aliás, pois engloba tanto o tipo quanto os inúmeros espécimes surgidos do tipo), o autor do Simbolismo da Cruz faz uma constatação de natureza arqueológica:

> "A maioria das doutrinas tradicionais simboliza a realização do Homem Universal por um sinal que é em toda parte o mesmo, é o sinal da cruz" (Capítulo III).

De fato, como vimos, podemos admitir a existência de cruzes pré-cristãs em um pequeno número de exemplos. Essas cruzes realmente simbolizavam o Homem Universal na mente dos antigos que as veneravam? Isso é algo a se considerar? Podemos nos perguntar se Guénon não é ele mesmo o inventor dessa interpretação e se ele não aproveitou essa oportunidade para encontrar cruzes religiosas antes da existência do Calvário. De qualquer forma, ele adota a cruz como tendo sido, desde sempre, o símbolo do Homem Universal. Devemos reconhecer, além disso, que certa lógica o apoia, já que o símbolo cruciforme esquematiza, de fato, um homem com os braços estendidos horizontalmente. Como será realizada a incorporação do homem cruciforme com a cruz absoluta? Isso só é possível se o homem que se deseja fazer coincidir com a cruz possuir, como ela, quatro

braços. Este é o caso, precisamente, de certas divindades da Índia. Mas Guénon parece não ter se preocupado com essa dificuldade; ele não a menciona. É verdade que ele raciocina no abstrato. Sua cruz absoluta é abstrata porque é um sistema de coordenadas tridimensionais. Quanto ao seu Homem Universal, ele é transcendente. É fácil para duas nuvens se interpenetrarem. No entanto, devemos notar que Guénon sente a necessidade de associar o homem-tipo com a cruz, que se torna assim o símbolo único representando tanto o universo físico quanto o homem metafísico. A cruz absoluta agora pode ter um segundo nome: cruz metafísica.

No entanto, o homem real não se ajusta facilmente à cruz absoluta. Portanto, não é o homem real que será colocado lá. Para proceder a esta adaptação difícil, em outras palavras, para realizar a crucificação ideal do homem-tipo na cruz do Cosmos, R. Guénon os submete a uma série de metamorfoses que os identificarão.

5 - A linha dos marcos

Antes de testemunhar as metamorfoses da cruz metafísica e do homem universal, devemos esclarecer, na penumbra esotérica no meio da qual avançamos, alguns marcos capitais de nossa religião, para não nos perdermos no caminho.

Primeiramente, recordemos que o Princípio Supremo do guenonismo não é Deus. Certamente, ele apresenta alguns caracteres, como a infinitude e a unidade. Mas é um princípio abstrato e não mais o "Deus Vivo" das Escrituras Sagradas. O Princípio Supremo não é bom, não é criador, nem mesmo existente. Ele é, repitamos, a Possibilidade universal. Certamente, a religião de Guénon inclui um deus criador, mas é um deus "contingente", pois pertence ao domínio da existência; Ele é, portanto, já um ser diferenciado; assim, perde a infinitude e a unidade.

A manifestação não é a criação. O universo dito "manifestado", no sistema guenoniano, surge do Princípio supremo por uma sucessão de emanações automáticas. Enquanto a criação do tipo cristão é realizada por Deus ex nihilo. Deus fez o mundo aparecer onde não havia nada. E, consequentemente, a criação permanece eternamente distinta do Criador; ela pode ser "glorificada" posteriormente, mas nunca será totalmente "divinizada". Pode haver fusão com Deus, mas nunca confusão.

Quanto ao Homem Universal, ele é apresentado como o arquétipo da humanidade. Ele ocupa, na metafísica de R. Guénon, uma posição análoga ao Verbo Encarnado em nossa religião. Mas ele é descrito como andrógino, ou seja, como "homem-mulher". Em um próximo capítulo, estudaremos essa noção de androginia e veremos que ela está muito distante das concepções cristãs tradicionais.

A realização, ou "libertação", não é a "visão beatífica". Na doutrina cristã, a visão beatífica é Deus fazendo Sua morada na alma que se esvaziou de si mesma para receber "o Hóspede divino". A realização metafísica, pelo contrário, seria o florescimento de um princípio transcendente já presente no homem desde o nascimento.

Veremos também que os "fins últimos" são muito diferentes nas duas doutrinas. A teoria dos Ciclos prevê um eterno recomeço, ou seja, uma reconstituição periódica do estado primordial por um mecanismo natural e automático. Ela é, portanto, incompatível com a noção cristã do Reino dos Céus, que é a passagem de toda a criação para um estado novo e definitivo, uma passagem que requer uma intervenção divina excepcional.

Se é necessário manter essas distinções e definições em mente, é porque R. Guénon nunca ataca diretamente os dogmas cristãos, de modo que nunca suscita desconfiança em seus leitores, especialmente os leitores apressados que todos nós somos mais ou menos hoje em dia. Ele parece até mesmo, a princípio, adotar os grandes princípios cristãos, mas é para transformá-los depois sob

o pretexto de lhes dar um sentido mais profundo.

6 - A cruz tornada esfera

Quando um cristão medita sobre a Cruz, a condição essencial que ele deve respeitar é manter o objeto de sua meditação conforme as Escrituras e a Tradição o apresentam. A Cruz histórica é verdadeiramente um dado da Revelação. As mudanças que a imaginação poderia trazer à cena do Calvário levariam a erros na interpretação simbólica. Não há necessidade de transformar o símbolo para compreendê-lo. Pelo contrário, o mistério da Cruz revela sua substância apenas se respeitarmos suas formas materiais.

Por sua vez, R. Guénon tem diante dos olhos, para meditar, uma cruz que ele mesmo compôs. Ele não está obrigado a respeitar sua forma inicial. E como ela não está carregada de relíquias divinas, humanas e históricas, ele é obrigado a transformá-la para extrair todas as combinações e significados dos quais ela é suscetível.

Não é surpreendente que R. Guénon, como o conhecemos agora, tenha buscado o profundo significado da Cruz nas doutrinas da Índia. As três dimensões da cruz absoluta representam, segundo ele, os três Gunas hindus. Qual definição ele dá para os gunas?

O primeiro é sattwa, que denota "a conformidade com a essência pura do Ser". É a luz do conhecimento e também é a tendência ascendente.

O segundo é rajas, que denota "a expansão do ser em um estado determinado", ou seja, o desenvolvimento de suas possibilidades em certo nível de Existência. É a tendência expansiva em todo o plano horizontal. O terceiro é tamas, que denota a escuridão e a ignorância. É a raiz tenebrosa do ser considerado em seus estados inferiores. É a tendência descendente.

Em resumo: rajas representa as duas dimensões do plano horizontal; sattwa é o eixo ascendente e tamas é o eixo descendente.

R. Guénon conclui essa tripla definição escrevendo:

> "Agora podemos ver sem dificuldade a relação de tudo isso com o simbolismo da cruz, seja esse simbolismo considerado do ponto de vista puramente metafísico ou do ponto de vista cosmológico, e seja sua aplicação feita na ordem macrocósmica ou na ordem microcósmica" (Capítulo V).

Observamos imediatamente que ele se contenta em dar à cruz um significado metafísico e um significado cosmológico, mas nem sequer toca no sentido sobrenatural que os cristãos lhe reconhecem. Sua cruz, portanto, é apenas uma extensão ideal da natureza, mas não pertence à

ordem da graça.

Então começa a transformação da cruz metafísica. E esta transformação é inspirada, como se poderia esperar, pelo livro sagrado do hinduísmo: o Veda. O Veda ensina que, no princípio, havia "a indiferenciação primordial". Tudo era "tamas", ou seja, escuridão. Mas então o Supremo Brahma ordenou uma mudança. E tamas assumiu a qualidade (ou seja, a natureza) de "rajas", intermediário entre a escuridão e a luz. E rajas, tendo recebido novamente uma ordem, assumiu a qualidade de "sattwa". Assim diz o livro sagrado da Índia.

Essa conversão primordial dos três gunas, R. Guénon vai representar graficamente:

> "Se considerarmos a cruz tridimensional como traçada a partir do centro de uma esfera, a conversão de tamas (eixo descendente) em rajas (plano horizontal) pode ser representada como descrevendo a metade inferior da esfera, do polo ao equador. E a conversão de rajas em sattwa (eixo ascendente) como descrevendo a metade superior da esfera, do equador ao outro polo" (Capítulo V).

A cruz absoluta, portanto, se converteu em uma esfera pela rotação dos eixos. Agora, cruz e esfera estarão intimamente ligadas no simbolismo de R. Guénon, e não se saberá mais qual engendra a outra. Uma equivalência acabará sendo estabelecida entre cruz e esfera, que apresentarão, em suma, o mesmo significado simbólico.

Acabamos de criar, diante de nossos olhos, um símbolo complexo que associa a cruz e a esfera. Este símbolo terá pelo menos uma forma fixa e claramente definida? De jeito nenhum, ele permanecerá essencialmente uma noção abstrata. E nos é explicado por quê:

> "Para transmitir a ideia de totalidade, a esfera deve ser, além disso, como já dissemos, indefinida, assim como são os eixos que formam a cruz e que são três diâmetros retangulares da esfera" (Capítulo VI). Portanto, vamos construir raciocínios simbólicos sobre uma figura em movimento, pois a esfera está ela mesma em constante expansão indefinida.

> "A esfera, sendo constituída pelo próprio raio de seu centro, nunca se fecha, esse raio sendo indefinido e preenchendo todo o espaço por uma série de ondas concêntricas, cada uma reproduzindo as duas fases de concentração e expansão da vibração inicial" (Capítulo VI).

7 - O aprisionamento da cruz

O simbolismo que será exposto daqui em diante é o da cruz tridimensional cercada pela esfera. Em suma, é um novo emblema que poderíamos chamar de cruz-esfera. Ele não exclui a cruz cristã. Ele a preserva, mas a modifica ao implantar um braço adicional e, principalmente, ao circunscrevê-la em um globo, por mais nebuloso que seja. Ela não tem mais seu simbolismo próprio. Agora ela está aprisionada. Algo ainda vago, a esfera indefinida e expansiva, foi sobreposta suavemente à cruz, sem se opor a ela.

Agora vamos passar da cruz para a esfera, às vezes considerando-os separadamente, às vezes observando-os juntos. O que chama a atenção de R. Guénon quando ele observa sua cruz metafísica é que ela é particularmente apta a simbolizar a união dos complementares. Na filosofia hinduísta que ele sempre tem em mente, existem dois complementares típicos e essenciais dos quais todos os outros são derivados por um processo de degradação. Esses dois princípios complementares são "Purusha" e "Prakriti", que ocupam os dois polos da manifestação. O fator ativo da manifestação é Purusha; também é o elemento masculino. R. Guénon atribui a ele, no simbolismo da cruz metafísica, o eixo vertical. O fator passivo universal é Prakriti, também é o elemento feminino. Ele atribui a ela o plano horizontal. A conclusão é óbvia: a interseção desse eixo com esse plano simboliza a união dos complementares. Não discordamos disso; há uma correspondência totalmente exata aqui.

Mas, por outro lado, o cristão que olha para a cruz cristã percebe que seu simbolismo, nesse aspecto também, é muito mais elevado, pois não apenas expõe uma verdade natural ou mesmo metafísica, mas revela um mistério de ordem sobrenatural; revela uma complementaridade na ordem da graça e até na ordem da glória, pois a cruz representa a união da natureza divina com a natureza humana, enquanto Purusha e Prakriti são apenas generalizações metafísicas. Em suma, a cruz cristã realmente contém um simbolismo metafísico, mas esse simbolismo é superado, aqui como sempre, por seu simbolismo sobrenatural. E é precisamente porque é superado que ele se torna evidentemente secundário e tende a ser esquecido.

No entanto, a ambição de R. Guénon não é de forma alguma revitalizar um simbolismo metafísico da cruz que teria sido esquecido ou negligenciado. É subordinar o simbolismo religioso ao simbolismo metafísico. Consiste em afirmar que o significado religioso da cruz é apenas um caso particular de seu vasto significado metafísico. E é a essa pretensão que o cristão absolutamente não pode concordar.

Observemos, de fato, a cruz absoluta sem levar em conta a esfera envolvente. Qual poderia ser seu significado do ponto de vista cristão? É feita de duas cruzes contrapostas e entrelaçadas uma na outra, de duas cruzes que teriam em comum seus eixos verticais. Se convidamos os cristãos a adotar essa cruz dupla, é porque atribuímos a Jesus Cristo uma das duas cruzes. Mas então a quem atribuímos a outra? Nosso Senhor vai compartilhar o lugar com outro crucificado? E quem é esse

"colega" que não é nomeado? Esse colega não seria "o adversário"? Há um símbolo absolutamente inaceitável para qualquer cristão minimamente perspicaz. Nosso Deus é um "Deus ciumento" que não compartilha Sua glória: "Não darei a Minha glória a outrem". E o cristão também não está disposto a compartilhar sua adoração, especialmente quando não lhe dizem com quem!

Agora consideremos a cruz absoluta dentro de sua esfera. A "cruz-esfera" é um emblema inaceitável para os cristãos, pois o verdadeiro lugar de Cristo não está dentro da esfera, seja a esfera do universo ou a da terra. A Cruz de Cristo deve, sem dúvida alguma, dominar a esfera. "E Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a Mim" (João, XII, 32). Essa atração universal é precisamente uma das operações da Graça e uma das características da ordem sobrenatural. A elevação da terra começou no Calvário e foi completada na Ascensão. Ela deve ser claramente evidenciada no autêntico simbolismo da Cruz.

Decididamente, a cruz absoluta, quer a consideremos sozinha ou envolta em sua esfera, não pode simbolizar, para um cristão, senão a vontade de dar a Cristo um lugar secundário, de dominá-lo e até de aprisioná-lo.

8 - A crucificação ideal

Notamos anteriormente que é impossível pregar um homem real na cruz tridimensionalmente. Mas qual é esse atrativo inconsciente em direção ao Cristianismo que secretamente domina suas mentes e leva R. Guénon e seus inspiradores islâmicos e hindus a imaginar um homem ideal, ainda assim, capaz de ser colocado na prestigiosa cruz?

De qualquer forma, as regras do simbolismo o levam a buscar uma "realidade transcendente" que coincida com a cruz-esfera, resumo do cosmos, e a mostrar, por essa coincidência, a harmonia do que está abaixo com o que está acima.

Essa realidade transcendente, ele já nos descreveu, é o Homem Universal. Esse arquétipo, não sendo mais um homem real, torna-se muito mais maleável e mais fácil de integrar à cruz metafísica.

A cruz metafísica é bipolar, como vimos: ela apresenta um eixo ativo e um plano passivo. Mas precisamente, o homem universal também é ao mesmo tempo ativo e passivo. Pois nos é ensinado que ele é andrógino. Ele é necessariamente ao mesmo tempo homem e mulher, já que é universal, portanto absoluto, portanto recapitulativo. E pelo fato de ser andrógino, o Homem Universal também é, simbolicamente, esférico, como nos será explicado.

> "Na totalização do ser, os complementares devem estar em perfeito equilíbrio, sem nenhuma predominância de um sobre o outro. Deve-se notar, além disso, que a esta "andrógine" é geralmente atribuída simbolicamente a forma esférica, que é a menos diferenciada de todas, já que se estende igualmente em todas as direções, e os Pitagóricos a consideravam como a forma mais perfeita e como a figura da totalidade universal" (Cap. VI).

Sendo tanto bipolar (como a cruz absoluta) quanto esférico, o Homem Universal poderá se integrar na cruz esférica e assim realizar a Crucificação Ideal, a "proto-crucificação" metafísica da qual aquela do Calvário será apenas a aplicação em um caso particular. Assim, temos novamente um homem na cruz sem que saibamos ainda muito bem se ele coabita com Nosso Senhor ou se O substitui.

Mas é hora de interromper esses desenvolvimentos, talvez um pouco abstratos. Continuaremos em um próximo capítulo, onde estudaremos essa curiosa noção de androginia, mostrando que ela é totalmente estranha à Tradição Apostólica.

CAPÍTULO VI - O MITO DO ANDRÓGINO OU O DEMÔNIO SUBSTITUÍDO PELO CRISTO

1 - Da cruz ao vórtice esférico universal

Continuamos nossa análise do livro de R. Guénon, «O Simbolismo da Cruz». Onde estávamos? Observamos as mutações que o autor impôs à cruz cristã. Essas mutações lhe permitiram, como vimos, subordinar o significado sobrenatural da cruz a um outro significado que ele declarou mais elevado e ao qual deu o nome de simbolismo metafísico. A cruz redentora tornou-se, assim, para ele, o caso particular de um emblema metafísico considerado mais essencial.

Vimos também que, para obter esse resultado, Guénon começou por adicionar à cruz histórica de Nosso Senhor um terceiro braço que a torna inapta para receber um crucificado e que a transforma em um sistema de coordenadas retangulares em três dimensões. A esse sistema ele dá o nome de cruz absoluta.

Depois, ele procedeu a uma segunda transformação. Ele aumentou o número de raios até o infinito, submergindo assim a cruz inicial em sua própria multiplicação. Finalmente, ele colocou, ao redor desse feixe de raios, uma esfera envolvente. A essa associação da cruz e da esfera, ele dá agora o nome de Vórtice Esférico Universal, que simboliza a existência total.

Mas o vórtice não é uma figura fixa e estável. É um símbolo pulsante, animado por uma ondulação permanente sob o efeito das vibrações do centro. A esfera do vórtice é formada pela propagação, sobre os inúmeros raios, das ondas cuja origem é o centro. Apesar de suas vibrações, no entanto, o centro é chamado, como nas religiões do Extremo Oriente, o Meio Invariável.

Mas então, quem colocaremos no centro do vórtice? Pois é necessário haver uma forma humana ali. O Cristo, antigo ocupante da Cruz, deixou um lugar vazio que permanece impregnado de uma nostalgia incontestável. A esse Cristo que foi destituído, é preciso substituir por uma figura mais geral. Será o Homem Universal, porque, nos garantem, ele é encontrado em todas as religiões. E ele será andrógino para ser mais "total".

Eis então o andrógino destronando o Cristo no centro simbólico do mundo e instalando-se no vórtice em uma crucificação ideal. Mas Guénon vai expor as condições que o andrógino deverá cumprir para ter uma representatividade absolutamente universal. Seu raciocínio vale a pena ser examinado, pois revela o significado profundo que ele atribui ao andrógino.

2 - Uma forma humana no Meio Invariável

Aqui estão, primeiramente, os termos em que R. Guénon define o homem universal:

> "O homem universal, na medida em que é representado pelo conjunto 'Adão-Eva', tem o número de Allah. Esse número, que é 66, é dado pela soma dos valores numéricos das letras que formam os nomes Adam wa Eawa. Segundo o Gênesis hebraico [1], o homem, criado macho e fêmea, ou seja, em um estado andrógino, é 'à imagem de Deus'. O estado andrógino original é o estado humano completo no qual os complementares, em vez de se oporem, se equilibram perfeitamente" (O Simbolismo da Cruz, cap. III).

O homem universal assim definido será simbolicamente colocado no Meio Invariável. É aí, de fato, que o andrógino se coloca logicamente, ou seja, no centro do vórtice esférico universal, que nada mais é do que o antigo centro metamorfoseado da Cruz cristã.

Guénon agora vai elevar suas considerações metafísicas a um novo patamar. Ele vai considerar esse "Meio Invariável" não mais como o centro da humanidade apenas, mas como o centro do universo inteiro, com todos os seres materiais e espirituais que o compõem. Ele constata então que o andrógino, embora represente validamente toda a humanidade por ser bissexuado, não pode representar o universo inteiro.

Para representar adequadamente a totalidade universal, é necessário um símbolo que não seja mais bissexuado, mas completamente assexuado, totalmente neutro. Em toda lógica, seria necessário até mesmo um símbolo absolutamente desprovido de antropomorfismo e geocentrismo. Ouçamos Guénon nos explicar o porquê.

> "Devemos agora insistir em um ponto que, para nós, é de importância capital: é que a concepção tradicional do ser, tal como a expomos aqui, difere essencialmente de todas as concepções antropomórficas e geocêntricas das quais a mentalidade ocidental se liberta com tanta dificuldade... A metafísica pura não pode, de maneira alguma, admitir o antropomorfismo" (O Simbolismo da Cruz, Cap. XXVI).

Ele frequentemente retorna a essa ideia, que é realmente importante em termos de simbolismo:

> "A humanidade, do ponto de vista cósmico, desempenha realmente um papel central em relação ao grau de existência ao qual pertence, mas apenas em relação a esse e, evidentemente, não em relação ao conjunto da Existência universal, na qual esse grau é apenas um entre uma multidão indefinida, sem nada que lhe confira uma situação especial em relação aos outros" (O Simbolismo da Cruz, Cap. XXVIII).

Um símbolo antropomórfico, portanto, não é suficiente, ele pensa, para significar a existência universal em sua totalidade. Nesse ponto do raciocínio, poderíamos esperar ver erigir, como símbolo de totalidade, um ser ou pelo menos uma entidade teórica, que não seria nem antropomórfica, nem geocêntrica e que seria desprovida de qualquer distinção sexual. Ora, os cristãos conhecem precisamente um ser que preenche essas condições e que, portanto, seria notavelmente adequado para preencher esse papel: é Lúcifer.

Não é exatamente esse ser que Guénon vai escolher, ele que é sempre tão lógico na condução de seus raciocínios. Desta vez, ele vai hesitar diante de uma dedução tão extrema e retornará, para desempenhar o papel de símbolo central, a uma entidade antropomórfica, mais especificamente ao andrógino. Ele explica suas razões, mas é surpreendente constatar que elas residem essencialmente em uma conveniência de linguagem.

> "Se todo antropomorfismo é nitidamente antimetafísico e deve ser rigorosamente descartado como tal, um certo antropocentrismo pode, por outro lado, ser considerado legítimo" (O Simbolismo da Cruz, cap. XXVIII).

E esse antropocentrismo, acrescenta Guénon, pode ser considerado legítimo porque, na linguagem corrente, a noção de homem é suscetível de "transposições analógicas". Assim, diz ele, é possível distinguir quatro graus muito diferentes: o homem ordinário ou comum, o homem verdadeiro ou perfeito, o homem transcendente que adquiriu a imortalidade virtual e, finalmente, o Homem Universal que adquiriu a imortalidade real por ter se identificado com o arquétipo.

> "Não pode haver questão de antropocentrismo senão em um sentido restrito e relativo, mas ainda assim suficiente para justificar a transposição analógica que dá lugar à noção de homem e, portanto, à denominação mesmo de Homem Universal" (O Simbolismo da Cruz, cap. XXVIII).

É, portanto, em virtude de uma transposição analógica que Guénon fará com que uma figura de homem, o andrógino, desempenhe o papel simbólico central, embora esse papel esteja, na metafísica pura, acima da condição humana ordinária e comum. Assim, retornamos ao andrógino,

como uma aproximação necessária, para representar, no centro da cruz absoluta que se tornou vórtice esférico, não apenas a humanidade, mas toda a existência universal.

Esse é o Homem Universal, andrógino desencarnado, descrito por R. Guénon. Sua natureza, o cristão compreende bem, é mais angélica do que humana. Seu papel simbólico, no sistema que expomos, situa-se entre o Céu e a Terra, na interseção do plano horizontal da expansão e do eixo vertical da extensão:

> "O Céu e a Terra sendo dois princípios complementares, um ativo e o outro passivo, sua união pode ser representada pela figura do andrógino" (O Simbolismo da Cruz, cap. XXVIII).

3 - O Banquete Platônico

Mais de onde vem então esse famoso andrógino para constituir um símbolo tão importante? É evidente que R. Guénon não descobriu por si mesmo nem a noção nem o nome. Encontramos divindades híbridas nas mitologias mais arcaicas. Assim, os antigos gregos conheciam o personagem de Hermaphrodite, filho de Hermes (Mercúrio) e de Afrodite (Vênus); uma ninfa, que se apaixonou por ele sem esperança, implorou aos deuses para que seus dois corpos se tornassem um só ser; e ela foi atendida. Hermaphrodite é, portanto, o ser misto formado pela fusão do filho de Mercúrio e de uma ninfa.

René Guénon, que aliás foi seguido por toda a escola esotérica moderna, retomou essa ideia de uma divindade híbrida, mas ele lhe dá uma importância que nunca teve, pois ele faz da androginia uma característica semi-cósmica ao mesmo tempo que meio-divina.

Entendemos por escola esotérica essa família espiritual à qual antes da guerra de 39-45 se dava o nome de "movimento ocultista". O movimento ocultista persistiu e hoje está em plena vigência; a doutrina fundamental permanece a mesma, apenas mudou de apresentação, precisamente sob a influência, em grande parte, de R. Guénon. À epíteto esotérico, também seria necessário adicionar outros, pois essa escola é também hermética, gnóstica, alquímica, ao mesmo tempo que vedantista e sufista, e muitas outras coisas ainda. Mas é difícil dizer tudo de uma vez, e nos pareceu que o nome de escola esotérica era o mais adequado para resumir todos esses caracteres.

Os membros dessa perigosa escola de pensamento consideram o andrógino como uma das noções mais constantes que herdaram da "Tradição Universal" ou, pelo menos, do que eles chamam assim. Pois sabemos que a chamada tradição universal difere claramente, em seu conteúdo e em suas modalidades, da Tradição Apostólica, cuja guardiã e mestra é a Igreja.

Quando desejam fornecer provas da antiguidade e seriedade da tradição andrógina, os esoteristas modernos citam o Banquete de Platão. Sabemos que essa obra ilustre relata os discursos pronunciados pelos convivas de um banquete solene (em grego, symposion, e em latim, convivium) oferecido pelo comediante Agaton a seus amigos, para celebrar com eles a coroa de tragédia que acabara de ser concedida a ele. A obra se chama "O Banquete". Sendo Platão o narrador, fala-se do "Banquete de Platão"; mas também se diz "O Banquete de Agaton", pelo nome do anfitrião, na casa do qual ocorreu a recepção.

Foi decidido que os discursos de todos os convivas, neste "jantar-debate", girariam em torno do tema do amor. Cada um o tratou de acordo com suas inclinações: alguns de forma humorística e fantasiosa, outros de maneira profunda e filosófica. Aristófanes, o autor cômico, que estava presente no banquete, tratou do tema do andrógino. Como veremos, ele não hesitou em desencadear o riso.

4 - O Discurso de Aristófanes

"Sim, é minha intenção", começa Aristófanes, "falar em outro sentido... Minha opinião é, de fato, que os homens não têm absolutamente conhecimento do poder do amor... não há deus que seja mais amigo do homem do que ele... Vou me esforçar, então, para revelar a vocês qual é o seu poder; e, em vocês, os outros, por sua vez, encontrarão quem os instrua."

"Mas o que vocês devem aprender em primeiro lugar é qual é a natureza do homem e quais foram suas provações. Pois, de fato, em tempos antigos, nossa natureza não era idêntica ao que vemos que é agora, mas de outro tipo."

"Saibam, em primeiro lugar, que a humanidade compreendia três gêneros e não dois: macho e fêmea, como agora. Não, havia também um terceiro, que combinava os dois anteriores e cujo nome ainda persiste até hoje, embora a coisa tenha desaparecido. Naquele tempo, o Andrógino era um gênero distinto e que, tanto na forma quanto no nome, combinava os dois anteriores, tanto o macho quanto a fêmea. Hoje em dia, pelo contrário, é apenas um nome carregado de ridicularização".

Aqui é geralmente onde os esoteristas modernos interrompem sua citação do "Banquete de Agaton". Este início de citação é suficiente para mostrar que Platão recolheu a tradição androgínica e a transmitiu fielmente. Eles estão certos em parar por aí em sua citação, pois geralmente são partidários da origem e dos objetivos androgínicos do homem, e se continuassem o discurso de Aristófanes, arruinariam a seriedade da tradição na qual se baseiam.

5 - A Bola Andrógina

"Em segundo lugar," continua Aristófanes (conforme transcrito por Platão), "a forma de cada um desses homens era de uma só peça, com as costas redondas e os flancos esféricos. Eles tinham quatro mãos e pernas em número igual ao das mãos. Em seguida, acima de um pescoço de perfeita redondeza, dois rostos absolutamente idênticos entre si; enquanto a cabeça, adjacente a esses dois rostos opostos um ao outro, era única. Eles tinham quatro ouvidos; suas partes vergonhosas em dobro. Todo o resto, enfim, de acordo com o que isso permite imaginar.

"Quanto à sua marcha, ou era em linha reta, como agora, em uma das duas direções que tinham em mente, ou, quando tinham vontade de correr rapidamente, então se assemelhava a esse tipo de pirueta, onde, por uma revolução das pernas que retorna à posição vertical, fazem a cambalhota. Como, naquela época, tinham oito membros para servir de apoio, ao fazer a cambalhota, avançavam rapidamente."

Em seguida, vem um parágrafo onde se percebe que a origem da noção andrógina não se encontra na filosofia recente, mas sim na antiga mitologia politeísta; uma origem antiga que aparentemente não intimidou muito o espírito satírico de Aristófanes.

7 - A Bissecção

"E por que agora os gêneros eram três e assim constituídos? Porque o gênero masculino era originalmente uma prole do sol; o gênero feminino, da terra; e aquele que participa dos dois, uma prole da lua, já que a lua também participa dos dois outros astros. E se eles eram justamente orbiculares (em forma de onda), tanto em sua estrutura quanto em sua marcha, era por causa de sua semelhança com esses pais.

"Eles eram, consequentemente, seres de uma força e vigor prodigiosos. Seu orgulho era imenso: eles até mesmo se voltaram contra os deuses. A história de Ephiate e Otus contada por Homero, suas tentativas de escalar o céu, trata-se dos homens daquela época: eles queriam, de fato, desafiar os deuses". Aristófanes vai agora nos contar sobre a bissecção, ou seja, a divisão em duas metades, de nossos supostos antepassados andróginos. Zeus, ele nos revela, tomou a palavra e disse:

"Se eu não me engano, conheço um meio para que haja homens e, ao mesmo tempo, que estes ponham fim à sua indisciplina, pois terão sido enfraquecidos. Eu, de fato, vou cortar cada um deles ao meio; e assim, ao mesmo tempo em que serão mais fracos, também nos trarão mais, porque seu número terá aumentado. Assim, eles andarão em linha reta sobre suas pernas. Mas se, no entanto, os virmos persistindo em sua arrogância e não quiserem nos deixar em paz, então eu os cortarei novamente ao meio, de modo que daqui em diante avancem com uma única perna, pulando."

8 - As Metades Atraentes

E eis que Aristófanes decide misturar um pouco de filosofia à sua bufonaria; mas é de tal forma que não se sabe onde começa uma e onde termina a outra.

"Nessas circunstâncias", continua ele, "a divisão havia duplicado o ser natural. Então, cada metade suspirando pela sua outra metade, a alcançava. Agarrando-se um ao outro, entrelaçados, se esforçando para se tornarem um só ser, as metades acabavam caindo ambas de exaustão".

Então Aristófanes começa a dissertar sobre as consequências psicológicas atuais dessa origem comum do homem e da mulher. Ele explica, por essa origem andrógina, não apenas o atrativo recíproco natural deles, mas também as inversões patológicas desse atrativo. Aqui está sua explicação: ele relata que as metades do andrógino, assim amputadas e vagando, às vezes se enganavam de parceiro e acabavam, por acaso, não em uma metade complementar, mas em uma metade idêntica. Mas o atrativo era tão grande que elas se agarravam mesmo assim com a mesma energia. Não surpreenderá ninguém dizer que Aristófanes, bordando nesse tema, obtém efeitos de uma hilaridade enorme.

Pode-se, depois disso, afirmar, como fazem a maioria dos esoteristas contemporâneos, que Platão, que é afinal o verdadeiro redator dos discursos de Aristófanes, concordava com a realidade de nossa ascendência andrógina? Tal dedução é totalmente inverossímil, dada a ironia com que ele usa. É mais lógico pensar que Platão se contentou em relatar uma antiga lenda, mas que, no entanto, não acreditava em sua verdade fundamental; e é por isso que ele acabou ridicularizando-a.

9 - O Delírio Sagrado

O antigo mito certamente existiu como uma lenda transmitida. Os escritores da escola esotérica moderna se empenharam em identificar suas várias manifestações. Nas teogonias da antiguidade pagã, eles as descobrem principalmente em três níveis.

Muitas vezes, observam eles, há uma incontestável androginia dentro da própria divindade criadora, pelo menos nas teogonias que apresentam tal divindade. Nas outras; é o agente demiúrgico que exibe características de bissexualidade.

Esses mesmos traços são ainda mais fáceis de identificar nas divindades secundárias, aquelas comumente chamadas de ídolos. Relatamos o caso mais típico, o do filho de Hermes e Afrodite, que foi associado a uma náiade. Da mesma forma, "o panteão do Egito antigo é rico em divindades ambíguas", escreve Jean Libis em seu livro "O Mito do Andrógino" (Berg-International, Paris, 1980).

Quanto às lendas sobre a origem da humanidade, muitas vezes revelam a existência de um antepassado fabuloso e híbrido, quando não toda uma raça primitiva que é andrógina, como no caso do mito registrado por Platão no "Banquete".

Pode-se admitir, de fato, que as religiões antigas elaboraram e transmitiram essa ideia de uma androginia primordial, tanto divina quanto humana, mesmo que essa noção não seja tão antiga e universal como afirmam os representantes da escola esotérica. Vamos aceitar isso em princípio, mesmo que possamos discutir depois a sua antiguidade e universalidade, se necessário.

Resta saber qual é a origem dessa noção. Ela claramente se relaciona com a mesma inspiração que todos os outros mitos pagãos. Mas qual é essa inspiração? Por quem, então, todos esses mitos foram inspirados? Essa é uma pergunta que certamente não é nova. A resposta que a Igreja dava antigamente foi obscurecida sob o efeito das objeções da filosofia profana. Nós tratamos esse assunto no capítulo XXIII de nosso "Resumo de Demonologia", intitulado "Os demônios do paganismo antigo". [2]

Qual é então a resposta da Igreja a essa pergunta? As divindades do paganismo são demônios. O paganismo divinizou os vícios e os adorou. Isso é resumido neste versículo dos Salmos: "Todos os deuses das nações são demônios" (Sl, XCV, 5). Por trás das ídolos, através da boca das Pitonisas e das Sibilas, eram demônios que falavam, proferindo o que era necessário para perpetuar o culto. O delírio sagrado dos adivinhos e das adivinhas é apenas uma forma do que agora chamamos, na terminologia cristã, de "falsa mística".

E o que é a falsa mística? É essa mística híbrida que resulta da colaboração entre a inspiração demoníaca e a imaginação humana. Não há dúvida de que a androginia primordial que aparece nos mitos das teogonias e das cosmogonias das nações pagãs tem sua origem na falsa mística,

aquela que é, em última análise, dirigida pelos demônios.

Isso é ainda mais plausível porque o andrógino, no qual os dois sexos se neutralizam, já possui, por isso mesmo, uma semelhança inicial com a natureza angélica, que precisamente não é feita para a reprodução, e que é ainda, como sabemos, a dos demônios.

10 - As Síziges Gnósticas

O antigo mito, portanto, foi suficientemente vívido para chegar até nós. E ainda assim, sempre encontrou oposição em seu caminho. Isso prova que não foi unanimemente aceito como se diz. A escola esotérica moderna, tão favorável ao antigo andrógino, não discorda disso. Ela até mesmo o destaca, como é o caso especialmente com Jean Libis, cuja obra citamos. Os três adversários geralmente mencionados são: o legalismo, o judaísmo mosaico e a Igreja Católica.

O legalismo da cidade antiga, na Grécia, como em Roma e em todos os lugares, não tinha piedade das infelizes crianças que nasciam com os dois sexos: elas eram executadas. Essa severidade prova que, aos olhos da consciência cívica, o eventual preconceito religioso que poderia favorecer esses "vestígios ancestrais" não pesava muito. O que se via oficialmente na bissexualidade era principalmente uma deformidade e não um resquício sagrado.

O judaísmo mosaico da Sinagoga sempre foi hostil ao andrógino, tanto em Deus quanto em Adão. E os esoteristas nos dão como razão dessa hostilidade que o judaísmo estava sobrecarregado por uma misoginia, ou se preferir, por uma androcracia, que no fundo era apenas uma desvio e uma anomalia passageira. Quando, após a dispersão do povo judeu, dizem eles, uma maior liberdade de pensamento foi recuperada, o andrógino logo reapareceu nos diversos fluxos da mística judaica.

Por fim, a Igreja sempre se mostrou muito desfavorável à noção andrógina. Os representantes da escola esotérica veem a causa disso na misoginia que ela teria herdado da Sinagoga.

Esses foram os três principais inimigos do andrógino. Esses foram aqueles que o combateram. Portanto, é através das vias esotéricas da Gnose que ele sobreviveu, anteriormente e posteriormente ao estabelecimento da Igreja. A antiga lenda assumirá, nos diversos sistemas gnósticos, novas formas. Não podemos descrevê-las todas e tomaremos apenas um exemplo, o da doutrina de Valentin [3].

A teologia de Valentim envolve um sistema de oito divindades primordiais, ao qual ele dá o nome de Ogdoade. Mas esta Ogdoade se reduz a apenas quatro divindades, porque elas são associadas em pares. Vamos pedir a São Ireneu, um dos grandes adversários da gnose, que nos descreva esse sistema: "Eis aqui a Ogdoade primordial, raiz e substância de todas as coisas, que os gnósticos chamam por quatro nomes: Abismo, Inteligência, Logos e Homem. Cada um desses princípios, de fato, é de duplo sexo".

Havia apenas quatro nomes para oito divindades, porque elas estavam em casais. Estas eram as quatro Sízíges valentinianas. A palavra "sízige" significa "casal". O Abismo formava um par com o Silêncio, a Inteligência com a Verdade, o Logos com a Vida. E o Homem tinha a Igreja como esposa.

Os esoteristas modernos ressuscitaram essas quatro sízíges gnósticas, felizes por encontrar esses quatro andróginos, para fazer a conexão com as elaborações "místicas" da Idade Média.

11 - Adam-Kadmon

Se, sob o império da antiga lei, os Doutores da Sinagoga conseguiram afastar da religião judaica essa noção turva e prejudicial do andrógino, o mesmo não aconteceu, após a ruína de Jerusalém, com os Rabinos que organizaram as novas comunidades. Os mitos pagãos, antes mantidos de maneira mais ou menos precária à margem, tornaram-se, entre os contemplativos da Diáspora, verdadeiros temas de meditações místicas. Dois desses temas são inspirados, de perto e de longe, no antigo Hermafrodita. São eles: Adam-Kadmon e a árvore sefirótica.

Adam-Kadmon é o equivalente judaico do "Homem Universal" do Islã. É considerado o arquétipo da humanidade no pensamento divino; muitas vezes é representado como andrógino ou, melhor dizendo, assexuado. Adam-Kadmon é uma entidade teológica; não deve ser confundido com o Adão terrestre descrito no Gênesis por Moisés. Adam-Kadmon é um homem teórico e arquetípico.

Mas o primeiro homem terrestre, também ele, o Adão do Gênesis, é declarado andrógino nos comentários bastante livres que formam a literatura cabalística. Às vezes, Adão e Eva são representados como formando originalmente um único ser, análogo ao andrógino de Aristófanes; às vezes, é apenas Adão que é homem à direita e mulher à esquerda, antes de ser dividido por Deus em duas metades. Em todos esses comentários androgínicos, o texto hebraico do Gênesis é amplamente transgredido e serve apenas para justificar elucubrações sem regra.

O segundo tema cabalístico no qual o andrógino aparece é a árvore sefirótica. Mais do que uma árvore, é um esquema que reúne as famosas Dez Sefirot. No singular, cada Sephira pode ser definida de duas maneiras. Uma Sephira é um número divino criador: Deus teria feito suas obras ao pronunciar certos números cuja mera evocação possuía um poder criativo. Mas uma Sephira também é um atributo divino, mais ou menos personificado.

O gráfico que reúne as dez sefirot apresenta, grosso modo, a forma de uma árvore; daí o nome "árvore sefirótica". Diz-se que as entidades das quais são compostas podem ser divididas em dois grupos: o grupo masculino à direita e o grupo feminino à esquerda.

Assim, a árvore sefirótica é andrógina, tendo um lado masculino e um lado feminino. Em suma, entre os judeus da Diáspora, encontramos a androginia não apenas no ancestral comum dos homens, mas também em Deus, como vimos nos mitos do paganismo.

Seria isso a conservação de um vestígio da antiguidade gentílica, ou seria uma nova elaboração dos contemplativos da cabala? É essa segunda hipótese que é sugerida no livro de Scholem "Os Grandes Correntes da Mística Judaica".

Veremos, em nossa refutação, que o texto do Gênesis de forma alguma obriga a concluir a androginia de Adão. Pelo contrário. Pois, em um próximo capítulo, após completarmos a linha que

conduziu o andrógino até os nossos dias, faremos a crítica deste ponto de vista da ortodoxia cristã e tentaremos determinar de que inspiração esse estranho mito pode ser fruto.

Notas

1. Essa alegação de Guénon é uma mentira; na verdade, o Gênesis (I, 27) diz: "macho e fêmea os criou" (Nota do Editor).
2. Edição Saint-Rémi.
3. Heresiarcas gnóstico do século II d.C.; Nasceu no Egito e ensinou em Roma (Nota do Editor).

CAPÍTULO VII - A IMPOSTURA GUENONIANA: O MITO DO ANDRÓGINO OU O DEMÔNIO SUBSTITUI CRISTO

1 - O Rebis Alquímico

Por qual nome devemos designar o estado híbrido do "homem-mulher", que se diz ser nosso ancestral? Deve-se dizer androgynat, androgynité ou androgynie? Na literatura gnóstica e esotérica contemporânea, encontramos alternadamente essas três denominações. Escolheremos androgynie, por analogia com a palavra já antiga de misoginia que apresenta a mesma desinência.

Os representantes da escola guenoniana se dedicaram a encontrar a linhagem andrógina entre os autores religiosos e principalmente profanos da Idade Média. Eles não tiveram grande dificuldade em encontrá-la lá. Embora totalmente contrária ao espírito realista do Cristianismo, a fábula que nos ocupa perpetuou-se entre pensadores que hoje chamaríamos de marginais e que tiveram, mais ou menos gravemente, conflitos com as autoridades eclesiásticas e reais.

Entre os adeptos e propagadores dessa ideia tão pouco cristã, geralmente se cita Marsilio Ficino, que foi cônego da catedral de Florença, no século XV. Ele era um apaixonado neoplatônico e professava grande admiração pelo conteúdo mítico do "discurso de Aristófanes" no Banquete de Agatão, discurso que ele levava muito a sério. Para ele, não havia dúvida de que existisse uma androgynie arquetípica e que esses seres híbridos, redondos e poderosos, fossem nossos verdadeiros ancestrais.

Que o mito do andrógino também seja encontrado, e com mais razão ainda, entre os alquimistas, não surpreenderá ninguém. No entanto, é preciso saber que o andrógino alquímico apresenta duas características. Em primeiro lugar, ele aparece em formas particularmente enigmáticas e geralmente é necessário saber descobri-lo através de circunlóquios estranhos; isso é de se esperar quando se conhece os hábitos de linguagem tão peculiares desses escritores. E em segundo lugar, ele assume uma natureza não mais teológica, mas cosmológica, pois os alquimistas estão principalmente orientados para a filosofia do cosmos.

Entre os nomes que dão ao seu andrógino, um dos mais frequentes é o de Rebis, literalmente "a coisa dupla". E a coisa dupla é encontrada em toda parte na natureza, porque o cosmos é, para os alquimistas, um imenso andrógino, com sua polaridade masculina e sua polaridade feminina. Essa dupla polaridade se reflete em todos os níveis do universo.

Não podemos seguir aqui, em detalhes, toda a linhagem andrógina entre os hermetistas, alquimistas e rosacruzes da Idade Média. E reconhecemos as evidências de erudição conforme reunidas pela escola esotérica atual, que de fato elucidou muito bem essa filiação clandestina.

Mas, é claro, mesmo aceitando a existência e as modalidades dessa "tradição andrógina", afirmamos que ela não pertence à verdadeira Tradição apostólica da qual a Igreja é guardiã. O andrógino é certamente transmitido por uma tradição, mas não é a autêntica Tradição cristã, à

qual esse mito sempre permaneceu estranho.

2 - O Sapateiro de Görlitz

No início do século XVII, na época em que Henrique IV e Luís XIII reinavam na França, foram publicadas na Alemanha as estranhas visões de Jacob Böhme, o famoso sapateiro de Görlitz, uma pequena cidade prussiana na Silésia, às margens do rio Neisse, aproximadamente equidistante de Leipzig e Breslau.

O "Philosophus teutonicus", como ele foi chamado, expõe em seus escritos os dados místicos com os quais sua natureza exaltada o agraciou. Ele mesmo os considera autênticas revelações divinas, pelo menos é isso que ele diz. Mas, do ponto de vista do cristão, elas indubitavelmente pertencem à categoria da falsa mística.

Segundo as supostas revelações de Jacob Böhme, Adão teria sido originalmente andrógino. Ele possuía, escreve ele, os dois "tintes sexuais", o que lhe conferia a "totalidade humana", ou seja, a plenitude da força orgânica, juntamente com o conhecimento das coisas ocultas. Em seguida, ele teria cometido um erro ao se deixar envolver pelo sono. A punição por esse erro foi sua separação de Eva. Devido a essa mutilação, Adão perdeu sua força física e seu conhecimento místico. Ele se tornou um animal. Por outro lado, Eva, por não ter, como tal, participado do erro de Adão, pôde desempenhar junto a ele o papel de uma companheira reparadora, representando a divina Sophia.

Portanto, para Böhme, o erro precede a separação dos gêneros, enquanto no texto do Gênesis é o oposto: o erro ocorreu quando os gêneros já estavam distintos. Também se observam muitas outras divergências. É evidente que J. Böhme utiliza a Escritura de uma maneira extremamente livre, e nos perguntamos como ele poderia acreditar na autenticidade divina de suas visões.

De qualquer forma, o andrógino faz, com ele, uma nova aparição. Mas não é mais como uma reminiscência de um mito do passado; é como uma nova e atual dada mística.

As "revelações" de J. Böhme transportam a androginia até o seio da Divindade. A escola esotérica moderna o cita com grande seriedade e o "philosophus teutonicus" é considerado um dos grandes doutores da mística universal. Mircea Eliade o menciona em seu "Méphistophélès et l’Androgyne". Ele escreve o seguinte no capítulo II (página 147):

> "Para Böhme, o sono de Adão representa a primeira queda. Adão se separou do mundo divino e 'imaginou-se' submerso na Natureza, e, por esse fato, degradou-se e tornou-se terreno. A aparição dos sexos é uma consequência dessa primeira queda".

Essas mesmas ilusões de clarividência se reproduziram em muitos iluminados dessa época e se perpetuaram até os dias de hoje. Não podemos enumerar aqui toda essa floração de falsa mística. Mencionaremos apenas o caso muito típico de Emanuel Swedenborg.

Ele era filho de um bispo luterano da Suécia. Ele escreveu principalmente na segunda metade do século XVIII, ou seja, mais de um século após J. Böhme. Ele afirma ter desfrutado inúmeras visões de Deus e dos anjos e ter tido conversas intermináveis com eles. Ele publica o relato delas em muitas obras, nas quais todos aqueles que gostam do encanto onírico se regozijam: "Os Segredos Celestes", "Coisas Ouvidas e Vistas no Céu e no Inferno", "A Jerusalém Celeste", "A Ciência Angélica e o Amor Divino", "A Verdadeira Religião Cristã ou a Teologia da Nova Igreja".

Emanuel Swedenborg declara que veio trazer à terra o sentido espiritual das Escrituras até então desconhecido. Entre suas revelações, destaca-se o andrógino, e é por essa razão que o mencionamos aqui. Estamos diante de um novo andrógino, que não é mais tradicional, mas místico desta vez. J. Böhme e E. Swedenborg não herdaram a ideia androgínica de uma tradição anterior. Eles a reinventaram completamente. Ela está presente neles "em estado nativo", para usar a linguagem dos alquimistas. Eles a receberam por revelação direta. E, curiosamente, o novo andrógino "místico" coincide em todos os aspectos com o antigo andrógino "tradicional". Em suma, esses dois visionários se comportaram como os adivinhos da Antiguidade pagã quando revelavam, em nome dos deuses, ou seja, dos demônios ocultos por trás das ídolos, os mitos e as genealogias das divindades do Olimpo. Böhme, Swedenborg e todos os outros nos revelam o mesmo mito porque têm, séculos depois, os mesmos inspiradores, vindos do Poço do Abismo.

3 - Séraphitus - Séraphita

Sabemos da grande influência que as visões de J. Böhme e os livros de E. Swedenborg exerceram sobre a primeira geração dos românticos alemães. Entre os temas que eles emprestaram do "Philosophus teutonicus", podemos destacar o do andrógino. É graças aos românticos alemães que esse mito, ao mesmo tempo antigo e novo, ganhou uma extensão popular.

Aqui apresentaremos apenas um exemplo desses empréstimos, embora haja muitos outros para citar. François Xavier Baader (1765-1841), inicialmente naturalista, tornou-se depois filósofo e lecionou na Universidade de Munique. Seu sistema apresenta uma extraordinária mistura de misticismo e sã crítica. Ao que parece, ele tinha uma inclinação pessoal pelo Catolicismo, desde que estivesse livre do papado, e ele colocava a Igreja Grega muito acima da Igreja Latina.

É evidente que F.-X. Baader tinha elementos para atrair as simpatias da escola esotérica moderna. Jean Libis, no livro "O mito do andrógino", cita dele a seguinte frase, bastante característica de fato:

> "O amor só é verdadeiro se o homem e a mulher não são interiormente nem homem nem mulher."

Uma concepção singular. F.-X. Baader acreditava que nosso esforço na terra deveria ser acelerar a restauração, inevitável aliás, de nossa androginia primordial. Pois começou-se a falar, um pouco por todo lado, de uma androginia escatológica, isto é, da androginia considerada como o último fim do homem: quando chegar a restauração de todas as coisas, os homens se tornarão novamente, como antes da queda, seres híbridos, portanto perfeitos, poderosos e felizes. F.-X. Baader não é o único escritor romântico alemão que foi fascinado pelo andrógino. Jean Libis, que examinou cuidadosamente o assunto, também cita Karl Ritter:

"Os pensadores românticos, mais receptivos do que seus antecessores às solicitações do inconsciente, às vezes sentiram profundamente, sem no entanto procurar teorizar de forma sistemática, a tragédia existencial que transparece na condição sexual do homem. Assim, para Karl Ritter, a diferença dos sexos é a causa de todos os nossos males, de tal forma que apenas a futura vinda do androgino é capaz de abolir nosso infortúnio ontológico." (O Mito do Andrógino, página 223).

Interrompendo aqui os exemplos dos escritores românticos alemães, chegamos a um romance francês de Balzac, intitulado "Séraphita". O herói deste romance é simplesmente um hermafrodita, cujo nome é duplo; ele se chama "Séraphitus-Séraphita".

Quanto à heroína, ela se chama Minna e está apaixonada por Séraphitus, de quem irradia uma beleza transcendente:

"Nenhum tipo conhecido", escreve Balzac, "poderia dar uma imagem dessa figura majestosamente masculina para Minna, mas que, aos olhos de um homem, eclipsaria, por sua graça feminina, as mais belas cabeças devido a Rafael". E Balzac nos faz redescobrir, nos desenvolvimentos que se seguem, que a essência de seu herói é propriamente angelical, daí seu nome "Séraphitus-Séraphita". É, para concluir, um anjo descido à terra; um anjo ou melhor um demônio.

Entre os continuadores franceses deste tema "romântico alemão", não podemos deixar de mencionar Josephin Peladan (falecido em 1918), que se deu o título de "Sâr" e cujas ideias ocultistas e rosacrucianas são conhecidas. Ele escreveu cerca de vinte obras, incluindo um romance intitulado precisamente "O Andrógino". É mais um manifesto ideológico que trata da origem e das finalidades androgínicas do homem.

4 - O Inconsciente Coletivo

A ideia andrógina, proveniente dos recônditos da História, alimentada pelos falsos místicos de todos os tempos e especialmente pelos iluminados que precederam o romantismo, agora será tratada como objeto de estudo por acadêmicos de todas as esferas, que lhe conferirão uma aparência inteiramente científica. Eles aplicarão a este objeto de estudo os métodos mais modernos da arqueologia, da etnologia, da psicologia e das disciplinas da vida.

Não podemos descrever aqui todos os esforços de investigação que foram empreendidos nesse sentido. O mais conhecido desses investigadores é o erudito suíço Carl Gustav Jung, o continuador de Freud. Sua doutrina e seus métodos são bem conhecidos. Ele estuda todos os mitos (incluindo o mito do andrógino entre eles) como expressões da psicologia coletiva. Os mitos são, para ele e sua escola, apenas formulações desse inconsciente coletivo que permeia toda a história humana.

Segundo ele, os mitos expressam, sob formas mais ou menos poéticas ou esquemáticas, as nostalgias passadas, os medos ancestrais, os desejos e as pulsões subterrâneas duradouramente sentidas pela humanidade. O inconsciente coletivo seria o veículo que transportaria, de geração em geração, essas nostalgias, esses medos, esses desejos e essas pulsões.

E qual é a faculdade psicológica que poderá sondar esse fluxo e extrair da reserva assim transportada? É a faculdade mística dos contemplativos. Os contemplativos de todas as épocas, de qualquer religião a que pertençam, quando colocados em contato, por meio dos vários processos de meditação intensa, com o inconsciente coletivo, extraem dele e conseguem formular os temas que esse inconsciente transportou até eles. São essas formulações que constituem os mitos. E esses mitos são sempre os mesmos, indefinidamente reformulados, porque, embora os contemplativos se sucedam e se renovem, o inconsciente coletivo, ele, permanece idêntico a si mesmo.

E assim, de acordo com esses acadêmicos universitários, o inconsciente coletivo é suficiente. Não há necessidade de imaginar, como fazem os cristãos, inspiradores externos ao homem. Não há necessidade de dividir a mística em verdadeira e falsa mística, de acordo com a qualidade do inspirador eventual. Há apenas uma única e mesma mística universal, que não é outra coisa senão o estado em que o contemplativo se encontra, qualquer que seja sua confissão, quando se concentra e deixa o inconsciente coletivo falar nele. O andrógino é precisamente um desses mitos, transmitido sub-repticiamente e expresso periodicamente. Portanto, tem uma origem natural.

Com a origem natural do mito do andrógino agora estabelecida (pelo menos na mente desses autores), uma nova questão surge. Como vamos interpretar o próprio mito? Qual é o seu significado? O que aconteceu historicamente para que o inconsciente coletivo fosse tão fortemente impressionado e para que ele transmitisse um mito andrógino tão distante do estado atual das

coisas?

O mito prova duas coisas, nos dizem os estudiosos esotéricos. Ele prova uma lembrança e ele prova um desejo. Primeiro, prova que a humanidade conserva inconscientemente a lembrança de um estado primitivo de tipo híbrido. E depois, prova que ela sente o desejo de retornar, em um futuro impreciso, a esse estado híbrido para ser aliviada de um desequilíbrio atualmente experimentado.

O cristão que examina essas doutrinas com um olhar crítico também faz uma pergunta. Acabamos de ser provados quanto à existência de um mito e sua antiguidade. Mas devemos concluir que o ancestral andrógino realmente existiu? Pois é muito possível que ele seja (considerando apenas considerações naturais) não uma verdadeira lembrança, mas uma construção imaginativa provocada por um certo desconforto, sem que haja originalmente uma lembrança pré-histórica.

Os esoteristas não respondem claramente a essa pergunta. Eles deixam seus leitores na expectativa. Mas eles não excluem um andrógino pré-histórico e consideram a universalidade e a antiguidade da lenda como uma forte presunção a favor disso. Vimos que o cristão dá a essa universalidade e antiguidade uma explicação completamente diferente. E vamos voltar a isso em nossa conclusão.

Por outro lado, o que os esoteristas afirmam firmemente é a verdade "metafísica" da androginia arquetípica no pensamento divino. Para Mircea Eliade, a androginia ancestral, embora não seja cientificamente demonstrável, é muito provável filosoficamente. Isso ocorre porque é ordenado pela androginia divina, que para ele não deixa dúvidas por uma razão muito simples: ela realiza a harmonia dos contrários.

> "A perfeição, portanto, 'O Ser', consiste essencialmente na unidade-totalidade. Tudo o que 'é por excelência' deve ser total, envolvendo a coincidentia oppositorum em todos os níveis e em todos os contextos... Como a androginia é um sinal distintivo de uma totalidade originária na qual todas as possibilidades estão reunidas, o homem primordial, o ancestral mítico da humanidade, é concebido, em muitas tradições, como andrógino" (Méphistophélès et l'Androgyne, páginas 155 e 160).

Ele é "concebido" como andrógino pela tradição, mas não nos afirmam que ele realmente o foi. Mas o que é andrógino com certeza é o modelo divino em conformidade com o qual o ancestral foi criado.

Quanto à androginia futura da humanidade, no retorno à era dourada, algumas interpretações a envolvem em circunlóquios que demonstram grande maestria linguística. Em outros casos, ela é claramente afirmada e profetizada:

>

> "Assim, Kosta Axelos não hesita em nos dizer que talvez estejamos nos encaminhando para um estado de transsexualidade, sendo o problema, no entanto, saber se estamos nos dirigindo para o estabelecimento do hermafroditismo, portanto, para um estado bi-sexuado, ou para um estado a-sexuado" (citado por Jean Libis em "Le Mythe de l’Androgyne", página 152).

5 - A fascinação hermafrodita

Pode-se dizer que a noção andrógina exerce uma verdadeira fascinação sobre os membros da escola esotérica contemporânea. Tornou-se um dos temas mais constantes de sua doutrina, um dos mais frequentemente encontrados. Então, quais benefícios eles esperam disso? Veremos que são muitos.

Mas vamos primeiro listar alguns dos escritores recentes que estudaram esse mito. Todos o fizeram com um espírito de investigação científica, é claro, pois essa é a moda do dia, mas sem deixar de manifestar sua incontestável adesão.

Os dois pensadores que mais vigorosamente reavivaram a ideia andrógina (um pouco esquecida durante a grande moda das doutrinas transformistas) são René Guénon e Julius Evola. Nenhum dos dois dedicou uma obra exclusivamente a essa questão, mas ambos a abordaram em seus trabalhos em geral. Evola retorna especialmente a ela em dois de seus livros "A Metafísica do Sexo" e "A Tradição Hermética". Quanto a Guénon, ele fala sobre isso em toda a sua obra e especialmente em "O Simbolismo da Cruz", pois coloca o andrógino no centro do "Vórtice Esférico Universal", que, segundo ele, é a forma mais perfeita da cruz.

Guénon e Evola foram seguidos por toda uma escola. Primeiramente, em 1938, destacamos o trabalho de Jean Halley des Fontaines, "La notion d’androgyne dans quelques mythes et quelques rites". Em seguida, temos um livro frequentemente citado, "Hermaphrodites" de Marie Delcourt, publicado pelas Presses Universitaires de France, Paris, em 1958. Depois, em 1962, pela editora Gallimard, na coleção "Idées", o livro de Mircea Eliade, "Méphistophélès et l’androgyne".

"Les Hermaphrodites" de Carris Beaume e G. Busquet, pela J.C. Simoen Éditions, foi publicado em 1978. No mesmo ano, pela editora Aubier, J.H. Maertens publicou "Le corps sexionné"; o título em si já indica claramente as duas ideias de "sexo" e "seção".

Um livro extenso de Jean Libis, muito bem documentado, foi lançado pela Berg-International em 1980, na coleção "L’Ile Verte": "Le mythe de l’androgyne". Ele aborda a questão de forma muito abrangente e, ao mesmo tempo, não esconde sua adesão ao mito. Sua conclusão, muito característica da escola que estamos estudando, merece ser citada:

> "Dessa forma, o andrógino é o alfa e o ômega da história do mundo. E quando a exigência de cientificidade vem desencantar o conteúdo dos mitos, mostrando o caráter precário e caduco de nossas 'explicações', o andrógino, movido por alguma instância poderosa do inconsciente coletivo, se aloja nas construções da literatura, nas produções das artes plásticas. Melhor ainda, ele ressurge no próprio terreno que pretendia reduzi-lo, no terreno da desmistificação; nesse sentido, seu sucesso dentro das teorias psicanalíticas é o sintoma de sua vivacidade".

Muitos outros pensadores dessa mesma escola trataram do andrógino incidentalmente, em obras onde não é o assunto principal. Por exemplo, Mircea Eliade em "Mythes, rêves et Mystères". Outro autor frequentemente citado é A. Nygren, em "Eros et Agapé" (Aubier, Paris, 1952). Não podemos esquecer a documentação sempre precisa de Serge Hutin em "Histoire des Roses-Croix" (Paris, 1955).

Todos os livros relacionados à alquimia contêm seu capítulo sobre o andrógino. Aqueles dedicados à "alquimia operativa" falam do andrógino cósmico e até da pan-androginia universal. E os livros sobre "alquimia espiritual" descrevem longamente a reconstituição do andrógino primordial por meio da contemplação hermética.

A maçonaria, como se pode imaginar, não fica imune à fascinação hermafrodita. É até provável que a estimule e a oriente. Aqui está um trecho da publicação "Points de vue initiatiques" de 1982, n° 44, página 52. O autor apresenta os dois santos João, o Evangelista e o Batista, como formando juntos o andrógino johânico:

> "Leonardo da Vinci nos lembra o caráter solar de São João Evangelista, portador de luz, encarnação do Fogo-princípio e que, unido ao Batista, realiza o andrógino primordial, produto puro da Beleza, nascido da harmoniosa conjunção do divino e do humano, da encarnação divina no humano."

> «E pode-se refletir sobre o significado que Leonardo da Vinci atribuía, como um conhecedor dos arcanos da Cabala, a esse andrógino johânico também encarnado em seu Dionísio e em sua Mona Lisa».

Este trecho da revista maçônica "Points de vue initiatiques" mostra que o andrógino, na mente de seus adeptos, não é de forma alguma uma unidade procriadora; não é um germe; não é uma família virtual; é, ao contrário, um casal deliberadamente estéril; ele alcança seu equilíbrio por meio de autocontemplação. Já encontramos essa esterilidade do andrógino; ela é importante e voltaremos a ela.

6 - A contaminação se espalha

A androginia se espalha até mesmo pela literatura católica. Em "La charité profanée", o Professor Jean Borella adota essa noção e pretende inseri-la no raciocínio teológico. Ele faz o mesmo com a alquimia, a gnose e muitos outros elementos doutrinários que ele empresta da escola esotérica.

Primeiramente, observamos que Jean Borella é favorável à androginia ancestral:

> "A relação pré-existente ao êxtase dos amantes, na verdade, está fundamentada na pré-existência do andrógino primordial, no qual homem e mulher estão unidos no início do mundo" (página 308).

> "Se no 'êxtase' a natureza suspira pela unidade do andrógino, na 'amizade', a natureza suspira pela singularidade da essência 'humanidade' repetida na multiplicidade dos sujeitos individuais" (p. 307).

O mesmo autor também adota a ideia da androginia de Cristo. Ele escreve, em nota nas páginas 310 e 311:

> "A sacralização do êxtase é o casamento; a relação de unidade, de acordo com a estrutura do amor em geral, é assumida por Cristo, em sua função de Andrógino celestial".

O Professor J. Borella até mesmo enuncia uma ideia, expressa bastante raramente, a androginia de Maria:

> "Nesse sentido, a realidade mais profunda do ser mariano não é a natureza feminina, mas além da distinção masculino-feminino" (página 344 em nota).

Finalmente, para o Professor Borella, a vida mística de cada alma consiste na "reconstituição do andrógino primordial", como é dito em toda parte pelos adeptos da mística universal:

> "Segundo a natureza, o êxtase manifesta a polaridade cósmica masculino-feminino, cujo protótipo simbólico é a polaridade do céu e da terra. A energia do êxtase, que atrai os sexos um para o outro, tem seu princípio no desejo de reconstituir o andrógino primordial. Como tal, esse amor não é amor por uma pessoa, mas pela natureza masculina ou feminina" (página 305).

Este trecho deve ser associado ao seguinte:

> "Também em nós mesmos é necessário restaurar o andrógino primordial através da 'metanoia' do 'eu' que se desvia da psique fascinadora e se volta para o sol espiritual" (página 312).

A adesão do Professor J. Borella a esse tema essencial da escola esotérica não deixa absolutamente nenhuma dúvida. Mas ele não é o único. Janine Chanteur publicou recentemente um livro intitulado "Platão, o desejo e a cidade". O Professor Claude Rousseau dedicou a este livro um artigo analítico na "La Pensée Catholique" de março-abril de 1981, nº 191, e neste artigo, ele parabeniza Janine Chanteur por uma passagem que lhe agradou e "onde ela restitui ao mito do andrógino sua sutil verdade, até então imperceptível pelos comentaristas".

Quanto a nós, sobre o andrógino, não falamos de "verdade sutil", mas de sutil erro.

7 - O serpente Ouroboros

O andrógino é frequentemente descrito por seus adeptos com traços tipicamente angelicais, muitas vezes por meio de alusões nebulosas, mas às vezes de forma muito clara. Podemos citar muitos exemplos desse "angelismo". Jean Libis nos fornece dois exemplos. O primeiro é dedicado ao hermafrodita na arte medieval; este parágrafo é longo, eliminamos as partes secundárias para manter apenas as proposições principais, ou seja, o cerne do raciocínio.

Na arte medieval, portanto, para a representação do andrógino:

> "O tema do anjo será o terreno preferido. O anjo reúne certas tendências fundamentais da psique: anulação de qualquer sexualidade distintiva, harmonização dos princípios masculino e feminino, conciliação do poder e da graça. Não há dúvida de que o artista, empenhado na angelologia, tinha em mente a imagem dupla de um espírito autoritário e de uma tendência feminina" (O mito do andrógino, página 155).

O autor observa que a natureza angelical coincide perfeitamente com o estado hermafrodita. Um segundo trecho do mesmo livro é dedicado ao demônio andrógino, também na arte medieval:

> "Uma serpente mordendo o próprio rabo é a figura dessa erótica fechada sobre si mesma sem perda ou borrão. Reconhece-se aqui a imagem antiga da Serpente Ouroboros hermafrodita e símbolo da eternidade" (página 210).

A palavra "ouroboros" significa "aquele que se come".

Se ele é um anjo, o andrógino também é necessariamente estéril: os anjos não se reproduzem. De fato, em nenhum dos trabalhos que citamos anteriormente, se fala da prole do andrógino; ele não é feito para isso; ele não é feito para se dividir em dois e, assim, se tornar produtivo; ele é feito, ao contrário, para permanecer ele mesmo, em vista da contemplação interna e mútua, em vista do êxtase amoroso permanente.

Os romancistas frequentemente falam mais livremente do que os doutrinadores, que pesam suas palavras. O Sr. Tournier escreveu um romance que intitulou "Os Meteoros". Nele, ele opõe um casal misto tradicional, enfrentando as angústias da vida, e um casal formado por dois irmãos gêmeos.

Quando questionado por um jornalista do "Le Monde" sobre seu romance, o Sr. Tournier atribuiu ao seu casal de gêmeos as características do andrógino: "Casal indiscernível", disse ele, "casal identitário, estéril, eterno, inalterável", e J. Libis comentou assim a resposta de Tournier ao jornalista do "Le Monde":

> "No imaginário de Tournier, os gêmeos são um dos avatares da unidade dual, arquetípica, sexualmente autossuficiente, transgredindo assim as leis biológicas da reprodução e, ao mesmo tempo, escapando à obra do Devir. Não estamos longe aqui do sonho dos alquimistas e de seu simbolismo hermafrodita" (página 210).

O andrógino não pode ter descendentes. Se, portanto, nosso ancestral fosse um desses seres híbridos, como ele se reproduziria? No entanto, nenhuma das inúmeras dissertações que se pode ler hoje faz essa pergunta, pois, no fundo, todas elas evoluem no sonho, na "imaginação" e, para dizer a verdade, na fascinação. Escapando a essa fascinação, o cristão sensato não pode deixar de colocar o problema e, ao mesmo tempo, dar-lhe as duas únicas soluções que ele é capaz de receber.

Ou então haveria auto-fecundação do híbrido, mas então por que os animais superiores não são também hermafroditas, já que eles "antecipam" o homem?

Ou seria a hetero-fecundação de um andrógino por outro que resolveria o problema da procriação. Mas então por que eles teriam sido híbridos se deveriam se comportar como se não o fossem?

O cristão sensato logo percebe que a hipótese andrógina acarreta consequências ilógicas e irreais. Irreais, de fato, pois a natureza não nos sugere em absoluto a ideia de uma androginia primordial. Ela nos fornece apenas evidências da distribuição universal dos animais superiores em dois gêneros distintos.

A biologia e a genética em si, apesar de algumas esperanças rapidamente frustradas, não vêm em auxílio do andrógino. E os representantes da escola esotérica invocam-nas apenas com a maior prudência, pois não lhes são favoráveis.

De que pensamento, de que inteligência, então, surgiu tal mito? Temos uma pista, pois a única consequência certa da androginia ancestral, se por acaso tivesse existido, teria sido esta: nunca teria havido o que a Sagrada Escritura chama de a descendência da mulher (semen illius, semen mulieris, Gen., III, 15), pelo motivo muito simples de que não haveria mulher.

Então, quem é a "descendência da mulher"? Os exegetas católicos são unânimes: essa expressão designa principalmente Cristo e secundariamente Maria. Cristo, de fato, é o único personagem da criação que pode ser chamado propriamente de "descendência da mulher", pois segundo a carne, ele tem apenas uma mãe e nenhum pai.

Indubitavelmente, a inteligência que, século após século, rumina em si mesma essa androginia estéril e a sugere aos "adivinhos" de todas as épocas, é a serpente erguida contra a "descendência da mulher" por um ódio implacável. "Se ao menos o primeiro homem tivesse sido andrógino!"

8 - A substituição final

O "Primeiro Adão", aquele do Jardim do Éden, nos é apresentado como um ser híbrido, meio homem, meio mulher. Veremos, em sua refutação, quais dificuldades insuperáveis encontramos nessa afirmação absolutamente infundada. E agora, segundo essa mesma escola esotérica, o que dizer do "Segundo Adão", ou seja, de Nosso Senhor Jesus Cristo? Logicamente, ele também deve ser andrógino, e até mesmo a fortiori, já que ele é o homem perfeito, servindo como modelo para o Primeiro Adão.

Alguns autores, que não são intimidados pelos textos sagrados, afirmam categoricamente: o Nazareno era andrógino. No entanto, aqueles que estão mais conscientes da impossibilidade de tal afirmação se contentam em sugerir que Jesus Cristo escondia em si traços de caráter totalmente femininos e, portanto, era secretamente andrógino.

Mas é evidente que as Escrituras não se prestam a uma exegese desse tipo. Quando mencionam o Verbo Encarnado, sempre O atribuem o gênero masculino. É um Filho que os profetas predisseram: "Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado" (Isaías, IX, 6).

É um Filho que é anunciado a Maria pelo Anjo Gabriel:

> "Você dará à luz um filho e lhe dará o nome de Jesus" (Lucas, I, 30).

E uma última vez, antes de encerrar a Revelação pública, o Apocalipse repete a mesma afirmação: "Então o dragão se posicionou diante da mulher que estava para dar à luz... E ela deu à luz um filho homem (filium masculum)" (Apocalipse, XII, 4-5).

Essa mulher, de acordo com o consenso dos exegetas, é a Mãe do Verbo Encarnado.

Assim, obrigados a reconhecer a masculinidade de Jesus Cristo, os autores esotéricos mais prudentes remontam a androginia até ao pensamento divino. Para eles, o primeiro pensamento divino da Encarnação é o andrógino. É por meio dele que toda a criação externa começou. Cristo e Maria vieram depois, cada um em um gênero definido, como derivados de um único andrógino arquetípico. Assim como Adão e Eva, no Paraíso, provêm, segundo eles, de um mesmo andrógino terrestre, então Cristo e Maria seriam o resultado da "divisão ideal" do arquétipo andrógino celestial.

Jean Libis, em seu livro "O Mito do Andrógino", resumiu todos esses autores afirmando, em sua conclusão:

>

> "Assim, o andrógino é o Alfa e o Ômega da história do mundo" (página 273).

Encontraremos facilmente, nos trabalhos da mesma escola, afirmações nesse mesmo sentido. O arquétipo universal, aquele que é encontrado em tudo, é, nos dizem, o andrógino.

Agora, ultrapassar Cristo, interpor-se entre Deus e Ele, substituir-se a Ele, essa é precisamente a posição que Lúcifer cobiça. Sob o nome de andrógino, ele se atribui essa posição e a faz atribuir por alguns homens.

Não estaremos entre aqueles. Em nossa religião, não há outro arquétipo senão Jesus Cristo. Ele é o "Primogênito de toda a criação". Ele é a "Pedra angular", o "princípio e o fim". Ele mesmo disse de Si mesmo: "Eu sou o Alfa e o Ômega". Não há outro.

Não podemos deixar de aplicar à escola esotérica estas palavras de Santo Atanásio:

> "Qual é a sua loucura ao proferir palavras que não foram ditas e ter pensamentos que são contrários à piedade?"

Em um próximo e último capítulo desta série dedicada ao simbolismo da cruz, mostraremos a incompatibilidade do mito do andrógino com a religião de Nosso Senhor Jesus Cristo.

CAPÍTULO VIII - A REFUTAÇÃO DO ANDRÓGINO

1 - Ele os criou

Os representantes da escola esotérica moderna invocam, em favor da doutrina androgínica, dois tipos de provas: provas autênticas pagãs (sem valor para os cristãos) e supostas provas cristãs (que também não têm valor).

As provas autênticas pagãs não deixam dúvidas. Elas podem não ser tão numerosas e incontestáveis como afirmam seus defensores, mas, enfim, elas existem. A mitologia antiga e a falsa mística de nossa época transmitem incontestavelmente uma certa ideia androgínica, seja ela demiúrgica, ancestral ou escatológica. Nós as examinamos amplamente em nossos artigos anteriores.

As supostas provas cristãs são de dois tipos: primeiro, provas "patrísticas", retiradas, portanto, dos Pais da Igreja; em segundo lugar, provas "escriturísticas", retiradas, portanto, da Sagrada Escritura. As provas que nossos adversários pensam tirar dos Pais da Igreja se reduzem, finalmente, a uma única: a estranha opinião de São Gregório de Nissa. Em seu tratado "Da Formação do Homem", São Gregório emite, sobre Adão, uma série de opiniões que ele recolhe de diversos lugares, que ele não critica suficientemente e que foram reconhecidas como falsas posteriormente. Ele pensa, por exemplo, que, criado à imagem de Deus, Adão foi inicialmente, como Ele, um ser puramente espiritual; na primitiva ideia de Deus, o recrutamento dos homens deveria ocorrer como o dos anjos, por criação individual e não por procriação; e Deus teria criado a geração sexuada apenas porque previa a queda; o primeiro corpo de Adão teria sido desprovido de sexo. Tudo isso, vê-se, não é muito coerente, e nos perguntamos se esta é realmente o verdadeiro pensamento de São Gregório de Nissa.

Exceto por essa exceção, a androginia ancestral não é encontrada na patrologia e nunca foi ensinada na Igreja, nem pela Escola, muito menos pelo Magistério. Os documentos comumente utilizados hoje atestam isso. O "Dictionnaire des Connaissances Religieuses" estabelece o tom no artigo "Adão":

> "Ele os criou homem e mulher, diz o Gênesis. Trata-se de dois seres distintos e não de um único ser que teria sido homem e mulher ao mesmo tempo. Um mito desse tipo, que ocorre em outros lugares, não está na Bíblia." (Volume I, Col. 81).

O "Dictionnaire de Spiritualité" simplesmente afirma a tradição de que Adão foi criado como adulto, capaz de trabalhar e procriar. Ele rejeita a tese de que Adão foi criado como criança e não menciona uma única palavra sobre uma eventual androginia. Nem mesmo menciona a opinião de São Gregório de Nissa, que foi abandonada desde então.

O "Dictionnaire de Théologie" de Vacant et Mangenot não faz absolutamente nenhuma alusão à hipótese androgínica e se contenta em refutar duas opiniões errôneas:

1. A opinião de que nossos primeiros pais teriam sido criados de tamanho gigantesco;
2. Aquela que afirma que originalmente eles teriam sido cegos, baseada no fato de que "seus olhos se abriram" após a queda. Em suma, a hipótese androgínica é absolutamente estranha à Tradição Apostólica e ao ensinamento do Magistério. Vamos agora passar às chamadas "provas escriturais", ou seja, aquelas que são diretamente tiradas do texto das Escrituras. Veremos que todos os trechos que são apresentados por nossos oponentes como provando a androginia de Adão podem muito bem, e até preferencialmente, ser compreendidos no sentido que sempre foi o da Tradição apostólica.

E no entanto, eles os invocam como suas fontes mais sólidas. E ao insistirem com tanta convicção, acabaram por criar uma espécie de má consciência, neste aspecto, até mesmo entre os católicos mais tradicionais, muitos dos quais chegam a se perguntar se a Sagrada Escritura realmente não contém uma vaga ideia androgínica. Portanto, queremos mostrar que não apenas o Gênesis não contém nada que favoreça tal mito, mas também prova de maneira indiscutível que os gêneros masculino e feminino foram distintos desde o início.

Vamos retomar a história da criação de Adão desde o início, para não deixar nada obscuro. O texto do Gênesis primeiro enuncia a decisão divina de produzir, após os animais aquáticos, aéreos e terrestres, uma nova criatura:

> "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança" (Gênese, I, 26).

Em seguida, veio a execução desse decreto:

> "E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou" (Gênese, I, 27).

As palavras "homem" e "ele" estão no singular, porque se trata do homem em geral, ou seja, tanto da mulher quanto do homem. A mulher, assim como o homem, é criada à imagem de Deus. A semelhança com Deus é comum a eles. Por isso, o texto diz: Ele o criou. Trata-se da espécie humana como um todo.

Observemos imediatamente que não há menção de qualquer androginia primordial. Se ela realmente tivesse existido, é aqui neste ponto da narrativa que a veríamos aparecer, pois depois só se fala dos gêneros separados.

No entanto, por razões que tentaremos compreender, Adão é inicialmente criado sozinho, masculino mas sozinho. E é precisamente porque Adão é masculino e sozinho (portanto, incapaz de procriar) que Deus toma uma nova decisão:

"Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe uma auxiliadora semelhante a ele" (Gênesis, II, 18). "Non est bonum esse hominem solum; faciamus ei adjutorium simile sibi".

É absolutamente evidente que se, nesta fase da criação, Adão tivesse sido andrógino, Deus teria se expressado de maneira completamente diferente. Ele teria dito algo como: "Não é mais bom que o homem e a mulher permaneçam juntos em um só corpo; separemo-los". Pelo contrário, ele diz Façamos uma ajuda; é a decisão de produzir uma criatura que ainda não existe. "Faciamus". E, portanto, é uma prova de que o homem, como ele ainda é, masculino e sozinho, não está completo, pois ele precisa de uma ajuda. São tantas certezas de que ele não é andrógino.

Quando, após expor os projetos divinos de suscitar um gênero humano, o Escritor Sagrado chega à narrativa da criação propriamente dita do homem, ele só usa o plural:

> "Ele os criou macho e fêmea. E os abençoou e disse: crescei e multiplicai-vos e enchei a terra e sujeitai-a e dominai sobre..." (Gênesis, I, 28).

Todos os pronomes e todos os verbos estão no plural. Deus, muito claramente, está se dirigindo a personagens que desde o início são distintos.

Já estamos certos, a partir desse "primeiro relato" da criação do homem, aquele do capítulo I (Gênese, I, 26-31), de que Adão nunca foi andrógino. E veremos que o "segundo relato", aquele do capítulo V, traz novas evidências na mesma direção.

Mas somos obrigados, ao longo do caminho, a combater também outra ideia, inevitavelmente contida nas teses andrógines. É a ideia de que a separação dos dois gêneros masculino e feminino (separação que, nessas teses, ocorreu em um segundo momento quando a androginia chegou ao fim) é uma malformação essencial, uma "ferida ontológica", conforme sua expressão. Para eles, é essa separação dos gêneros em si que é ruim, e não o uso desregrado que podemos fazer dessa distinção dos gêneros.

Para esses esoteristas, a separação dos gêneros masculino e feminino é patológica. Mas não é apenas, curiosamente, uma malformação acidental, é uma malformação "ontológica", nos é afirmado, ou seja, pertence à nossa essência. Eles expressam essa ideia por meio de formulações extremamente variadas. A distinção dos sexos é, para eles, uma "tragédia existencial", um "tormento ontológico", uma desgraça, um "escândalo ontológico", um "mal-estar irreduzível", uma "angústia fundamental", um "drama da existência". O homem, escreve Jean Libis em seu livro "O mito do andrógino", "é um andrógino cuja unidade se desfez".

Observemos imediatamente que essa noção de malformação essencial não se harmoniza bem com a suposta androginia primordial tão ardentemente defendida em outros lugares. Afirmar a separação essencial dos dois gêneros (por mais desagradável que seja) é ao mesmo tempo negar sua união original em um andrógino. Portanto, já há aqui uma primeira incoerência interna. Mas ela está perdida no espetáculo efervescente das imagens líricas.

E há também uma contradição com o texto sagrado sobre o qual se pretende basear, já que, como acabamos de ver, Deus abençoou o primeiro casal no estado de sujeitos separados: "E Deus os abençoou". Se Ele os abençoou, é porque não havia neles nem malformação, nem tormento, nem tragédia, nem escândalo, nem mal-estar, nem angústia, nem exílio, como gostam de nos dizer.

Conscientes dessa incoerência e contradição, as mentes mais inteligentes entre os esoteristas frequentemente deixam na sombra a androginia positivamente ancestral de Adão, decididamente difícil de sustentar, e a empurram "para cima" da criação terrestre; eles preferem falar de uma androginia celestial; portanto, ela não é mais ancestral, mas arquetípica; quando o logos pensou em uma união com a criatura, sua ideia típica teria sido, nos é dito, o andrógino. Este é o princípio que eles estabelecem.

Mas então perguntamos por que a realização terrena dessa ideia de encarnação andrógina não foi conforme ao princípio cogitado. Unidos no céu no pensamento divino, o homem e a mulher se encontram separados na terra em uma malformação ontológica. Se a separação é ontológica, como ela pode ao mesmo tempo ser uma malformação? Para associar essas duas coisas, é imperativo supor que o Criador (ou o demiurgo, como eles frequentemente dizem) mal realizou seu projeto.

Mais uma vez, nos encontramos diante do mesmo problema: de que inteligência surge então essa ideia do "escândalo ontológico" da separação dos gêneros que ouvimos repetir incessantemente pelos representantes da escola esotérica moderna? O casal humano seria ontologicamente mal feito. O cristão que está um pouco treinado no discernimento dos espíritos reconhece que essa ideia só pode surgir na mente daquele que é homicida desde o princípio. O Nome Deles é Adão.

O Gênesis contém, no início do capítulo V, o que é chamado de segundo relato da criação do homem. Ele confirma integralmente tudo o que acabamos de dizer. Encontramos novamente a semelhança divina comum ao homem e à mulher e também encontramos a distinção dos gêneros:

> "No dia em que Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez..." (Gênesis, V, 1).

Novamente, trata-se da criação da espécie humana em geral. O singular é usado aqui porque não há motivo para distinguir entre homem e mulher, já que a semelhança divina é comum. Até hoje, e em todas as línguas, frequentemente dizemos "o homem" para nos referirmos indistintamente ao homem e à mulher.

Então veio a distinção dos gêneros. São as mesmas palavras que no primeiro relato:

> "Ele os criou homem e mulher e os abençoou... no dia em que foram criados" (Gênesis, V, 2).

Aqui, encontramos o plural em todos os lugares porque as duas criaturas estão separadas.

No entanto, uma expressão pode causar dificuldade: "...e ele chamou o nome deles de Adão". Literalmente, isso significa: "E ele chamou o nome deles de Adão". Portanto, é o nome de ambos, pois "eorum", mais uma vez, está no plural; ambos têm o mesmo nome. Mas então é surpreendente que o nome de Adão se aplique tanto a um quanto ao outro.

No entanto, observemos o seguinte: Adão não era originalmente um nome próprio, era um nome genérico. Aqui está a definição dada pelo Dicionário de Teologia de Vacant:

> "Adam = nome hebraico que significa homem, como a palavra grega "anthropos" e a palavra latina "homo", mas que se tornou, por apropriação, o nome pessoal daquele que foi o primeiro homem e o pai da humanidade".

Não é surpreendente, portanto, que em hebraico o nome seja único para sujeitos que já são distintos. Quisemos destacar essa particularidade do "segundo relato" da criação do homem porque os defensores do andrógino às vezes o usam como prova de sua tese. Eles argumentam que o nome é o mesmo para afirmar que os dois sujeitos eram um só. Vemos que a linguística, não apenas não impõe tal conclusão, mas até a desaconselha.

2 - Adjutorium Simile

A criação de Eva dá origem, como a de Adão, a uma decisão divina seguida de todo um processo de execução. A decisão divina é formulada assim nas Escrituras: "Faisons lui une aide semblable à lui" (Gênesis 2:18). "Adjutorium" contém uma ideia de dependência e "simile" contém, pelo contrário, uma ideia de semelhança.

Todos os exegetas concordam que essa é a definição da esposa em relação ao homem e também a definição de Maria em relação a Cristo, porque Adão e Eva são figuras antecipadas de Jesus e Maria. A execução do decreto será precedida por um episódio curioso, mas extremamente importante: a parada dos animais diante de Adão, parada que deveria permitir a ele dar nomes a todas as espécies animais. Esta parada dos animais serviu também para outra coisa: Adão pôde assim convencer-se de que não encontraria, entre os animais, essa ajuda semelhante a ele de que ele sentia necessidade, mesmo que fosse para cumprir sua vocação de procriação:

> "Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra" (Gênesis 1:28).

Este episódio preparatório não é favorável à tese androgínica. Citemos primeiro o comentário de Fillion sobre este versículo:

> "Mas ele não encontrou nenhuma ajuda para Adão que fosse semelhante a ele" (Gênesis 2:20).

"É como se pudéssemos ver, comenta Fillion, algo da tristeza que Adam mesmo sentia ao constatar seu isolamento". Não se pode deixar de observar que se, naquele momento, Adão fosse andrógino, ele não teria buscado a ajuda semelhante a ele fora de si e nas raças animais, já que ele teria possuído esse ser semelhante dentro de si.

Então vem a famosa cena do sono de Adão (um estado de letargia extática, aliás, acreditam a maioria dos exegetas), da retirada de sua costela e da formação de Eva, por Deus, com a ajuda dessa costela. Os defensores da androginia de Adão pensam encontrar, nesse trecho, a justificativa essencial de sua tese: "Vocês veem bem", dizem eles, "que se trata apenas da divisão do Adão primitivo e andrógino em duas metades sexualmente diferentes." Veremos que, ao contrário, as circunstâncias da criação de Eva não são de forma alguma favoráveis à interpretação andrógina.

A criação de Eva é o último episódio da Criação do mundo. Somente após a aparição da primeira mulher é que o texto das Escrituras anuncia o fechamento da Obra dos Seis Dias (o Hexameron):

>

> "E houve uma tarde e houve uma manhã; este foi o sexto dia. Assim foram acabados os céus e a terra" (Gênesis 1:31; 2:1).

Além disso, a criação de Eva possui todas as características de uma obra criadora. Eis o texto:

> "Et ædificavit Dominus Deus costam, quam tulerat de Adam, in mulierem" Literalmente: "E o Senhor Deus construiu a costela que ele havia retirado de Adão, em mulher" (Gênesis 2:22).

Eva, de fato, não pré-existe em Adão; ela precisa ser "construída"; ela precisa ser formada. Deus realiza essas obras a partir do nada; Ele fez a Criação "do nada"; a costela de Adão é "um nada" do qual Ele cria uma mulher do zero. Somente o poder criativo de Deus é capaz de tal "construção".

Na hipótese androgínica, teria sido completamente diferente. Do que se trataria, afinal? Da separação de dois seres pré-existentes e apenas juntos em um único indivíduo. Não haveria, então, necessidade de retirar uma costela. Não haveria necessidade de "construir" uma mulher, uma vez que, por definição, ela já existiria, unida a Adão. Teria havido "separação", mas não "construção".

É evidente, a partir deste relato muito claro do Gênesis, que Eva foi retirada não de um andrógino no qual ela teria pré-existido e coabitado, mas de um homem no qual ela não existia.

E é precisamente essa origem que os esotéricos não querem admitir, e isso porque eles também não querem admitir a autoridade do marido e do pai de família. Então, eles buscam uma origem igualitária para a mulher e o mito andrógino serve como base para eles, supostamente "baseado nas Escrituras".

E no entanto, a autoridade do marido sobre a esposa, no plano de Deus, não deixa absolutamente nenhuma dúvida. A repreensão e o castigo infligidos a Adão, após a queda, provam que o homem é investido de autoridade e carrega a responsabilidade.

A repreensão, primeiro. Deus disse:

> "Quia audisti vocem uxoris tuæ" "Porque ouviste a voz de tua esposa" (Gênesis 3:17).

Um marido não deve "ouvir a voz de sua esposa", ou seja, obedecer a ela. É certamente difícil manter-se firme; a autoridade não é algo fácil de exercer.

O castigo, então:

>

> "Maledicta terra in opere tue" "Maldita seja a terra por causa de tua ação" (Gênesis 3:17).

É a tua ação (opere tue, a ação de Adão) e não a vossa ação, que motiva a punição; é Adão quem é responsável. Quanto à maldição, ela se estende à terra inteira, sobre o governo da qual a autoridade de Adão também se estendia. Mesmo agora, após tantos milênios, ainda se fala sobre "o pecado de Adão".

A mesma posição relativa do homem e da mulher sempre foi mantida. Na cerimônia de casamento, a Igreja faz o celebrante ler a Epístola de São Paulo aos Efésios:

> "Irmãos, que as mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja. Assim como a Igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres devem estar em tudo sujeitas a seus maridos. E vós, maridos, amai vossas mulheres, assim como Cristo também amou a Igreja e Se entregou por ela" (Efésios 5:22-33).

É esta autoridade que constitui o fundamento da família. E a família é a imagem do reino dos céus. A vida familiar, quando há harmonia, já é um pouco o céu na terra. Quantas vezes Nosso Senhor expressou essa comparação: "O reino dos céus é semelhante a um pai de família que...". E que jugo Cristo impõe à Igreja, Sua esposa: "Meu jugo é suave e Minha carga é leve"!

Os defensores do andrógino não admitem essa doutrina. Eles acusam a Igreja de misoginia, seu suposto ódio às mulheres. Eles até mesmo criticam toda a teologia trinitária por misoginia, argumentando que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são todos personagens masculinos. Isso, dizem eles, é um resquício antigo de androcracia.

É fácil responder a essa acusação de misoginia destacando a veneração dos cristãos por Maria. Ela é honrada com um culto especial ao qual se dá o nome de hiperdulia, para distingui-lo do culto prestado aos santos comuns, que é um simples culto de dulia.

E já que acabamos de revisitar as cenas do Gênesis, observemos as atenções e cuidados que o Criador mostrou para com nossa mãe Eva, "Mãe de todos os viventes" (Gênesis 3:20). Primeiramente, ela não nasceu diretamente da terra bruta; há um intermediário entre ela e a terra, que é seu marido, desempenhando aqui um papel de proteção. Além disso, Adão foi formado fora do Paraíso; ele foi levado para o jardim do Éden após ser tirado da terra: "O Senhor Deus levou o homem e o colocou no jardim" (Gênesis 2:15). Eva, ao contrário, nasceu no próprio Paraíso.

Tudo isso não é um sinal claro de um tratamento privilegiado para a mulher? Foi uma antecipação e anúncio da "plenitude de graça" reservada a Maria. Quem jamais medirá a veneração de Jesus por Sua Mãe: a Paixão física sofrida por Cristo foi poupada a ela; Maria só teve que enfrentar a Paixão mística. É claro que, no plano de Deus, as mulheres não são as mais desfavorecidas.

Quanto à autoridade na família, também é claro que pertence ao esposo e ao pai. Esta é a doutrina correta. Mas nossa época não a suporta mais. E falar dessa maneira na era do homem revoltado é correr o risco de ser um dia repudiado e linchado.

3 - Multiplicabo conceptus tuos

Os defensores do andrógino falam da separação dos gêneros masculino e feminino como uma "malformação ontológica", uma "tragédia existencial", um "drama do exílio". A Igreja também reconhece essa mesma tragédia, mas não lhe atribui a mesma causa e não administra o mesmo remédio.

A tragédia em questão é o desejo descontrolado dos dois gêneros um pelo outro. Os esotéricos acreditam que o descontrole vem da própria separação dos gêneros. Para eles, é essa separação que é anormal. Dizem que ela cria uma tensão; para abolir essa tensão, seria necessário acabar com a separação. A tensão diminuiria a zero em seres híbridos, já que os dois pólos se encontrariam. Esse é o cerne do seu raciocínio.

A Igreja, por outro lado, ensina que a separação dos gêneros é boa, que remonta à origem, e que foi abençoada por Deus. Ensina também que o atrativo mútuo é bom em si mesmo, desde que seja disciplinado e subordinado à missão procriadora.

O que cria a tensão desagradável é a queda do primeiro homem. E toda a doutrina cristã remete ao relato, misterioso certamente, mas esclarecedor, do Gênesis. Logo após o consumo do fruto proibido, Adão e Eva perceberam esse desequilíbrio. Logo veremos por que ele ocorreu primeiro. Eles sentiram a necessidade de fazer cintos porque agora se sentiam privados de uma certa vestimenta espiritual que antes os envolvia.

Então, o que aconteceu? Aconteceram duas coisas, aliás, ligadas entre si. Primeiro, a alma acabara de perder seu domínio sobre o corpo, que se tornara tirânico. Mas também o Espírito Santo ficou triste e se retirou. Ora, é obra do Espírito Santo vestir; reconhece-se a antiga expressão: "O Pai nutre, o Filho sacia e o Espírito Santo veste". Com a retirada do Espírito Santo, a vestimenta espiritual do homem desapareceu. Além dos cintos (perizomata) de origem vegetal feitos espontaneamente pelo homem, Deus acrescentou túnicas (tunicas pelliceas) de pele animal, símbolo dessa disciplina agora necessária e que o Decálogo deveria formular com precisão quando o momento chegasse.

Na repreensão que ele dirige a Eva, Deus lhe anuncia "Multiplicabo conceptus tuos". "Multiplicarei os teus conceitos" (Gên. III, 16). Assim, o atrativo, agora anárquico, dos gêneros um pelo outro, levará a uma proliferação excessiva, poderíamos até dizer patológica.

Para a doutrina eclesiástica, portanto, as causas do descontrole da função procriadora são a retirada de Deus e a inversão das potências que compõem o homem. E o remédio para esse

descontrole, quando pode ser imposto, é a disciplina formulada no Decálogo.

É interessante questionar por que o desequilíbrio resultante da queda afetou prioritariamente a função procriadora. Por que essa em particular e não outra função? A razão mais plausível é esta: entre as faculdades humanas, essa função é a que mais necessita da tutela divina, porque é a função que prolonga o poder criativo de Deus. Quando a tutela divina se tornou mais distante, devido ao entristecimento de Deus, foi a função procriadora que foi mais gravemente e primeiro perturbada.

Os adeptos da androginia perdida raciocinam de forma completamente diferente. Atribuem ao "drama do exílio" uma causa completamente diferente e propõem uma solução completamente diferente. Para eles, o desequilíbrio é ontológico, ou seja, depende do nosso ser, e, portanto, o remédio também é ontológico, ou seja, só pode ocorrer quando houver uma mudança em nosso ser. O equilíbrio será restabelecido pela reconstituição do andrógino primordial. Portanto, não é neste mundo que tal reconstituição pode ocorrer. Consequentemente, é adiada para o futuro, quando haverá a reconstituição total do universo. Enquanto isso, um alívio temporário é prometido àqueles que conseguirem reconstituir o andrógino primordial em si mesmos e em espírito, ou seja, agir espiritualmente como andróginos.

Assim, uma verdadeira mística andrógina foi constituída. Ela vai desde os exercícios do "amor cortês" herdados dos "tribunais de amor" da Idade Média até as práticas tântricas mais sofisticadas. Para compreender esse tipo de mística, seria necessário ter tempo para explicar os métodos pelos quais se pode fazer a "kundalini" subir da região lombar à região cervical, pois esse é, em última análise, o objetivo dessas supostas místicas.

Os defensores da mística andrógina acusam a Igreja de pudicícia. Dizem que ela desvia o olhar da questão sexual e, por isso, fracassou totalmente em resolver essa questão. A sexualidade, eles proclamam, saiu da mente de Deus. Certamente, podemos responder. Mas o que não saiu da mente de Deus foi a perversão e a anarquia da sexualidade; estas, pelo contrário, surgiram da mente do demônio.

Quanto à mística andrógina, veremos um dia se ela terá sucesso e em que terá sucesso, onde a Igreja, aparentemente, falhou.

4 - Caro de Carne Mea

Os defensores do andrógino sempre buscaram evidências de sua tese na Escritura Sagrada, tanto para sustentá-la com argumentos que não derivassem do paganismo quanto para mostrar que a Igreja era fundamentalmente andrógina, embora não a proclamasse abertamente. As palavras proferidas por Adão quando ele avistou pela primeira vez a companheira que Deus acabara de trazer a ele lhes fornecem, eles estimam, um motivo de triunfo. Vamos ver o que isso significa.

Então Adão disse:

> "Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne. Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada" (Gên. 2:23).

"Você vê," dizem nossos oponentes, "Eva é o resultado de uma extração e de uma partilha da mesma carne; portanto, Adão era andrógino como nós afirmamos."

É fácil responder a eles. Certamente, Eva foi extraída de Adão em termos de sua substância. Mas essa extração de uma parcela de substância foi complementada por uma edificação (ædificavit), ou seja, por uma transformação, como vimos que faz parte do grande processo da Criação. Eva não pré-existia em Adão, como exigiria a tese andrógina; ela teve que ser moldada, criada. Portanto, não houve simples bipartição, simples separação de dois seres justapostos.

O sentido literal das palavras de Adão é perfeitamente compreensível sem recorrer a explicações andróginas. Por que ele lança sua famosa exclamação: "Osso dos meus ossos e carne da minha carne"? É simplesmente porque ele finalmente encontra o que procurou em vão durante o desfile dos animais. Nenhuma fêmea animal era osso dos seus ossos e carne da sua carne, e portanto nenhuma era adequada para se tornar sua "ajuda", especialmente na função procriadora.

Desta vez, ele tem diante dele uma companheira que é de sua própria espécie. Eis como L.-CI. Fillion comenta as palavras de Adão:

> "O tom é todo alegre e a linguagem poética, em contraste com o desfile dos animais. Ele sabe que Eva é aliada a ele por meio de uma parentesco muito próximo e tira daí o nome genérico que ela terá".

Não há necessidade, para explicar as palavras de Adão, de imaginar uma androginia primitiva.

Então, que "nome genérico" Adão dá à sua esposa? Ele a chama de "virago", porque, diz ele, ela foi tirada do homem. "Virago", de fato, pode ser interpretado como a contração de "viri-imago", ou seja, imagem de homem. Eva é feita da substância de Adão, mas também é feita à sua imagem. Ela é seu equivalente, sua cópia e seu reflexo. Ela realiza a semelhança desejada por Deus: "Faremos uma ajuda semelhante a ele".

Em vez de "virago", uma antiga tradução latina do Gênesis trazia "vira", que é a forma feminina de "vir", reproduzindo assim a simetria que existe no texto hebraico entre "isch" (homem) e "ischah" (mulher). Uma antiga tradução francesa traduzia "vira" por hommesse, para usar, por imitação do latim e do hebraico, uma forma feminina de homem (o texto grego dos Setenta é menos claro, pois traz "andros" para homem e "guné" para mulher, mas essas duas palavras não têm semelhança entre si).

Em todas essas correspondências, "vir-vira", "vir-virago", "isch-ischah", "homem-hommesse", encontramos uma ideia de simetria, de reflexo e de imagem, mas não encontramos as noções de pré-existência e de bipartição, como seria necessário para sugerir a androginia. Mais uma vez, portanto, Eva foi tirada de um Adão-homem e não de um Adão-andrógino.

5 - Duo in Carne Una

Chegamos agora à última tentativa dos androginistas e veremos que ela está destinada ao mesmo fracasso. Eles se agarram, uma última vez, ao famoso verso que todo mundo conhece de cor:

> "Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá (adha erebit) à sua esposa (uxori) e serão os dois em uma só carne". "E erunt duo in carne una" (Gen., II, 24).

Eles pegam a expressão "duo in carne una" para lhe dar, desta vez, um sentido literal que não lhe convém. "Dois em uma só carne", essa é de fato a definição do andrógino, dizem eles. O casal humano, e mais precisamente o ato de se unir, reconstituem o andrógino adâmico.

Há aqui um erro muito grosseiro de interpretação. Nunca tal exegese foi aceita ou mesmo expressa na Igreja. O sentido literal aqui é completamente ininteligível, como vamos mostrar. É por causa de seu casamento que os cônjuges agora possuirão a mesma carne (erunt duo in carne una)? Diremos que eles têm o mesmo corpo? Claro que não, pois os dois corpos permanecem separados. Diremos então que os dois corpos são feitos da mesma substância carnal? Essa comunidade de substância não é específica dos cônjuges, pois ela se encontra em dois seres humanos escolhidos ao acaso.

Portanto, estamos nos desviando se procuramos aqui o sentido literal. É evidente que o vínculo que une os cônjuges não é o da unidade de substância. Se o texto fala de uma só carne, é por outra razão. A compreensão deste trecho do Gênesis é dada no Evangelho. Vamos reproduzi-lo na íntegra porque é muito importante.

Os fariseus se aproximam de Jesus e lhe fazem esta pergunta

> "É permitido a um homem repudiar sua esposa por qualquer motivo? Jesus respondeu-lhes: 'Não lestes que aquele que os criou, desde o princípio, os fez homem e mulher e disse: Por isso deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois serão uma só carne? Assim, já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, o homem não separe.'" (Mateus, XIX, 3-6)

Nosso Senhor compara os laços que unem os cônjuges com os laços particularmente indissolúveis que uniam Adão e Eva. Os cônjuges encontram-se espiritualmente na situação recíproca em que Adão e Eva se encontravam fisicamente. Não se pode separar espiritualmente os cônjuges mais do

que se poderia dissociar fisicamente nossos primeiros pais, que tinham o privilégio único, nunca reproduzido desde então, de possuir uma carne única.

Se Nosso Senhor evoca o exemplo de Adão e Eva, não é para sugerir que os cônjuges adquiram, em virtude do seu casamento, uma substância carnal única que não teriam possuído anteriormente, é para dar uma imagem da força e da indissolubilidade do laço que os une. É, aliás, a conclusão da resposta que ele dá aos fariseus.

Se insistimos, é porque estamos tocando no ponto sensível que é o mais atacado pelos andróginos. Há, neste texto, uma comparação entre dois estados análogos: o estado físico do primeiro casal humano e o estado espiritual de todos os outros casais. Os dois termos desta comparação são separados na Gênesis pelo advérbio "quamobrem" e no Evangelho por "propter hoc". Estas palavras, que significam "em razão de..., por causa de..." fazem a charnière entre os dois termos da analogia e seu significado desenvolvido é o seguinte:

> «Devido ao estado no qual o primeiro homem e a primeira mulher foram criados».

O comentário de L.-Cl. Fillion nos convencerá definitivamente:

> «Todas as outras relações, todos os outros vínculos, mesmo os mais íntimos, cederão às relações e aos laços estabelecidos pelo casamento. A coesão criada por essa força é a maior possível... Conclusão final de Jesus: que o homem se abstenha de romper pela divórcio a unidade tão estreita que Deus Ele mesmo estabeleceu entre os dois primeiros cônjuges».

Assim, esta mesma expressão bíblica «duo in carne una» é interpretada pela Igreja como significando a indissoluabilidade espiritual do casamento e pelos andróginos como a reconstrução física do andrógino adâmico. Essa reconstrução é o elemento introdutório de um certo caminho místico que leva às práticas mais sofisticadas do ioga, tântrico ou outro.

6 - Avançar mais além não é permitido

Acreditamos ter mostrado que os argumentos a favor da androginia de Adão não têm valor algum. Agora é necessário examinar aqueles que a mesma escola esotérica ainda avança em relação a uma pretendida androginia arquetípica, sediada no próprio seio da Divindade. Os doutrinários desta escola estimam que, de duas coisas uma, ou bem Cristo seria ele mesmo andrógino como sendo o modelo de Adão, ou bem existiria um demiurgo andrógino, mais primitivo e mais essencial na mente divina, do qual Cristo e Sua Mãe não seriam mais do que os produtos da bipartição.

Reduzamos, portanto, nossas ambições e vejamos apenas de que maneira os esoteristas estabelecem seu raciocínio. Eles o baseiam em uma constatação inicial que é correta, ou seja, que no casal humano, o homem provém de um pensamento divino de justiça e a mulher de um pensamento divino de misericórdia. E de fato, não há nada a dizer sobre isso. Mas eles vão tirar desta constatação correta consequências que já não o serão.

O arquétipo universal, dizem eles, deve reunir, associar e harmonizar a justiça e a misericórdia que são os dois grandes atributos divinos. Portanto, para eles, o arquétipo universal não pode ser senão andrógino, reunindo assim a justiça e a misericórdia, o princípio masculino e o princípio feminino.

Existem duas contradições ali, cuja refutação completa nos levaria a longas considerações teológicas, porque elas introduzem perturbações nas relações entre o Criador e a criatura. Digamos apenas, para nos resumir, que o andrógino arquetípico substitui a hierarquia normal do Criador e da criatura por uma relação de igualdade. O elemento masculino, de fato, representa o Criador, e o elemento feminino, a criatura. Mas no seio de um andrógino, não existe qualquer precedência, qualquer prioridade cronológica, do primeiro sobre o segundo, e portanto nenhuma hierarquia entre o representante do Criador e o da criatura. Assim se pode resumir a principal perturbação teológica introduzida pela androginia arquetípica. Mas ela ainda provoca outras e tudo isso nos levaria muito longe.

A escola esotérica, que também podemos chamar de escola gnóstica, está, mais uma vez, em contradição com a doutrina da Igreja, a qual ensina que o arquétipo universal é o Cristo, a Palavra Encarnada, e que o Cristo não é andrógino: «Um filho nos nasceu; um Filho nos foi dado». Não há outro nome que Jesus pelo qual possamos ser salvos.

Aqui toca-se no dedo a diferença essencial entre o pensamento cristão e o pensamento gnóstico. O pensamento cristão medita a Revelação que lhe foi dada, mas não vai além; quando se depara com um mistério, contempla-o sem tentar penetrá-lo. Tal é a postura realista.

O pensamento gnóstico é guiado por uma intenção de conhecimento a todo custo, não admite ser limitado pelo mistério, quer entender até mesmo o que está acima das forças da razão humana; então, quando a Revelação não fornece explicações, ele as inventa conforme o "próprio espírito", quando não se deixa inspirar pelo "mau espírito", o que acontece frequentemente.

E aqui é o que ela faz. A escola gnóstica atual vê muito exatamente que o homem é resultado de um pensamento divino de justiça e a mulher de um pensamento divino de misericórdia, mas então ela prolonga essa constatação exata com uma invenção explicativa: associa esses dois pensamentos divinos para criar um andrógino arquetípico, apesar das idiotices e sacrilégios aos quais conduz tal mito. Porque, afinal, aqui está uma entidade, um fantasma que vem se interpôr entre o Cristo e Deus e ocupar precisamente o lugar que Lúcifer ambiciona.

Vamos agora raciocinar como cristãos. A coexistência da justiça e da misericórdia é obviamente muito misteriosa, pois, de certa forma, elas se opõem. Na Santíssima Trindade, há a distinção das pessoas e a unidade da substância: o Pai é distinto do Filho e do Espírito Santo, mas o Pai não é "algo diferente" do Filho e do Espírito Santo, como afirma vigorosamente São Atanásio em seu símbolo. Em Deus, tudo é simples. Há o atributo da justiça e o atributo da misericórdia. Mas a justiça não é algo diferente da misericórdia. Estes são mistérios que devemos apenas contemplar, sem inventar um andrógino sob o pretexto de torná-los inteligíveis.

Pio IX, em sua allocução "Singulari quidem" de 9 de dezembro de 1854, trata justamente desta questão dos relacionamentos entre a justiça e a misericórdia:

> «Longe de mim, veneráveis irmãos, que nos atrevamos a colocar limites à misericórdia de Deus, que é infinita; longe de nós que queiramos sondar os conselhos e julgamentos ocultos de Deus, abismos imensos onde a mente do homem não pode penetrar... Quando, livres das restrições físicas, vermos Deus como Ele é, compreenderemos qual elo estreito e belo une em Deus a misericórdia e a justiça. Agora que estamos nesta moradia terrena, acreditem firmemente, segundo a doutrina católica, que há um Deus, uma Fé, um batismo; ir além em nossas pesquisas não é mais permitido».

Estas palavras de Pio IX contêm mais verdadeira sabedoria, mais cultura religiosa, mais experiência sobrenatural do que todas as grotescas e blasfemas invenções da gnose, antiga e moderna.

Terminamos nossa série de cinco capítulos sobre o tema do simbolismo da Cruz. O primeiro estava reservado para o significado sobrenatural da Cruz do Calvário.

O segundo apresentava o simbolismo metafísico que R. Guénon dá à Cruz, após sofrer transformações que a desfiguram completamente.

Depois, fomos levados a dedicar dois capítulos ao mito do andrógino porque R. Guénon, tendo excluído Cristo da cruz metafísica, nele faz figurar o homem universal que descreve como

andrógino; o estudo deste mito nos pareceu necessário para explicar o verdadeiro sentido do simbolismo metafísico da cruz. O último capítulo está reservado, para encerrar, à refutação de um mito que é absolutamente estranho à Tradição apostólica.

Não há outro arquétipo além de nosso Senhor Jesus Cristo.

> «Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; porque nele todas as coisas foram criadas, as que estão nos céus e as que estão na terra... Ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem nele. Ele é a cabeça do corpo, que é a Igreja, ele que é o início... Pois agradou ao Pai que toda a plenitude habitasse nele... Digo isto para que ninguém vos seduza com argumentos persuasivos» (Col. I, 15-19 e II, 4).

ESOTERISMO E CRISTIANISMO EM TORNO DE RENÉ GUÉNON

por Marie-France JAMES
(Novas Edições Latinos, 1981)

Esoterismo e Cristianismo em torno de René Guénon

O trabalho de Marie-France James pertence àquelas ferramentas de formação cujo estudo é necessário. Ele descreve um dos perigos mais temidos hoje em dia, que é o progresso sorrateiro do esoterismo gnóstico e oriental. Essa doutrina esotérica é professada por equipes de acadêmicos de alto valor cuja erudição podemos admirar, mas cujos julgamentos não devemos adotar. A preparação dessas equipes, atualmente em plena atividade, remonta à época de R. Guénon.

É precisamente a história dessa preparação que M.F. James retoma. Ela o faz com uma incrível minúcia que confere ao seu trabalho um grande valor documental. Encontramos nele, sobre o passado gnóstico e maçônico de Guénon, detalhes que não são encontrados em nenhum outro lugar. As informações que ela publica abrangem desde o início do último século até os dias mais recentes. No entanto, seu livro foi publicado em 1981. Portanto, nada está desatualizado ou inútil neste trabalho. Muitos trechos são resultado de uma investigação pessoal junto aos interessados.

Este livro não é difícil de ler, pois contém, em grande número, notas pitorescas e psicológicas que dão vida e até mesmo agitação aos personagens. No entanto, as questões doutrinárias aqui debatidas são ainda assim sutis e exigem certa atenção. Portanto, este trabalho é dirigido principalmente a executivos, redatores de artigos, homens reflexivos, pessoas consultadas que precisam julgar e entender bem o que está acontecendo invisivelmente. Para eles, é verdadeiramente uma obra fundamental que um dia precisarão possuir, assim como é necessário possuir "Integralismo e Catolicismo Integral" de Ponlat, apesar de alguns julgamentos contestáveis.

Marie-France JAMES expõe as vicissitudes de uma batalha filosófica e religiosa de importância capital: a de R. Guénon contra a ortodoxia cristã, durante os anos que antecederam e seguiram a Primeira Guerra Mundial. Ela estuda principalmente, nesse confronto espiritual, dois teatros de operações. O primeiro é a tentativa de penetração da metafísica oriental dentro da teologia tomista. O segundo é a inoculação do temível "fermento de malícia" que constitui o esoterismo cristão.

René Guénon esperava convencer os neo-tomistas da época, liderados por Jacques Maritain, a adotar sua metafísica vedantista. E uma vez que essa metafísica fosse aceita, todo o resto de sua doutrina teria "passado" muito facilmente. Mas Maritain, inicialmente cortês, logo percebeu a armadilha e se opôs a Guénon de forma tão perspicaz quanto a de Tomás de Aquino. E certamente não foi o único; mas deixemos aos leitores de M.F. James a surpresa de descobrir os outros.

Quanto ao esoterismo cristão, essa úlcera que está corroendo as bases da Religião, não foi inventado por R. Guénon; é uma ideia muito antiga da maçonaria. Mas ele soube dar a ela uma

singular sedução. Também aqui houve cristãos vigilantes e instruídos, especialmente na revista "La R.I.S.S." de Monsenhor Jouin, para desmontar o sistema guenoniano e recusar-se a aceitá-lo. Será lido com interesse os grandes momentos dessa batalha e a descrição das personalidades coloridas que nela se enfrentaram.

René Guénon não se contentava em expor sua metafísica vedantista e seu esoterismo universal; ele também havia declarado guerra não apenas a todo o conjunto do materialismo moderno, mas também a algumas formas mais ou menos charlatãs do espiritualismo contemporâneo, em particular ao teosofismo de Madame Blavatsky e ao espiritismo de Alan Kardec. E suas declarações, apresentadas por ele com um talento magistral, é preciso reconhecer, lhe valeram muitos amigos entre os católicos de tendência tradicional que lutavam contra esses mesmos inimigos materialistas, teosofistas e espíritas. A tríplice crítica de Guénon provocou aplausos quase unânimes. Os mais entusiasmados desses aplausos foram os de Léon Daudet na Action Française.

Mais nem todos foram seduzidos pelas justas críticas guenonianas. Marie-France James cita abundantemente passagens escritas por eruditos religiosos de todos os ordens, especialmente dominicanos e jesuítas, para os quais a parte crítica da doutrina de Guénon não poderia servir de pretexto para a adoção de todo o seu orientalismo. Falando dessas críticas feitas ao mundo moderno, o Reverendo Padre Bernard Allo conclui: "tudo isso não deve ser suficiente para os católicos o considerarem um aliado; nossa ingenuidade tem limites".

Será lido com interesse a história da colaboração de Guénon na revista "Regnabit" do Reverendo Padre Anizan e na "Sociedade para o Radiante Intelectual do Sagrado Coração". Apesar de sua obstinação, apesar de seus sucessos iniciais, apesar das fiéis amizades estabelecidas, ele nunca conseguirá realmente penetrar nos círculos católicos. E se, em 1930, ele parte para o Egito, é em grande parte porque falhou na França nesse trabalho de penetração. Ele sente que o momento não é oportuno.

Estabelecido no Cairo, cercado de muçulmanos, ele observa de longe seus amigos europeus, reunidos em torno da revista "Les Études Traditionnelles". Eles tomam o tempo para educar uma elite formada em suas doutrinas. Guénon morreu em 1951, há mais de 30 anos. Hoje, essa elite, que tanto lhe faltou em vida, tornou-se operacional e está voltando para atacar uma Igreja agora desmobilizada e desmoralizada pelo Concílio. É hora de nós nos instruirmos e estudarmos a documentação oferecida por Marie-France James.

Toda a parte central de seu livro milita no sentido da INCOMPATIBILIDADE da doutrina guenoniana com o cristianismo. Pelo menos é isso que ela expressa com perseverança na grande maioria de seus desenvolvimentos. E essa é a opinião que se obtém de seu livro quando não se lê nem a introdução nem a conclusão.

No entanto, a introdução de Jacques-Albert Cuttat e a conclusão de Marie-France James claramente têm como objetivo levar o leitor a modificar esse julgamento de incompatibilidade.

Jacques-Albert Cuttat não esconde que é discípulo de René Guénon. Mas ele pretende trazer, à doutrina do Mestre, um corretivo que a torne aceitável pelos católicos. Bastaria, como já faz outro guenoniano, Frithjof Schuon, personalizar um pouco mais o Deus metafísico e abstrato do

vedantismo para fazê-lo entrar, de qualquer maneira, na construção teológica cristã. Com essa adaptação, Jacques-Albert Cuttat faz René Guénon ressurgir entre os tradicionalistas com uma nova força. E ele conclui sua introdução escrevendo:

> "Mas esse passado pouco cristão não deve ocultar o fato de que Guénon é um dos raros gênios espirituais do nosso século. Isso significa que desejo a ele muitos leitores. O trabalho de Mademoiselle James certamente contribuirá para isso."

E quatrocentas páginas adiante, em sua conclusão, Mademoiselle James mesma conduz seu leitor de volta à doutrina de seu prefaciador. Ela escreve:

> "Jacques-Albert Cuttat busca sugerir a ideia, o projeto de uma 'convergência' que aparece sob os traços de uma 'síntese assomptiva' envolvendo de ambos os lados uma 'recapitulação por superação in Christo'... É assim que Jacques-Albert Cuttat, em consonância com o espírito do Vaticano II, convida os cristãos de hoje a se envolverem em uma abordagem de síntese assomptiva, ou seja, a prefigurar em si mesmos, a partir de um nível de profundidade o mais próximo possível do do Oriental, a mudança interna esperada dele".

Do livro de Marie-France James, portanto, destacaremos toda a parte DOCUMENTAL, que é considerável, pois prova o que ainda era muito discutido, ou seja, "esse passado gnóstico e maçônico de Guénon". Mas recusaremos o convite à "síntese assomptiva" proposta por Jacques-Albert Cuttat, porque, em última análise, constitui uma séria poluição para a nossa Santa Religião, à qual não podemos consentir.